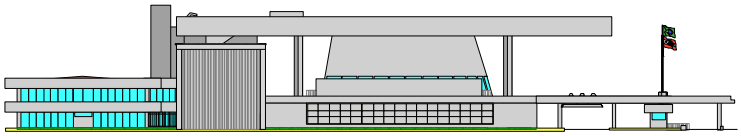
16ª Legislatura

# ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

## PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII | FLORIANÓPOLIS, 22 DE MAIO DE 2007 | NÚMERO 5.726

**16ª Legislatura**
**1ª Sessão Legislativa**

## MESA

Julio Cesar Garcia
**PRESIDENTE**
Clésio Salvaro
**1º VICE-PRESIDENTE**
Ana Paula Lima
**2º VICE-PRESIDENTE**
Rogério Mendonça
**1º SECRETÁRIO**
Valmir Comin
**2º SECRETÁRIO**
Dagomar Carneiro
**3º SECRETÁRIO**
Antônio Aguiar
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**
Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Líder: Professor Grando

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER**
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:** responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:** responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:** responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## EXPEDIENTE

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**
ANO XV - **NÚMERO 1743**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

**ÍNDICE**

**Plenário**
Ata da 007ª Sessão Solene da 16ª realizada em 14/05/2007 às 19h .....2
Ata da 038ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 15/05/2007.....7

**Publicações Diversas**
Audiência Pública.....27
Atas das Comissões Permanentes .....35
Ata da Procuradoria.....38
Extratos .....38
Mensagem Governamental..... .....39
Ofício.....39
Projetos de Lei.....39

## P L E N Á R I O

# ATA DA 007ª SESSÃO SOLENE DA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
## REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2007 ÀS 19H
## PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
## HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL PELA PASSAGEM DO 34º ANIVERSÁRIO
## PROPOSIÇÃO DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

## SUMÁRIO

**DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO** - Discorre sobre o que representam os 34 anos da Associação Chapecoense de Futebol para o oeste catarinense.
**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** - Exalta o trabalho desenvolvido por todos em prol da vitória conquista pela Chapecoense.
**IVAN CARLOS AGNOLETTO** - Refere-se das dificuldades ultrapassadas pela Chapecoense para sagrar-se campeã catarinense de futebol.
**SEXTILIO HANS** - Relata as ações empreendidas pela atual diretoria da Associação Chapecoense de Futebol.
**VEREADOR NILSO MACIESKI** - Exalta o papel da torcida e da imprensa esportiva no sucesso da Chapecoense.
**LODOVINO COSTELLA** - Relembra os três títulos estaduais conquistados pela ACF.
**PREFEITO EM EXERCÍCIO ÉLIO CELLA** - Enfatiza a importância da união do poder público com a sociedade no engrandecimento do oeste de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para fazer parte da mesa o sr. Élio Cella, prefeito em exercício do município de Chapecó, pois o prefeito municipal João Rodrigues encontra-se na Itália.

Excelentíssimo vereador Nilso Macieski, que neste ato representa a Câmara Municipal de Chapecó.

Convido para fazer parte da mesa os srs. deputados que representam a região oeste de Santa Catarina: Gelson Merísio, Herneus de Nadal, Dirceu Dresch, Jorginho Mello, Moacir Sopelsa e o sr. deputado Narcizo Parisotto, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

A Presidência registra a presença do sr. deputado Professor Grando, que embora tenha torcido pela Chapecoense, não representa, nesta Casa, aquela região.

Excelentíssimas autoridades, sras. e srs. deputados, prefeito de Chapecó em exercício Élio Cella, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Narcizo Parisotto, com a aquiescência dos demais deputados, e tem como objetivo homenagear a Associação Chapecoense de Futebol pela passagem de seu 34º aniversário e também pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol, edição 2007.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

A Presidência registra as presenças das seguintes autoridades:

Sra. Salete Terezinha Gnoatto Gonçalves, prefeita do município de Dionísio Cerqueira;

Sr. Antônio Rossetto, prefeito municipal de Quilombo;

Sr. Luciano José Buligon, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó;

Sr. Dilmar Cozer, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo;

Sr. Manfried Rutzen, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Palmitos;

Dr. Jaime de Assis Folster, que representa neste ato a subseção da OAB de São José;

Major Altair Salésio Rodrigues, comandante do 6º Batalhão de Bombeiro Militar do município de Chapecó.

Convido neste momento para fazer uso da palavra o eminente deputado Narcizo Parisotto, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo sr. vice-prefeito de Chapecó, Élio Francisco Cella;

Excelentíssimo presidente da Câmara Municipal de Chapecó, vereador Nilso Macieski;

Excelentíssimos deputados Gelson Merísio, Dirceu Dresch, Jorginho Mello e Moacir Sopelsa.

Eu gostaria de agradecer a presença das senhoras e dos senhores; autoridades do nosso esporte catarinense; autoridades de Chapecó; amigos companheiros e saudar também o nosso amigo, deputado Professor Grando, pois tenho certeza de que hoje ele é chapecoense também.

(Passa a ler.)

"Os 34 anos da Associação Chapecoense de Futebol representam não somente a história de um time de futebol. A este período se confunde a vida de uma geração de chapecoenses, que fizeram da equipe de futebol o seu time do coração.

Também carinhosamente chamada por nós, torcedores apaixonados, de Verdão ou Furacão Oeste, tem sua vida longa graças ao envolvimento e à determinação de abnegados cidadãos corajosos que amam o esporte e de uma comunidade que sempre lutou para que continuasse a existir.

Dificuldades foram muitas, mas sempre houve pessoas que dispuseram de tempo, de empenho e de recursos, além da compreensão da importância da Chapecoense no contexto esportivo do nosso município. Para não correr o risco da injustiça, porque foram muitas as pessoas responsáveis por estarmos, 34 anos depois, firmes e respeitados como uma força do futebol catarinense, cito como exemplos já ausentes em nosso tempo, mas de fundamental importância à história da Chapecoense, os saudosos filhos Plínio Arlindo De Nês e Auri Bodanese, Lotário Immisch e Heitor Pasqualotto, Vicente Delai e Laurindo dos Santos, entre tantos outros queridos que já partiram.

Na construção desta história, vários foram os momentos marcantes, mas destacam-se, como não poderia deixar de ser, a conquista dos três títulos de Campeão Catarinense, campeão estadual.

Como diz o hino da nossa chapecoense: 'Leva consigo o coração de uma cidade', porque o futebol tem o poder de transformar pessoas, vidas, pensamentos, mudar a rotina, emocionar e produzir alegria e dor de uma maneira que não pode ser explicada racionalmente! Ser humano nenhum explica emoção tão forte, misturada com dor, muitas vezes com lágrimas.

O caráter coletivo do jogo de futebol é outro elemento atraente para os participantes: não bastam bons jogadores, nós sabemos disso, eles precisam estar de fato organizados como uma equipe firme, eu diria mais, como uma família de irmãos unidos com um pensamento só. Precisam confiar entre si, como companheiros e amigos, batalhadores pela mesma causa - o que não faltou aos jogadores da Chapecoense -, atribuir e cobrar responsabilidades, também uns dos outros, e isso demanda um envolvimento emocional muito intenso.

Esta foi uma condição alcançada pela Chapecoense neste ano de 2007, quando conquistou o tricampeonato catarinense. Teve no técnico Agenor Piccinin a figura que catalizou todas essas características e fez com que elas se tornassem a força e a união, que em campo se reverteram em resultados altamente positivos, que nós, chapecoenses, sempre sonhamos, com l8 jogos invictos, uma vitória em casa e um empate alcançado na raça de um time guerreiro. Este foi o ambiente propício para a explosão de emoções que culminaram com o título do tricampeonato.

Como ser indiferente às lágrimas dos homens, mulheres, jovens, idosos e crianças de todos os níveis e classes sociais, pessoas emocionadas diante da alegria da vitória.

Todos nós ficamos unidos em torno dessa alegria, o sucesso nos faz festejar, chorar de alegria, saltar, aplaudir, exaltar de orgulho pela nossa Chapecoense. A todos, os meus parabéns."

Quando eu fazia o pedido para que acontecesse esta sessão solene, na minha mente veio um pensamento altamente positivo: que tal naquele dia, quatro dias depois, já tendo terminado o Campeonato Catarinense, festejaremos o tricampeonato da Chapecoense?! Foi um pensamento positivo e firme.

E eu observava dentro e fora do campo os jogadores e membros da diretoria aplaudindo, exaltando, glorificando o nome do Senhor; vi o técnico fazendo a sua devoção, muitos membros da diretoria levantando as mãos, jogadores dando glórias ao Senhor em cada partida, em cada momento. Por isso eu acredito que não foi meramente uma coincidência, foi também uma providência. Agradeço a Deus pelo dom da vida todos os dias, na condição de pastor e deputado, por ver, numa festa esportiva, como disse hoje, quando fui entrevistado em meu gabinete e falei para todo o oeste catarinense através das Rádios Condá e Chapecó, esportistas e dirigentes louvando o Senhor.

Fizemos uma pesquisa, fomos à região oeste, fomos a outros lugares, outros municípios, ouvimos entrevistas, pessoas que contam um pouco da história da nossa querida Chapecoense. Neste momento, sr. presidente e srs. deputados, srs. convidados, homenageados, queremos passar um vídeo mostrando algumas entrevistas e uma pequena parte da história da nossa Chapecoense.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Retomamos a nossa sessão e por deliberação dos deputados Herneus de Nadal, Dirceu Dresch, Jorginho Mello e Moacir Sopelsa, caberá ao deputado Gelson Merísio a grande responsabilidade de representá-los, falando em seus nomes, que tem a palavra.

Passo, neste momento, a presidência dos trabalhos ao autor do requerimento, deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Excelentíssimo deputado Julio Garcia, presidente desta Casa Legislativa;

Excelentíssimo presidente da mesa a partir deste momento, deputado Narcizo Parisotto;

Excelentíssimo sr. deputado Dirceu Dresch;

Excelentíssimo sr. deputado Moacir Sopelsa;

Excelentíssimo sr. deputado Herneus de Nadal;

Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello;

Excelentíssimo sr. vice-prefeito de Chapecó, Élio Francisco Cella;

Excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Chapecó, vereador Nilso Macieski;

Ilustríssimos srs. Lodovino Costela, Sextilio Hans e Edemar, filhos do nosso presidente Edir;

Quero saudar os dirigentes atuais e os que passaram pela Chapecoense;

Ilustríssimo Ivan Carlos Agnoletto, nosso sempre narrador das vitórias da Chapecoense;

Amigos da imprensa que nos acompanham aqui e também pela TVAL, quero dizer da alegria e da satisfação de poder, em nome dos meus colegas deputados, trazer aqui os cumprimentos inicialmente ao deputado Narcizo Parisotto, que teve a feliz idéia de prestar esta homenagem, à Chapecoense, antes mesmo do título se confirmar, pois mesmo que não viesse a homenagem seria muito justa. Tenham certeza de que não apenas pela votação unânime que teve, mas pela justiça que faz a esta que é uma paixão dos oestinos, que é a nossa Chapecoense.

Todos aqueles que convivem com futebol seja jogando, torcendo ou praticando, não apenas em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, vão poder sempre identificar o trabalho que teve sucesso, construído por um grupo de trabalho coeso, que trouxe toda sua torcida, toda sua comunidade em prol de um objetivo. Isso aconteceu este ano com a nossa Chapecoense. Construiu-se um time praticamente do nada. Buscou-se o trabalho de cada um dos ex-dirigentes, dos ex-jogadores que por lá passaram e construíram o fanatismo da nossa torcida.

E esta diretoria que hoje ocupa este importante lugar soube sintetizar cada um dos torcedores, cada um dos ex-jogadores e nos momentos decisivos - e tivemos vários ao longo deste campeonato - podia-se claramente notar que algo mais existia além de uma simples partida de futebol, além de um simples campeonato. Existia, sim, a força do povo do oeste; existia, sim, aquela garra, aquela determinação que nos fez e faz-nos todos os dias diferentes, porque para nós, deputados Herneus de Nadal, Jorginho Mello, Dirceu Dresch e Moacir Sopelsa, sempre é um pouco mais difícil, seja pela distância, quando temos que fazer 18 viagens de mais de mil quilômetros - e os clubes do litoral fazem isso em menos de 200 - seja pela dificuldade econômica, uma vez que nossa região é pequena, com menor poder aquisitivo do que outras regiões do estado, seja pela distância do poder, o que muitas vezes nos afasta dos recursos e dos investimentos.

Tudo isso foi superado e a alegria que o povo do oeste sentiu, especialmente o povo do Chapecó, não teria outra forma de sintetizar senão com uma homenagem tão justa e tão bela como esta proposta pelo deputado Narcizo Parisotto.

Quero, em nome dos 39 colegas deputados, cumprimentar os torcedores, os jogadores, a diretoria, a administração municipal, hoje aqui representada pelo nosso vice-prefeito Élio Cella, o nosso prefeito João Rodrigues, que hoje está na Itália, porque esta conquista foi possível graças à participação de todos, ao esforço, ao empenho e, acima de tudo, ao nosso Criador, que nos deu essa alegria tão grande. Parabéns a todos!

O presidente Edir De Marco é o grande coordenador deste trabalho, tanto que hoje está recebendo em Camboriú a homenagem como o dirigente do ano no esporte catarinense. E tenho certeza de que ele representa cada um dos colaboradores que fizeram a nossa Chapecoense campeã estadual de 2007.

Muito obrigado e boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Neste momento fará uso da palavra o sr. Ivan Carlos Agnoletto, presidente da Fundação Municipal de Esportes de Chapecó e representante da crônica esportiva daquele município.

O SR. IVAN CARLOS AGNOLETTO - Quero cumprimentar o presidente da mesa, neste momento o deputado Narcizo Parisotto, autor, inclusive, do requerimento que presta esta homenagem justa à Associação Chapecoense de Futebol;

Excelentíssimos srs. deputados que compõem a mesa;

Excelentíssimo sr. prefeito em exercício de Chapecó, Élio Cella;

Excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Municipal de Chapecó, vereador Nilso Macieski;

Excelentíssimo vereador Itamar Agnoletto;

Cumprimento todos e cada um dos ex-dirigentes e dos atuais dirigentes da Associação Chapecoense de Futebol que escreveram esta belíssima, mas sofrida história do futebol profissional do oeste de Santa Catarina, que já dura 34 anos.

Tive a oportunidade, desde cedo, já que comecei no rádio em 1974, de por quatro anos acompanhar a Chapecoense como técnico de som, como repórter e, a partir daí, incentivado pelo meu irmão de fé presente neste momento, Arnaldo Carlos, empunhando o microfone e também iniciando o meu trabalho como narrador de futebol. Como disse, durante esses 30 anos acompanhei a Chapecoense em longas viagens. Aliás, se há alguém que também merece uma homenagem na noite de hoje, deputados Gelson Merísio, Dirceu Dresch, Moacir Sopelsa, Herneus de Nadal, Jorginho Mello - v.exas. que tão bem conhecem a nossa região e a distância que ficam Chapecó e o oeste de Santa Catarina de tudo - é a nossa imprensa, a nossa crônica esportiva.

Jamais esquecerei que em 1977 acompanhei a equipe da Rádio Chapecó para um jogo da semifinal em Brusque, contra o Paissandu, num fusca 1967, e o trecho não era todo asfaltado. Então, vejam as dificuldades dos cronistas esportivos do passado.

Então, imagino que a partir deles devemos também prestar nossa homenagem à crônica esportiva de Chapecó e do oeste, porque a viagem mais curta que a Chapecoense fez foi de 430 quilômetros até o município de Ibirama. E essa mesma viagem, esse mesmo trecho, esse mesmo percurso é feito também pela crônica esportiva de Chapecó. Então, eu acredito que seja justo prestar esta homenagem à crônica esportiva de Chapecó e da região.

Todos devem ter notado que o oeste e Chapecó estão comemorando e não param mais de comemorar. Sabem por que eu falei em sacrifício? Porque quando as conquistas vêm com muito sacrifício, com muita dificuldade, com muito trabalho, valoriza-se mais. Quem ganha na loteria gasta com mais facilidade, porque não sabe de onde veio e nem como veio o dinheiro. Apesar de um tratamento desigual com as demais equipes do estado de Santa Catarina, e isso aconteceu sempre, a Chapecoense nunca, srs. deputados presentes, sr. presidente, foi tratada com igualdade durante esses 34 anos. Sempre houve privilégios!

E se vocês puderem, oportunamente, acompanhar e buscar os relatórios dos repasses, não deste governo, porque ele foi até muito bondoso com a Chapecoense, mas dos governos anteriores, vocês verão que a diferença dos repasses para os clubes considerados maiores de Santa Catarina é muito grande, porque estão mais próximos da capital, em relação à Chapecoense. Então, sempre trabalhamos com muita dificuldade e é aí que se valoriza, é por isso que Chapecó, o oeste e a torcida da Chapecoense e todo estado não param de comemorar.

E por falar em torcida, em nome do presidente Marco, aqui presente, presidente da Raça Verde, acredito que foi muito bem prestada a homenagem do deputado Gelson Merísio e também do autor do requerimento, deputado Narcizo Parisotto, a nossa torcida da Associação Chapecoense de Futebol, aqui representada. É a mais sofrida, é a mais judiada, a mais discriminada, mas é a maior e mais apaixonada torcida de Santa Catarina, disso eu não tenho dúvida.

A Chapecoense foi além de uma conquista, Sextilio Hans, Lodovino Costela e Moacir Fredo, dirigentes e ex-dirigentes da Chapecoense, porque a nossa gente tem a identidade novamente de um time de futebol. Éramos discriminados e não torcíamos para Avaí, Figueirense, Joinville e companhia limitada porque sempre fomos tratados com indiferença. O que fazíamos? Torcíamos pelo Internacional e pelo Grêmio, ali do outro lado do rio. Agora, pasmem os senhores, dificilmente se via isso em Chapecó, pois por uma coincidência, no dia em que a Chapecoense foi campeã catarinense, no último dia 6, o Grêmio também ganhava o campeonato gaúcho e dessa vez festejaram a conquista da Associação Chapecoense.

Então, além de tudo, a Chapecoense resgatou e deu para a nossa gente, a partir da garotada e tenho certeza, também dos mais sábios da terceira idade, uma identidade. Hoje nós temos um time e um clube chamado Associação Chapecoense de Futebol, tricampeã catarinense, 19 jogos invictos, único clube com esta marca no ano. O Santos tentou chegar perto com 17 jogos e aí perdeu aquele primeiro jogo para a equipe do São Caetano. A Chapecoense tem 19 jogos de invencibilidade.

Então, antes de encerrar, srs. deputados, gostaria de deixar aqui um pedido de alguém que conhece a Chapecoense e que sabe o sacrifício de cada dirigente, de cada empresário e de cada torcedor para pagar o ingresso no domingo - e nós não queremos regalias e nem que nos ajudem: nós queremos que nos tratem com igualdade, pois em igualdade de condições a Chapecoense vai dar o que falar!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Gostaria de registrar com prazer a presença do vereador Jair Miotto, primeiro-secretário da Câmara Municipal de Florianópolis.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Sextilio Hans, em nome dos patrocinadores da Chapecoense.

O SR. SEXTILIO HANS - Excelentíssimo sr. deputado Narcizo Parisotto, autor do requerimento, que preside os trabalhos desta sessão e representa, neste momento, o presidente, deputado Julio Garcia.

Estendo os meus cumprimentos ao filho do nosso presidente da Associação Chapecoense de Futebol Edemar De Marco, que está representando o pai que hoje se encontra recebendo uma grande e justa homenagem da Federação Catarinense de Futebol.

Em nome da diretoria atual da Chapecoense, que se encontra nesta Casa, e dos ausentes também, quero fazer aqui um relato do que aconteceu com a Associação Chapecoense de Futebol, a partir do dia 10/12/2005, quando nós a assumimos.

Como já relataram os antecessores, nós fomos incumbidos pelo hoje nosso prefeito municipal e presidente de honra da Associação Chapecoense de Futebol dessa missão, dessa tarefa até então muito árdua, porque naquela ocasião o clube se encontrava numa situação de extrema dificuldade financeira, com o descrédito total dentro e fora do estado, sendo mais prejudicado ainda na própria cidade de Chapecó.

Nós assumimos no dia 10/12/2005 para montar o time, fazer as contratações e para estrear no campeonato no dia 14 de janeiro de 2006, sendo que tivemos apenas 34 dias para fazer isso. Logicamente que os frutos não poderiam ter sido outros no ano de 2006: fizemos uma história muito curtinha durante aquele campeonato, mas nos estruturamos para voltar em 2007 com uma força até então desejada pela nossa equipe de trabalho.

Em 2007 nós colhemos os frutos que plantáramos em 2006. No final de 2006, quando houve aquela disputa pela seletiva, nós mantivemos a espinha dorsal do time de futebol e ali é que nós fomos em busca dos recursos para poder dar condições à Associação Chapecoense de Futebol de concretizar o campeonato. Tivemos parceiros considerados, dentro dos critérios de futebol e que hoje fazem investimentos nessa área em nível estadual e até nacional, muito insignificantes com relação aos demais times.

Para vocês terem uma idéia, nós conseguimos, nessa época, receber do nosso maior patrocinador, que foi a Aurora, por um período muito curto, apenas R$ 20 mil mensais. Tão logo a Aurora deixou de aplicar esse montante no time, nós não conseguimos mais do que R$ 10 mil com os patrocinadores maiores. Nós tivemos, nesse período, uma despesa mensal na ordem de R$ 170 mil e recebemos dos patrocinadores apenas R$ 90 mil. O restante nós fomos buscar no esforço da torcida, dos empresários e das promoções que nós fizemos.

Neste ano de 2007, a Chapecoense percorreu 19.800 quilômetros para poder concluir o campeonato estadual. Para vocês terem uma idéia, eu tive participação no Arbitral da Federação Catarinense de Futebol; foi o Arbitral do campeonato de 2007 no qual a maioria dos clubes reclamaram da ida do jogo para o oeste de Santa Catarina. E foi ali que eu tive a felicidade de poder me expressar e dizer da nossa indignação com os clubes considerados aqui do litoral.

Os clubes reclamavam quando tinham de fazer uma viagem para o oeste, ao passo que nós, a cada jogo que fazíamos em casa, um jogávamos fora. Então, aí é que nós mostramos a garra, a força e a determinação para conseguirmos levar esse nosso projeto até o final do campeonato deste ano. Vocês podem imaginar quanto tempo leva para os nossos jogadores e para a nossa comissão técnica viajarem em média 710 quilômetros até o litoral para jogar? Quanto tempo têm os jogadores para descansar para depois jogar? Esse deslocamento tem um custo para a nossa Associação.

Mas, felizmente, fomos coroados. Eu até digo que essa coroação veio em duplicidade para nós, da diretoria. Em primeiro lugar, alcançamos o objetivo máximo da competição, que foi o título do campeonato estadual de 2007. Para mim, particularmente, a segunda maior vitória que nós conseguimos foi termos recuperado o clube financeiramente e termos recuperado o espírito esportivo da população de Chapecó e do grande oeste de Santa Catarina. Cada jogo que tínhamos no Estádio Índio Condá, nós enxergávamos o que estávamos promovendo em termos sociais. Nós levávamos para o estádio o avô de 80 anos com o netinho ou o bisneto de três anos, trajados com as cores do Verdão do Oeste.

Então, para mim, a maior vitória que nós conseguimos foi ter empreendido esse espírito esportivo nesses jovens que enxergam, talvez, uma válvula de escape para os problemas sociais que vivemos hoje, não só em Chapecó, como também no estado e em nível de Brasil. Eu acredito que essa esportividade que nós conseguimos despertar nesses jovens represente menos jovem nas ruas no amanhã.

Assim sendo, nós queremos aqui agradecer, especialmente, aos patrocinadores, como também à grande massa da nossa torcida, que fez com que o clube chegasse aonde chegou. Muito obrigado, em nome da diretoria, a todos os investidores, à torcida, especialmente ao nosso deputado que foi o mentor desta homenagem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Narcizo Parisotto) - A seguir fará uso da palavra o vereador Nilso Macieski, presidente da Câmara Municipal de Chapecó.

O SR. NILSO MACIESKI - Eu quero saudar, inicialmente, o presidente dos trabalhos, deputado Narcizo Parizotto; o nosso prefeito de Chapecó em exercício, Élio Francisco Cella; os deputados Herneus de Nadal, Gelson Sorgato e Dirceu Dresch.

Eu quero fazer uma saudação aqui, em nome do vice-presidente da Chapecoense, sr. Lodovino Costella, a todos os homenageados da noite de hoje porque de fato, ao longo desses 34 anos, há aquele que contribuiu um pouco, há aquele que contribuiu bastante e há aquele que intermediou também para que as coisas acontecessem.

Disse aqui o nosso comentarista e narrador Ivan Carlos Agnoletto que são muitas as dificuldades, são muitos os problemas, mas eu acho que todos eles foram superados. E está aqui a Chapecoense completando o seu 34º aniversário, com o terceiro título catarinense.

Em nome do Marco, quero saudar a torcida verde, a torcida que se faz presente no dia de hoje. Mais uma vez, Marco, você se desloca lá do oeste de Santa Catarina, 600 quilômetros, para vir aqui prestigiar esta homenagem. Isso nos orgulha porque foi o time que mais viajou no estado de Santa Catarina e porque a sua torcida foi fiel, foi honesta e acompanhou o time em todos os momentos.

Quero saudar aqui também os secretários de Desenvolvimento Regional, os vereadores, o Salésio Rodrigues, que é o nosso major da Corporação de Bombeiros de Chapecó e que, junto com o tenente Paulo Henrique Reis, fez um bom trabalho na segurança de todos os jogos.

Quero saudar o meu colega, vereador Itamar Agnoletto, que na Câmara Municipal briga seguidamente para que a população de Chapecó tenha oportunidade.

Quero saudar, especialmente, o Coral da Assembléia Legislativa, mas é uma pena que vocês não estejam de gravata e paletó azul, porque de repente ficaria mais bonito, não é?

Enfim, falar da Chapecoense, dos seus 34 anos, é contar muitas histórias, muitas conquistas, muitas derrotas e muitos problemas, mas acho que chegamos num momento em que de fato temos que reconhecer o trabalho de todos. O trabalho do presidente que começou até o atual presidente, em conjunto com toda a diretoria, com todos os integrantes, com todos os empresários. E aí o Sextilio Hans falava das dificuldades, mas nós sabemos que elas não vão parar por aqui, nós vamos ainda enfrentar muitas dificuldades pela frente.

Nós temos que nos unir para enfrentar essas dificuldades, assim como unir a classe empresarial, os governos, que também têm um papel a cumprir nesse processo para que as coisas aconteçam; chamar ainda mais a nossa torcida e dizer a Ivan Carlos que não foi somente a dificuldade de pagar o ingresso, mas foram as chuvas que nós tomamos dentro do estádio. Lembro que foram três jogos com três banhos e não ficou um fio de cabelo sem molhar.

Acho que é um momento muito especial para a Associação Chapecoense de Futebol receber, no dia de hoje, esta homenagem proposta pelo sr. deputado Narcizo Parisotto pelos 34 anos de fundação. E junto do aniversário, o deputado homenageia a vitória do campeonato catarinense.

Eu quero dizer aqui que essa vitória traz mais um incentivo para que nós briguemos e quero pedir aos deputados presentes e ao prefeito para nos unirmos e somarmos junto com a classe empresarial, com a diretoria, com as lideranças políticas, com a torcida, com quem de fato tenha a intenção de contribuir para que aquela cidade e aquele time se desenvolvam. E nós somos o quinto maior município do estado e, com certeza, o maior município progressista do estado.

Por isso, deputado, parabéns pela sua iniciativa, parabéns pela sua atitude, parabéns a todas as pessoas homenageadas aqui e que tiveram o seu peso de contribuição para que a Associação Chapecoense chegasse aonde chegou. E com certeza muitas vitórias, muitas alegrias virão na seqüência dos anos.

Um abraço a todos e um abraço, principalmente, à torcida verde, que de fato tem sido assídua e fiel à Associação Chapecoense de Futebol.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Convido o jornalista e radialista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (VALTER SOUZA) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Convidamos o sr. deputado Narcizo Parisotto para fazer a entrega de placa, em nome do Poder Legislativo, à Associação Chapecoense de Futebol, em homenagem ao seu 34º aniversário e também pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol de 2007.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Lodovino Costella, vice-presidente da Associação Chapecoense de Futebol.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Convido o sr. deputado Herneus de Nadal para assumir a Presidência enquanto este deputado faz a entrega da placa.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (VALTER SOUZA) - Convidamos o sr. Edir Felix de Marco, presidente da Associação Chapecoense de Futebol, neste ato representado pelo seu filho, sr. Edemar de Marco, para receber a placa referente à conquista da Associação Chapecoense de Futebol no Campeonato Catarinense de 2007.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O Poder Legislativo homenageia com certificado de apreciação e reconhecimento pelo empenho e participação na vitoriosa trajetória do Verdão do Oeste nesses 34 anos.

Convidamos para receber o certificado o excelentíssimo sr. João Rodrigues, prefeito de Chapecó, neste ato representado pelo sr. Élio Francisco Cella, prefeito em exercício.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o sr. Nilso Macieski, neste ato representando a Câmara de Vereadores de Chapecó;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o sr. José Carlos Bezerra, representando neste ato a Federação Catarinense de Futebol, um dos melhores árbitros que o nosso estado já teve.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o sr. Milton Sander, ex-prefeito da cidade de Chapecó, que construiu o Estádio Regional Índio Condá em apenas 150 dias, representado pelo sr. Tácio Nivaldo Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o sr. Ivan Carlos Agnoletto, presidente da Fundação Municipal de Esportes e representante da crônica esportiva do município de Chapecó.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o sr. Vicente Luiz Rodolfi, representando a atual diretoria da Chapecoense.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Neste momento, prestaremos homenagem ao atual presidente e também a ex-presidentes.

Sr. Edir Félix de Marco, presidente da ACF, campeão de 2007, neste ato representado pelo seu filho Edemar de Marco.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Carlinhos Marcon.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Lodovino Costella, ex-presidente e atual vice-presidente da ACF.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Artur Batalofti, representado pelo vereador Itamar Agnoletto.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

A seguir homenagearemos o atual dirigente e os ex-dirigentes:

Sr. Ilton Luis Córdova, dirigente da Associação Chapecoense de Futebol.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Alvadir Pelisser.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Jair Antunes da Silva.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Moacir Fredo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Sr. Carlos Alberto L. da Silva, ex-jogador (1974-1977).

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Srs. Daniel Mafra e Ricardo Ahfl, neste ato representando os atletas da Associação Chapecoense de Futebol 2007.

(Procede-se à entrega dos certificados.)

(Palmas)

Sr. Marco Carini, neste ato representando a torcida organizada Raça Verde.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Professora e historiadora Eli Bellani.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

A seguir serão homenageados os meios de comunicação.

Rádio Sociedade Oeste Catarinense, neste ato representada pelo radialista Edson Luiz Florão.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Rádio Super Condá AM 610, neste ato representada pelo radialista Celso Mantelli.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Jornal *Diário do Iguaçu*, neste ato representado pelo jornalista Arnaldo Lanz.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Muito obrigado, Valter Souza, pela ajuda que nos deu. Convido para fazer uso da palavra o sr. Lodovino Costella, vice-presidente da ACF.

O SR. LODOVINO COSTELLA - Em nome da Associação Chapecoense de Futebol, do nosso presidente Edir Félix de Marco, do nosso patrono, prefeito João Rodrigues, cumprimento o prefeito de Chapecó em exercício, Élio Cella, e também nosso deputado Narciso Parisotto, pela iniciativa desta grande homenagem, assim como todos os componentes da mesa.

Quero agradecer à nossa torcida, que veio de Chapecó até Florianópolis para participar desta homenagem; à imprensa; às autoridades presentes e aos atletas que nos estão prestigiando.

A Chapecoense, em 1973, foi uma semente plantada que germinou e hoje é uma história, um marco. Em 1977, seu Artur Badalofti teve a honra de ser presidente e campeão; em 1996 o Carlinhos Marcon e sua diretoria foram campeões novamente e agora, em 2007, somos tricampeões.

Nós, da diretoria, completamos junto com a Chapecoense 34 anos, que são anos de uma história que começou do nada e hoje é um marco na cidade de Chapecó, que é um pólo, como também a região do grande oeste.

Nós, da diretoria, junto com todos os empresários, com a nossa torcida, com as empresas e, de forma especial, com a prefeitura, que nos dá grande apoio, conquistamos este título de tricampeão de 2007. Sinceramente, eu não acreditava Ivan Carlos Agnoletto, que conquistaríamos este título.

Em 2005, quando assumimos a Chapecoense, o prefeito se reuniu com 14 empresários; naquele momento seria decidido o rumo da Associação Chapecoense de Futebol: fecharia ou seria dada continuidade. Convidamos 16 empresários, vieram 14 e junto com esses empresários, junto com a torcida e com toda a cidade de Chapecó nós conseguimos fazer uma Chapecoense grande.

No início, em 2006, não conseguimos acertar os jogos, mas em 2007, graças a Deus, começamos ganhar os jogos; ganhamos 19 jogos! Este é um marco na história do futebol do Brasil.

Ser tricampeão é muito bom, mas melhor é ser homenageado pelo deputado Narcizo Parisotto e levar esta homenagem para Chapecó. Quero dizer a todos muito obrigado e vamos esperar 2008 para ganharmos outro título. Agora temos a série C e a Copa Brasil.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Convido o excelentíssimo sr. Élio Cella, prefeito municipal em exercício, para fazer uso da palavra.

O SR. PREFEITO ÉLIO CELLA - Cumprimento o sr. deputado Narcizo Parisotto, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, que homenageia a Associação Chapecoense de Futebol;

Cumprimento o excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Chapecó, vereador Nilso Macieski;

Cumprimento os srs. deputados que compõem a bancada do oeste de Santa Catarina, Gelson Merísio, Herneus de Nadal, Dirceu Dresch, Jorginho Mello, Moacir Sopelsa e os demais deputados presentes;

Quero cumprimentar, em nome de Edemar de Marco, filho do presidente, Sextilio Hans, Lodovino Costella, toda a secretaria da Chapecoense e todo o seu departamento, que estiveram presentes neste glorioso título de campeão do estado de Santa Catarina;

Cumprimento os ex-dirigentes, todos os homenageados, os ex-atletas e a imprensa, que se fazem presentes e que fizeram a Chapecoense campeã do estado de Santa Catarina;

Quero cumprimentar também o presidente da Fundação Municipal de Esportes de Chapecó, sr. Ivan Carlos Agnoletto, e o nosso vereador Itamar Agnoletto;

Quero cumprimentar a nossa historiadora e professora Eli Bellani, o nosso secretário de Desenvolvimento Regional empossado, Manfried Rutzen, de Chapecó, como também o nosso comandante do Corpo de Bombeiros, que nos estão prestigiando;

Cumprimento, ainda, todos os convidados que se fazem presentes.

Falar da história da Chapecoense é desnecessário. Já vimos e ouvimos, contada pelos abnegados fundadores da Associação Chapecoense de Futebol, que em 1977 e 1996 fomos campeões do estado de Santa Catarina e agora fomos sagrados tricampeões em 2007.

Quero falar da diretoria, que teve a responsabilidade do último campeonato e não poderíamos deixar de falar aqui do nosso prefeito João Rodrigues, que foi um abnegado, que foi um empreendedor e que junto, lado a lado com a nossa diretoria, conseguiu, deputado Narcizo Parisotto, sagrar a Chapecoense campeã do estado de Santa Catarina.

Se o poder público não estivesse irmanado com os nossos dirigentes, se não se colocasse ao lado desse grande povo, dessa grande torcida, dessa grande massa popular que o esporte traz, também não seria justo comemorar este título de campeã do estado de Santa Catarina.

É por isso que eu sempre digo que nada se faz sozinho; nós precisamos de incentivadores, precisamos de apoiadores, precisamos de credibilidade e foi isso que aconteceu com a nossa Chapecoense. Se falarmos da Chapecoense hoje, estaremos falando de raça, de torcida, de povo, de gente, de diretoria, de prefeito, de imprensa e de segurança. Todo esse conjunto fez com que Chapecó se sagrasse campeã do estado de Santa Catarina.

E é por isso, deputado Herneus de Nadal, sei que v.exa. é autor do requerimento que solicitou a sessão solene para homenagear a Associação Comercial e Industrial de Chapecó, na última semana, que Chapecó vive de comemorações e vive de homenagens! Santa Catarina se curva para o oeste de Santa Catarina! Isso é importante! Homenageamos lá a pujança da economia do oeste de Santa Catarina e de Chapecó.

Chapecó hoje é a capital da agroindústria nacional. Mas Chapecó não participa apenas da economia do nosso estado, participa também da política de Santa Catarina. Pela primeira vez fizemos inúmeros deputados estaduais, federais e até senadores da nossa região. Estamos bem representados! As desigualdades acabaram. Somos a quinta economia do estado de Santa Catarina; somos uma bancada com força política neste estado; somos campeões de futebol do estado!

Com isso, deputado Herneus de Nadal, v.exa. disse muito bem, com a bola rodando, com a bola no pé, com a bola na rede, Chapecó foi tricampeã do estado de Santa Catarina! Respeitamos as equipes do estado, as belas equipes, as estruturas e o futebol profissional que existe, mas desta vez o estado teve que bater palmas, teve que aplaudir o futebol do oeste de Santa Catarina!

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convido, com muito prazer e alegria, todos os homenageados e todos os senhores e as senhoras que prestigiaram a sessão desta noite para um jantar no restaurante desta Casa, no 4º andar.

Gostaria de agradecer a presença de todos os que nos honraram com o seu comparecimento e das autoridades com assento à mesa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
## REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2007
## PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Reporta-se a acidentes com morte ocorridos na BR-470; aborda a criação da Oncorrede em Santa Catarina; parabeniza o ministro da Saúde pelas suas ações.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Refere-se à necessidade de um maior número de credenciamentos para os procedimentos de alta complexidade no estado.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra presença do vereador Luciano de Jesus Grein, de Três Barras.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Discorre sobre audiência pública, em Curitibanos, sobre a extensão da Universidade Federal em Curitibanos.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (aparte) - Fala da importância de a Universidade Federal chegar também a outras cidades.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Elogia o fato de a educação ter sido descentralizada.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Manifesta alegria pela conquista de Curitibanos e registra o Dia do Assistente Social.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Reporta-se ao fato de o presidente Lula estar valorizando as mulheres; aborda audiência pública para debater o Programa de Prevenção e da Saúde Reprodutiva nas Escolas Públicas.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Concorda com a deputada Odete de Jesus que há poucas mulheres secretárias regionais.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Discorre sobre a posse dos novos secretários de Desenvolvimento Regional.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** (aparte) - Fala do modelo descentralizado que hoje se implanta no estado.

Partidos Políticos

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra presença do comandante Valmor, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra presença de autoridades dos centros sociais de Joinville.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Refere-se à gestão do Hospital Materno-Infantil de Joinville por uma organização social.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Fala da audiência pública na Câmara de Joinville.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** - Manifesta-se sobre a questão da saúde; reporta-se às colocações da secretária da Ação Social na coluna de Paulo Alceu.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Anuncia projeto do Rotary Club de Joinville Norte; aborda lançamento do edital do porto de Itapoá.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Registra presença do ex-deputado Vânio de Oliveira.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Enaltece ações do governo para o desenvolvimento do estado.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Fala sobre questões que envolvem os descendentes de quilombolas e a comunidade Invernada dos Negros.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Discorre sobre matéria de televisão sobre falsificação de documentos para incorporar quilombolas.

**DEPUTADO CLÉSIO SALVARO** - Pronuncia-se sobre Operação Conexão; fala da necessidade de delegacia da Polícia Federal em Criciúma.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** (aparte) - Elogia ação praticada pela polícia no combate às drogas.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Tece elogio ao trabalho da Polícia Federal.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda questão do Hospital Materno-Infantil de Joinville.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Discorre sobre a posse do presidente da Acib; lamenta ausência de mamógrafo em Blumenau e a falta de material nos hospitais do estado; fala sobre problemas na educação.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Refere-se à falta de equipamentos nos hospitais.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo tema do discurso e fala da questão da saúde.

Ordem do Dia

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Manifesta-se sobre indicações de sua autoria. Uma pedindo instalação da Delegacia da Mulher em Jaraguá do Sul e a outra a colocação de lombadas eletrônicas na SC-301.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento da deputada Odete de Jesus cumprimentando Associação Empresarial de Blumenau pela posse da nova diretoria.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Manoel Mota enviando cumprimentos pelo Dia do Assistente Social.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento do deputado Jandir Bellini enviando cumprimentos pelo título de Gestor Empresarial do Ano.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Justifica homenagens prestadas, através de requerimentos, ao jovem empresário, à empresa destaque, ao administrador do ano, ao empresário do ano e à mulher empresária.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimentos do deputado Jandir Bellini: enviando cumprimentos pelo título de Mulher Empresária do Ano e enviando cumprimentos pelo título de Empresário do Ano.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento do deputado Serafim Venzon enviando cumprimentos pelo aniversário de Monte Castelo.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Cesar Souza Júnior cumprimentando jornalistas de renome pela homenagem recebida da Associação Catarinense de Imprensa.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento do deputado Cesar Souza Júnior cumprimentando jornalistas de renome pela homenagem recebida da Associação Catarinense de Imprensa.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Discute seu requerimento solicitando ampliação do número de atendentes e melhoria no posto de atendimento do ministério do Trabalho em Jaraguá do Sul.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento do deputado Antônio Aguiar que pede a construção de trevo rotatório na interseção da BR-116 com a BR-280.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Manifesta voto contrário à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Expressa voto contrário à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Manifesta-se com relação à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal, incluindo a bancada como autora.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Solicita votação nominal da moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra presença de vereadores de Bela Vista do Toldo.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Declara voto a favor da moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Declara voto contrário à maioridade penal.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Declara voto contrário à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Coloca posição favorável da bancada à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Declara que sua bancada votará a favor da moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Diz que irá se abster de votar a moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Opina com relação à moção do deputado Pedro Uczai manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir idade penal.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Manifesta-se contrário à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Encaminha voto contrário à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Reporta-se à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE; registra presença do prefeito e vice-prefeito de Taió.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Declara que o PSDB votará contra moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Declara que votará pela aprovação da moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Justifica voto contrário à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Coloca-se favorável à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Aborda moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Pede votação nominal à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Encaminha voto com relação à moção da liderança do PT manifestando repúdio às portarias que afastam professores do IEE.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Reafirma orgulho pela aprovação da moção do deputado Pedro Uczai que cumprimenta a Polícia Federal pela Operação Moeda Verde.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Convida a comissão do Mercosul para uma reunião.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Faz convite para audiência pública da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Convida para parlamentares para reunião do Fórum da Educação, na Unifebe.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Registra o Dia do Enfermeiro.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Parabeniza a categoria da enfermagem e anuncia audiência pública sobre reajuste da tabela do SUS.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Manifesta-se sobre questão da saúde.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Aborda necessidade de verbas do governo federal para a saúde.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Refere-se à questão da CPMF, que foi criada para dar suporte à saúde.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Discorre sobre caso do médico que usou luva como dreno numa cirurgia de abdômen.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Fala da Oncorrede; aborda a criação de 36 secretários Regionais; discorre sobre a CPMF.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Aborda necessidade de verbas do governo federal para viabilizar a saúde no estado.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Comenta a falta de recursos do governo federal.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Tece considerações sobre a falta de gestão do governo; fala da nomeação dos novos secretários; reporta-se à manifestação dos serventuários da Segurança Pública.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Reporta-se à obra da via expressa em Mampituba.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Faz referência a um equívoco do deputado Décio Góes com relação à via rápida de Criciúma.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Desculpa-se com o líder do governo.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Fala da forma como o ex-governo administrava o estado.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Comenta a criação da Oncorrede.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Refere-se ao PL n. 0159/2007, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado os murais do Colégio Industrial de Lages e Florianópolis; discorre sobre a fulanização da política.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Faz correção do nome de Osama Bin Laden.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Fala das críticas e elogios do PT com relação às realizações do governo.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Aborda o impacto sócio e ambiental da hidrelétrica na região do extremo oeste; refere-se à aquisição de *notebook* pelo governo federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de cumprimentar os srs. deputados que se fazem presentes nesta Casa, o nosso presidente, deputado Julio Garcia, os deputados Peninha e Antônio Aguiar.

No dia de hoje farei menção a mais um acidente grave ocorrido no Alto Vale, na BR-470. Sabemos que está previsto no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - do governo federal a duplicação dessa rodovia. Mas neste final de semana perdemos amigos e jovens da cidade de Trombudo Central, que faleceram num acidente. No dia seguinte, ocorreu mais um acidente com um veículo, que bateu em um eucalipto, cujas fotos gostaria de mostrar. Porque quando vemos a luta incessante pela duplicação da BR-470 verificamos a gravidade do acidente com quatro vidas ceifadas.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Esse acidente só não foi mais grave porque, após o incêndio que se iniciou no ônibus, um bombeiro que passava no local, chamado Jesus Pacheco, começou a recolher os extintores dos veículos que passavam. Depois de pegar quase 40 extintores, ele conseguiu apagar o fogo do ônibus.

Nós defendemos, sim, deputado Peninha, a duplicação da BR-470 não apenas início da BR-101, mas principalmente nos trechos onde ocorrem os mais graves acidentes. Se formos observar o trecho da BR-101 até a cidade de Gaspar, é um dos locais onde há menor índice de acidentes da BR-101. E o trecho que vai da região de Lontras a Pouso Redondo, é um dos lugares onde mais morre gente.

Por isso levaremos essa questão a Brasília, para que, nesse primeiro momento de duplicação da BR-101 e da BR-470, possamos observar claramente os principais locais que representam perda de vidas e custo social, porque aqueles que vão parar num hospital, deputado Onofre Santo Agostini, por causa de um acidente desses ficam às vezes 30, 40, 60, 90 dias numa UTI custando mais de R$ 2 mil por dia num hospital público.

Portanto, esta é uma das reivindicações que estamos fazendo, e estamos encaminhando também uma moção parabenizando esse soldado do Corpo de Bombeiros pelo ato de bravura que teve ao conseguir eliminar, basicamente sozinho, o incêndio do ônibus, fazendo com que esse acidente não tivesse uma gravidade de maior proporção.

Como parlamentar do Alto Vale do Itajaí, quero aqui dar as minhas condolências aos familiares dessas pessoas que faleceram, pois sabemos o que isso representa, porque já tivemos parentes e amigos perdidos em acidentes nas BRs.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Jailson Lima, v.exa. faria a gentileza de repetir o nome do rapaz do Corpo de Bombeiros?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O nome dele já é um nome abençoado: Jesus Pacheco.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Diz tudo!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Srs. deputados, quero também parabenizar a secretaria da Saúde, o secretário Dado Cherem e a diretora-geral Carmem Zanotto, pelo trabalho feito em relação à Rede Estadual de Oncologia, pois, juntamente com o ministério da Saúde, está sendo ampliado o serviço de oncologia no estado de Santa Catarina. Porém, deputado Peninha, está faltando um local, pelo qual nós temos que trabalhar.

Onze localidades foram contempladas pela Rede Estadual de Oncologia, na chamada Oncorrede, que foi criada no estado de Santa Catarina: Florianópolis, com o Hospital Infantil, com o Cepon e o Hospital de Caridade; Blumenau; Chapecó; Joinville; Jaraguá do Sul; Criciúma; Lages; Itajaí; Joaçaba; Porto União e Tubarão. Está faltando a nossa querida região do Alto Vale do Itajaí, onde sabemos que a nossa luta deverá permanecer, porque temos que contemplar o Hospital Regional, que possui profissionais qualificados para fazerem as cirurgias oncológicas, e o Hospital Samária, para executar o serviço de quimioterapia.

Sabemos que isso representa um avanço, mas muito temos que fazer ainda, galgando passos e entendendo aquilo que se constrói e aquilo que é possível. E temos a convicção de que o Alto Vale do Itajaí, tendo como cidade sede Rio do Sul, que é a capital daquela região, não poderá ficar fora da Oncorrede. E o nosso trabalho, como parlamentares do Alto Vale do Itajaí, deputado Peninha, é assumir a responsabilidade de, na seqüência, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que também é médico, ampliar esse serviço no estado de Santa Catarina.

Aqui, sem sombra de dúvida, a secretaria da Saúde avança, porém temos que evoluir mais e no próximo trabalho temos que incluir na Oncorrede o serviço de quimioterapia para essa região, que, como já disse nesta tribuna, quem sai lá da região do Caravelo, na cidade de Santa Terezinha, para chegar a Rio do Sul, tem de percorrer 140 quilômetros de estrada de chão e para chegar até Florianópolis, Blumenau ou Lages, o tempo é muito maior ainda. E como nós vemos que há serviço na cidade de Jaraguá do Sul, na cidade de Joinville, nas cidades vizinhas, com um trânsito muito mais tranqüilo, nós não podemos, do ponto de vista da saúde, deixar de contemplar o Alto Vale do Itajaí na Oncorrede.

Quero fazer aqui também uma menção ao ministro da Saúde, que em determinados momentos é criticado pela coragem de abordar, de forma pública, temas relacionados ao aborto, principalmente agora, quando ele diz que quer tirar das páginas policiais o debate dos hospitais públicos deste país, assumindo que há problemas.

Esse ministro, que é um médico que veio do movimento sanitarista, sabe da sua responsabilidade. Quando ele defende publicamente que muitas vezes é fácil diagnosticar o problema, como está no artigo "A Doença nos Hospitais", falando do mau gerenciamento público dos serviços hospitalares, é porque muitas vezes os hospitais deixam de ter profissionais técnicos e qualificados para terem somente figuras de perfil político e que não têm capacidade de intervenção e de gerenciamento.

Então, quero parabenizar esse ministro pela coragem ao defender temas tão importantes que se fazem necessários neste momento da vida pública. Alguns o questionam pela postura adotada, sendo ministro de um governante popular como o presidente Lula. Mas ao mesmo tempo ele teve a coragem de dizer que neste país mais de 90% das famílias - e há municípios que têm médicos de família - não recebem a visita do médico na sua casa. Enfim, ele discute princípios de programas implantados neste país que precisam ser revistos.

Por isso parabenizo esse ministro, sendo ele do PMDB, dizendo-lhe, como parlamentar do Partido dos Trabalhadores, que estaremos juntos nessa caminhada de recuperação principalmente do senso crítico, do senso ético e moral, que precisamos imprimir na saúde deste país.

Não basta dizer fora CPMF, como agora existem alguns movimentos no Brasil. Nós temos que dizer fora para as más condições de saúde deste país. E aqui quero cumprimentar o deputado e secretário da Saúde Luiz Eduardo Cherem, dizendo-lhe que acabei de me pronunciar parabenizando-o pela Oncorrede, mas dizendo também que está faltando ser atendido ainda o Alto Vale do Itajaí dentro dessa Oncorrede. Mas eu sei que poderemos contar com o seu empenho, daqui para frente, nessa caminhada.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de endossar as suas palavras sobre o serviço de oncologia, que realmente se faz necessário em todas as regiões. E nós, médicos, deputado Jailson Lima, sentimos a falta de um maior número de credenciamentos para os procedimentos de alta complexidade em nosso estado. Para isso, nós temos que fazer com que o governo federal nos ajude e aumente esse número de atendimentos de alta complexidade, para que possamos atender os doentes nas nossas regiões.

É verdade que nós teremos uma audiência pública, na segunda-feira que vem, que vai tratar da questão do reajuste na tabela do SUS e, sem dúvida alguma, vamos discutir esse assunto.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de dizer ao deputado Jailson Lima que estive lá em Trombudo Central e vivi, junto com as famílias, todo o drama daquele acidente ocorrido na BR-470. Na verdade, é uma situação que nós estamos acostumados a conviver no dia-a-dia e, sem dúvida alguma, a solução em duplicar os pontos críticos já minimizaria, e muito, os problemas dos acidentes da BR-470.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Luciano de Jesus Grein, do município de Três Barras. Seja bem-vindo a esta Casa e um grande abraço aos munícipes de Três Barras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, imprensa que cobre esta Casa e amigos que nos assistem neste momento, eu ouvi o deputado Jailson Lima retratando o episódio do acidente acontecido na BR-470. Esta noite, deputado, nove pessoas perderam a vida na BR-101. Quer dizer, a coisa está complicada. Muitas vezes é defeito mecânico, muitas vezes é deficiência da estrada, como é o caso que v.exa. abordou, mas muitas vezes é imprudência do motorista.

Enfim, é lamentável que lá na BR-470 isso tenha ocorrido. Mas como v.exa. está apresentando uma moção para tratar deste assunto, eu quero me solidarizar com v.exa. e pedir permissão para assiná-la também, porque realmente é complicada a situação da R-470.

Eu estou assomando, hoje, à tribuna, deputado José Natal, para fazer dois levantamentos. Deputada Ana Paula Lima, muitas vezes eu vim aqui, e virei quantas vezes forem necessárias, fazer críticas ao governo federal, quando entendi que ele não estava cumprindo com os compromissos que assumiu em palanque. Mas eu quero reconhecer, deputado Jailson Lima, um dos atos importantes que o governo federal, através do ministério da Educação, realizou na minha cidade de Curitibanos ontem. Lá foi realizada uma audiência pública e nessa ocasião esteve presente o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Lúcio Botelho, que discutiu com a sociedade de Curitibanos, com aproximadamente 4 mil pessoas. Estiveram presentes, também, a senadora Ideli Salvatti; o senador Neuto De Conto; o deputado Pedro Uczai; este deputado, que também representava o senador Raimundo Colombo, que não pôde se fazer presente; e outras autoridades.

Foi uma grande audiência pública e no final todo mundo se abraçou e chorou de felicidade. Até que enfim conseguimos a extensão da Universidade Federal em Curitibanos. O reitor assumiu o compromisso de lá instalar a extensão da Universidade Federal. Claro que devemos isso a muitas pessoas, como à senadora Ideli Salvatti, ao reitor Lúcio Botelho, que foi o homem que deu a decisão final, mas devemos isso, principalmente, à mobilização da sociedade.

Lá se reuniram os clubes de serviços, o Rotary, a Maçonaria, o Lions, o CDL, a associação comercial, políticos, não políticos, prefeitos, vereadores, enfim, a sociedade, no seu todo, esteve lá hipotecando solidariedade.

Imagine, deputado Moacir Sopelsa, a alegria e a satisfação do povo curitibanense e de toda a região na hora em que o reitor disse que estava lá para trazer a notícia ao povo de Curitibanos de que vai ser feita a extensão da Universidade Federal de Santa Catarina em Curitibanos. Aliás, os prefeitos dos municípios vizinhos, as lideranças dos municípios vizinhos estavam lá hipotecando solidariedade a esse extraordinário evento.

Gostei muito, deputado Moacir Sopelsa, quando o reitor disse assim: "Olha, o que a mão direita faz, a esquerda não precisa saber". Aqui não tem o pai da criança. Não é o deputado Onofre Santo Agostini, não é fulano de tal nem a senadora Ideli Salvatti, mas, sim, a sociedade que se organizou, criou uma associação, foi para a luta e conseguiu essa extraordinária conquista.

Por isso, como faço críticas ao governo federal quando discordo de alguma coisa, quero aqui também reconhecer de público que, através do ministro da Educação, essa foi uma decisão acertada, porque agora vai ser interiorizado o ensino superior gratuito para toda Santa Catarina, principalmente para a região central do estado.

E a postura do reitor da Universidade Federal, Lúcio Botelho, honrou-nos muito, deixou-nos muito felizes, assim como toda a classe política também ficou feliz. E tivemos a participação das rádios, dos jornais. Enfim, foi a solenidade, quem sabe nesses 20 anos que sou deputado, mais bonita e mais emocionante que assisti na minha vida, quando o sr. reitor decidiu pela instalação da extensão da Universidade Federal na minha cidade.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Ouvirei v.exa. com muito prazer.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, pelo aparte que me concede.

Quero dizer que fico feliz ao ver v.exa., da tribuna desta Casa, com alegria, anunciar que estamos começando a ver que o governo precisa caminhar também no interior do nosso estado e país.

Tenho certeza, deputado Onofre Santo Agostini, de que só seremos um país que proporcione alegria de viver e prazer de viver, quando pudermos oferecer três coisas para a população: primeiro, o ensino gratuito em todos os níveis, e v.exa. sabe quantas pessoas recebemos aqui, quantas famílias não conseguem pagar uma faculdade para o filho; segundo, que todos possam ter acesso à saúde, para que não tenhamos mais filas nos hospitais e as pessoas não precisem esperar mais dois, três meses para marcar uma consulta; e terceiro, o alimento na mesa de todas as pessoas.

Ao cumprimentá-lo, quero dizer que v.exa. é um batalhador e vamos trabalhar juntos para levar essa extensão a Curitibanos, a Concórdia e a Chapecó para que possamos ter, no interior do nosso estado, essa mesma possibilidade que teve Curitibanos, que tanto merece. E aquela juventude, que tanto precisa, terá essa oportunidade, através da sua e de outras lideranças.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço a manifestação de v.exa., deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Deputado Professor Grando, eu irei ouvi-lo, haja vista que v.exa. esteve na minha terra, neste final de semana, vendo o nosso potencial na excepcional Expocentro, uma das maiores festas do sul do país. V.Exa. nos honrou muito e tivemos o privilégio de recebê-lo para mostrar o potencial da nossa terra, da nossa gente, que agora foi contemplada por esta extensão da universidade federal.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Onofre Santo Agostini, apenas gostaria de dizer que a maior herança que podemos deixar aos nossos filhos é uma boa saúde e uma boa educação. E a alimentação, como falou o deputado Moacir Sopelsa, é parte importante dessa saúde que o nosso povo tanto precisa.

Mas também quero dizer que essa é obra da descentralização. Está aí um exemplo que deve ser elogiado. E sempre deverá ser elogiado, quando a educação chegar às regiões que precisam, como qualquer atividade. Gostaria de deixar registrado que uma forma de a educação se democratizar é descentralizando a atividade da Universidade Federal.

Para a sua região, v.exa. tem sido um parlamentar que tem levado... Eu conheço praticamente todas as reivindicações da nossa bela Curitibanos, e está faltando somente a estrada São José do Cerrito a Curitibanos pela estrada antiga, que v.exa. vai conseguir, com certeza.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado José Natal, eu pensei que o colega Professor Grando iria dizer que só falta mudar a capital. Nesse projeto ele foi o meu algoz. Perdi para ele por um voto, mas ele defendeu um ponto de vista e eu defendi outro, com muito respeito e com muita admiração.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Irei ouvir v.exa. porque hoje estou feliz.

O Sr. Deputado José Natal - Exatamente por isso, nobre deputado, é que eu pedi um aparte. Compartilho essa alegria com v.exa. porque, com certeza, o senhor e tantos outros nobres deputados que por esta Casa passaram lutaram para que houvesse uma extensão da Universidade Federal na sua cidade.

Quero dizer que nós nunca devemos desistir e v.exa. está colhendo o resultado. Mas, na mesma nesta linha, quero lembrar que hoje é comemorado o Dia do Assistente Social, e são 50 anos de reconhecimento da profissão. Gostaria de parabenizar todos os profissionais e também aqueles que não são formados, mas que igualmente fazem um grande trabalho nessa área.

Parabéns a todos pelo seu dia!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço a v.exa., deputado José Natal.

O que caracterizou, o que ficou patenteado, deputado Manoel Mota, é que foi a sociedade... Como já disse um político: fogo morro acima e água morro abaixo... Quando a sociedade quer, não há quem a segure. E é verdade, nós vimos isso. O povo se uniu, os municípios se uniram e foram à luta. Tivemos a participação de políticos, é lógico que tinha que ter, e lá estavam: a senadora Ideli Salvatti e os senadores Neuto De Conto e Raimundo Colombo, representado por este deputado; o deputado Pedro Uczai; líderes; prefeitos; e o presidente da Câmara. Mas quem lutou mesmo foi o povo para conquistar esse grande benefício, que sem dúvida nenhuma vai servir Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Peninha, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisionada, quero também parabenizar todos os assistentes sociais, inclusive sou autora de um projeto de lei que tramitou nesta Casa para que o assistente social pudesse ter o seu espaço em toda unidade escolar. Esse projeto foi vetado na comissão de Constituição e Justiça, mas colhemos assinaturas e derrubamos o veto. Porém, recolhi o projeto porque quero aperfeiçoá-lo e em breve estarei recolocando-o.

Sr. presidente, eu ouvi atentamente o pronunciamento dos colegas que me antecederam. No *Diário Catarinense,* na página 6, lemos os nomes dos novos secretários regionais, que são muitos. São pessoas qualificadas, alguns continuaram e há novos nomes. É vinho novo, sangue novo, novas idéias. Mas o que me chama a atenção, e eu não estou aceitando, deputado Gelson Merísio, é que vejo a presença somente de uma mulher. São 36 secretarias e eu só vejo aqui fazendo parte a sra. Niúra Demarchi, do PSDB de Jaraguá do Sul, os demais secretários são todos masculinos. É uma pena que o governo do estado não esteja reconhecendo, na figura feminina, a competência.

Foi isso que me chamou a atenção, e até sugiro ao governo do estado que siga o excelente exemplo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que está valorizando as mulheres. Só no Poder Executivo temos cinco mulheres: Dilma Vana Rousseff, da Casa Civil; Marina Silva, do Meio Ambiente; Marta Suplicy, do Turismo; Matilde Ribeiro, da secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Nilcéia Freire, da secretaria especial de Políticas para as Mulheres.

No Poder Judiciário são nove figuras femininas: no Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia Antunes Rocha; Denise Arruda, no Tribunal de Justiça; Eliana Calmon Alves, no Superior Tribunal de Justiça; Ellen Gracie Northfleet, no Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral, acumulando as duas pastas; Fátima Nancy Andrighi e Laurita Hilário Vaz, no Tribunal Superior de Justiça; Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, no Tribunal Superior do Trabalho; Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, no Superior Tribunal Militar - são recentes essas duas pessoas ocupando estes cargos -; e Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Tribunal Superior do Trabalho.

Então, nós temos, nestes cargos, figuras femininas altamente competentes. A mulher é uma figura auxiliadora e tem desempenhado grandes papéis.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Obrigado, deputada Odete de Jesus, pedi este aparte para concordar com v.exa. Eu, ontem, participei da solenidade de posse dos novos secretários e isso foi algo que também me chamou a atenção. Tenho certeza de que não foi proposital, e sim fruto das costuras políticas que encaminharam para isso. Mas como o processo é dinâmico e nós temos aí várias datas durante os mandatos, desencompatibilizações nas eleições municipais, recomposição no meio do governo, tenho certeza de que é possível se caminhar para um quadro mais bonito e conseqüentemente com um número mais expressivo de mulheres, pelas suas competências e pela representação que têm.

Faço este registro porque, ontem, quando vi a fotografia, foi também a primeira impressão que tive e por isso quero concordar com v.exa.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Gelson Merísio.

Existe, entre o governo federal e o Ministério Público Federal, um termo de ajustamento de condutas que busca a equiparação na distribuição dos cargos executivos.

Eu estive em uma reunião com as mulheres, representando o PRB nacional, e este assunto foi proferido por várias sras. senadoras e sras. deputadas. Inclusive foi citado também pela nossa ministra Nilcéa Freire, da secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que hoje os cargos federais devem ser iguais, um número "x" para mulheres e um número "x" para homens. Temos que começar a acabar com essa grande discriminação.

Era esta a sugestão que gostaria de dar ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira: que siga o bom exemplo do nosso presidente Lula. Deputado Peninha, v.exa., que preside a comissão, poderia também levar essa sugestão para que incluam também as mulheres nas secretarias de estado, porque os bons exemplos devem ser respeitados e seguidos.

Hoje, por solicitação desta deputada, tivemos uma audiência pública na comissão de Saúde desta Casa, presidida pelo deputado Genésio Goulart, que foi aprovada pela unanimidade dos deputados que integram aquela comissão, com a finalidade de debater e esclarecer o assunto. Por isso gostaríamos de ter aqui um representante do ministério da Saúde e do ministério da Educação para falarmos sobre o Programa de Prevenção e da Saúde Reprodutiva nas Escolas Públicas, patrocinado, em parceria, pelos ministérios da Saúde e Educação para garantir a distribuição gratuita de preservativos aos alunos da escola pública.

Nós recebemos um *fax* do ministro da Saúde, sr. José Gomes Temporão, pedindo escusas por não poder comparecer, mas mandou uma representante para esclarecer as dúvidas, a sra. Eliza Amélia de Miranda Nogueira, que se fez presente e pôde nos explicar o programa.

Tivemos a presença de um representante do ministério Público, o promotor de Justiça dr. Leonardo Henrique Marques; de uma representante da Coordenadoria Estadual das Doenças Sexualmente Transmissíveis da secretaria da Saúde, a sra. Iraci Batista da Silva, que nos esclareceu muitas dúvidas; da sra. Valda Mendonça Dias, coordenadora do Núcleo de Educação Preventiva, que representou a secretaria de estado da Educação; do sr. Luiz Antônio da Silva, que representou a secretaria da Saúde do município de Florianópolis; e de uma representante do município e do gabinete da senadora Ideli Salvatti.

Quero agradecer aos srs. deputados que se fizeram presentes: Serafim Venzon, Professor Grando, Kennedy Nunes e Jailson Lima.

Srs. deputados, foi uma audiência pública de alto nível, muito boa e esclarecedora. As máquinas de fazer camisinhas ficarão a critério do estado e das escolas. Nós debatemos muito e voltarei a falar sobre este assunto, porque na escola é o lugar onde se faz educação e respeita-se os direitos da família...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, no dia de ontem, tomaram posse os secretários de Desenvolvimento Regional, fazendo com que, através do ato público, déssemos andamento ao projeto de descentralização, concebido, implementado na primeira gestão de governo do governador Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira.

Cumprimos, ontem, mais uma etapa referendada pela aceitação popular, e também cumprindo com os nossos compromissos assumidos junto ao cidadão catarinense. O ato significativo e importante fortalece esse novo modelo que aproxima o estado e seus serviços do nosso cidadão. Isso porque as obras a serem realizadas passarão pela aprovação, pela escolha, pela deliberação do Conselho de Desenvolvimento Regional, que terá como integrantes o prefeito e o presidente da Câmara de cada município catarinense, além de dois representantes da sociedade civil, que formarão, no conjunto, o Conselho de Desenvolvimento Regional de cada secretaria às quais estiverem vinculados.

Esse é um processo que permite ao nosso cidadão a escolha e a definição da obra mais importante para melhorar a qualidade de vida. É um processo que permite, a todo cidadão catarinense, uma uniformidade muito maior na distribuição dos recursos públicos para atender às demandas sempre crescentes dos vários, dos inúmeros, setores indispensáveis ao crescimento e ao desenvolvimento de todos aqueles que vivem neste nosso estado.

É importante também salientar que, através das secretarias de Desenvolvimento Regional, as obras se multiplicaram em todas as regiões do nosso estado. É verdade que a cada reunião do Orçamento Regionalizado, que a cada reunião do Conselho de Desenvolvimento, praticamente um diagnóstico, um levantamento de todas as necessidades é elencado.

No entanto, dentro das possibilidades e da capacidade financeira do Tesouro do estado, as obras mais importantes são realizadas nas diversas regiões, nas mais longínquas e distantes localidades do estado barriga-verde, além do que o nosso cidadão tem, através desse novo modelo, agora mais fortalecido do que nunca através da última reforma administrativa, que colocou o estado de Santa Catarina com o menor número de cargos comissionados de todos os estados do nosso país na relação com os servidores efetivos, a condição de acompanhar de perto a licitação, a execução da obra e a qualidade dos serviços realizados.

E é por isso que assomo a esta tribuna, na tarde de hoje, para destacar a importância do evento realizado no dia de ontem, quando em todo o nosso estado, nas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, teremos agentes fomentadores do desenvolvimento e do progresso, teremos representantes da comunidade, teremos integrantes do Poder Executivo próximos ao cidadão, preocupados com a realização das necessidades prementes de tantas e tantas regiões, que vão desde a construção dos acessos asfálticos ligando municípios que ainda não tinham esse conforto até as manifestações dos nossos estudantes, através dos fóruns que permitem essa condição para que se possa escolher o melhor mecanismo para atender aqueles que buscam uma oportunidade para acessar ao ensino, à educação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Com prazer ouço v.exa., deputado Cesar Souza Júnior, para que possa também fazer a sua manifestação e eu incluí-la em meu modesto pronunciamento.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Muito obrigado pela oportunidade.

Gostaria apenas de, na mesma linha, colocar que o modelo descentralizado que hoje se implanta em Santa Catarina tem também por característica o princípio da economicidade da administração pública, porque se consegue fazer o estado distribuir-se por todo o território estadual, com a menor proporção de cargos comissionados do Brasil. Isto realmente é algo que tem que ser louvado: que Santa Catarina tem, hoje, um modelo que espalha administração por todo o estado, mas mantém essa característica que é muito própria.

Para citar um exemplo, o governo de Brasília, que hoje sofre um grande enxugamento pelo nosso companheiro José Roberto Arruda, contava, no final de 2006, com 17 mil cargos comissionados. E a economia de Brasília representa 25% da economia catarinense. Para termos idéia, em relação ao Brasil, Santa Catarina mostra que é possível, sim, ter uma estrutura descentralizada e presente, com economia e com poucos cargos comissionados em relação ao total de funcionários do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ao mesmo tempo que cumprimos com a determinação constitucional da economicidade, nós também conseguimos fazer com que uma outra regra que nós mesmos nos impomos, a da democracia, distribua as competências e as atribuições, antes centralizadas só nas mãos do governador, e que agora podem ser desenvolvidas por seus representantes, por seus agentes em todas as regiões onde têm sede e abrangência as nossas secretarias de Desenvolvimento Regional.

É lógico que esse modelo não é uma criação exclusiva do estado de Santa Catarina, mas colhemos inúmeros exemplos em muitos países que alcançaram excelência na qualidade de vida; em muitos países que conseguiram combater o mal extremamente penalizador para toda a população, que é o procedimento negativo da corrupção.

Por isso descentralizando, aproximando, distribuindo competências e responsabilidades, nós conseguimos alcançar o melhor grau de satisfação junto à população com relação à administração estadual. Todos se sentem participantes desse projeto e desse processo de uma forma efetiva e ativa junto aos Conselhos e à própria secretaria de Desenvolvimento Regional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PDT.

Não havendo deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do comandante Valmor, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que nos visita, juntamente com seu companheiro.

Queremos registrar também que esses nobres guerreiros executam um trabalho voluntário de excepcional qualidade na nossa querida Joinville. Deixo para o deputado Darci de Matos fazer referência sobre os outros joinvilenses que se encontram nesta Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu registro, com muita satisfação, a presença neste plenário do vereador e secretário do Bem-Estar Social de Joinville, Maurício Peixer, que também é suplente de deputado estadual pelo PSDB; do secretário da Habitação de Joinville, ex-vereador Giovane Gonçalves; do nosso suplente de vereador Mauricinho; do presidente do Centro Social Urbano do Itaum, Flávio Martins; do presidente do Centro Social Urbano do Iririú, o amigo Valdemar; e do presidente do Centro Social Urbano Costa e Silva, o amigo Sílvio Meyer, juntamente com os demais amigos e funcionários que nos visitam.

Nós tivemos uma audiência com a assessoria da Casa Civil para tratar de assunto referente ao excepcional trabalho que esses centros sociais urbanos realizam em Joinville.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos, no horário destinado ao PP, Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nobres cidadãos catarinenses que estão aqui, colegas da imprensa, pessoal de Joinville, secretários Giovane Gonçalves e Maurício Peixer, aos quais eu agradeço pela presença, eu acompanho bem a luta dos centros sociais urbanos e da sra. Juraci Ribeiro, esta guerreira que é o ícone do que passa um gerente desses centros. Quando se trata da falta de repasse de verbas, ela sempre dá um jeitinho. Mas eu quero parabenizar a todos.

Deixem-nos falar aqui que nós participamos, eu e o deputado Serafim Venzon, sr. presidente, na última quinta-feira, de uma audiência pública na Câmara Municipal de Joinville, a pedido dos funcionários do Hospital Materno-Infantil, para que os gestores daquela unidade, uma extensão do Hospital Regional, explicassem sobre a tal da terceirização, privatização, sei lá, alguma coisa assim, pois anda um zunzum dizendo que o hospital será tocado por uma organização social. Eu quero chamar a atenção de todos os catarinenses com relação a essa tal gestão por uma organização social.

Sra. deputada Ana Paula Lima, se o governo quer passar a gestão dos hospitais para uma entidade tocar, para mim, deputado José Natal, isso é atestado de incompetência. Ou seja, socializando ou popularizando essa ação, deputado Dirceu Dresch, é a mesma coisa que o senhor, pai de família, que tem o seu orçamento, os seus compromissos familiares, dizer que irá trazer para tocar a sua casa alguém de fora porque não dá conta.

Esta é a tônica, deputada Odete de Jesus, da tal da terceirização, para que os hospitais do estado sejam tocados pelas tais OS. Os funcionários do Hospital Materno-Infantil estavam querendo saber algumas coisas. Por exemplo, deputado Jandir Bellini, o que será feito com eles, funcionários de carreira, que trabalham especificamente na ala de Pediatria?

Outra pergunta que fiz e, infelizmente, os gestores não souberam responder, deputado Antônio Aguiar, foi: quem vai pagar as OS? É o governo?

O deputado Serafim Venzon estava junto conosco e ficamos muito contentes, pois além de parlamentar, é um profissional da área médica. Mas está tudo muito escuro! Não se sabe, na verdade, o que vai acontecer! Os funcionários do Hospital Materno-Infantil saíram de lá extremamente frustrados porque as respostas foram evasivas, ninguém teve uma postura de responder, na verdade, o que vai acontecer com aquele hospital. Somente disseram que o tal contrato, deputado Silvio Dreveck, já está sendo feito e que nos próximos meses ou dias o Hospital Materno-Infantil será tocado por uma organização social.

Trago aqui esta preocupação porque isso é o que o governo vai acabar fazendo em todos os hospitais de Santa Catarina. Ele não consegue mais cumprir a responsabilidade de tocar as unidades hospitalares e agora quer passar a competência, quer-se livrar dos hospitais. Aliás, isso é algo normal no governador.

Luiz Henrique da Silveira, quando foi prefeito de Joinville, deputado Pedro Baldissera, disse o seguinte a respeito do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, que era municipal: "Não vou tocar o Hospital Regional. Vou devolver para o estado". E devolveu a gestão para o governo do estado porque lá em Joinville é gestão plena, o Hospital Regional é prestador de serviços da secretaria municipal da Saúde. Num período de dois anos, o governo do estado sempre teve que cobrir o déficit.

Passou-se o tempo, Luiz Henrique da Silveira se elegeu governador e a sua primeira atitude como governador foi a seguinte: o governo do estado não vai mais tocar o Hospital Regional e vai devolver à administração municipal. Assim ele devolve ao município aquilo que ele que tinha devolvido ao estado como prefeito. Parece que o governador Luiz Henrique da Silveira, como gestor público, não gosta de assumir responsabilidade com as unidades hospitalares do estado ou do município. Se como prefeito ele devolveu para o estado o Hospital Regional, como governador ele o devolveu para o município. E agora quer entregar para as organizações sociais a administração dos hospitais.

Isso é um risco! Por que será que o governo do estado está querendo passar para as organizações sociais os hospitais? Será que é para não responder pelo caos que reina nas unidades hospitalares de Santa Catarina?

Depois a deputada Ana Paula Lima vai falar com muito mais galhardia do que eu sobre o assunto porque falado por uma mulher é bem melhor!

O médico do Hospital Celso Ramos usando luvas cirúrgicas para fazer colonoscopia! Está no jornal, é notícia do dia: a foto do paciente com o dreno e ali no dreno, onde está saindo a secreção, aparece uma luva. Acho que é por isso que o governo não quer mais assumir a responsabilidade de ter que responder à sociedade catarinense, e passa a administração para as organizações sociais. Por quê? Porque aí fica fácil, quando sai uma matéria dessas do hospital, o que ele vai dizer? A culpa é do fulano.

Bom, isso me lembra o Jardim do Éden. Deus reuniu Adão e Eva e disse: "De tudo comereis, menos o fruto proibido". A serpente chegou, deu 171 na Eva; a Eva caiu. A Eva experimentou, deu 171 em Adão, o Adão caiu. Depois, quando Deus chegou ao Jardim do Éden, disse: "Onde estás, Adão?" "Estou aqui escondido, Senhor!" "Por quê, Adão?" "Porque a mulher que tu me destes me enganou!" "O que aconteceu, Eva?" "Ah, Senhor, foi a serpente que me enganou!"

A serpente, que não sabia falar, paga o pato até hoje se rastejando. Parece que o governo está querendo isso, deputado Pedro Baldissera. Está querendo achar o culpado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Vou dar-lhe 30 segundos, deputado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Kennedy Nunes, eu estive também nessa audiência, como v.exa. já falou. A maior parte das pessoas que participaram da audiência eram funcionários públicos do estado, que atendem no Hospital Regional ou na Maternidade Darci Vargas. E v.exa. se retirou antes de terminar e antes de ouvir as explicações e as respostas daqueles que estavam sentados à frente. Mas pode estar certo de que eu usarei, depois, o tempo do partido para explicar isso a v.exa.

Eu só quero dizer que o governador e o secretário da Saúde querem passar a administração do Hospital Materno-Infantil para uma OS por causa da responsabilidade. Como o governador se sente responsável pelo bom funcionamento do hospital, ele quer ter gerência sobre a administração...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça)(Faz soar a campainha) - Concedo mais 30 segundos para que v.exa. conclua o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A responsabilidade do governo do estado é assumir a culpa, é assumir o trabalho e não deixar os pacientes comerem de marmita como estão comendo, é não deixar as crianças saírem da Unidade de Tratamento Intensivo para fazer um simples raio X no hospital! Esta é a responsabilidade do governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao partido Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente e srs. deputados, antes de abordar o tema a que tinha me proposto e que vou fazê-lo em seguida, não posso me furtar do debate proposto pelo deputado Kennedy Nunes sobre um tema que para mim, assim como tenho certeza de que para todos os srs. deputados é muito próximo, que é a questão da saúde.

Desde o início do meu mandato, há pouco mais de três anos, eu tenho, e mantenho, em Florianópolis, uma casa chamada Casa do Oeste, que recebe as pessoas que vêm para cá para fazer tratamento, fazer exames e que precisam de uma acomodação, porque não têm onde ficar.

Da mesma forma, tenho, em Chapecó, uma Casa do Oeste, que pode receber até 40 pessoas, que está sempre lotada, diga-se de passagem, para aquelas pessoas pobres da região que precisam ir a Chapecó, especialmente, fazer tratamento oncológico.

Eu tenho também, em Xanxerê, uma casa que recebe as pessoas, em função da referência em cardiologia, que atende toda a região oeste.

Digo isso para deixar claro e evidente duas coisas: primeiro, o carinho pelo tema e, segundo, a constatação de que de fato nós temos anomalias no sistema de saúde, até porque na Casa do Oeste, em Florianópolis, que eu mantenho, já passaram mais de 7 mil pessoas do oeste por lá. E seria muito bom que essas pessoas pudessem ser atendidas próximas às suas casas, seja em Chapecó, em São Miguel d'Oeste ou em Joaçaba.

Mas também temos que ser justos e fazer uma referência ao trabalho que está sendo feito pelo secretário Dado Cherem, pela Carmen Zanotto e pela equipe da secretaria da Saúde.

Nesse período em que eu tive contato com essas pessoas, nesse período em que eu conversei com essas pessoas e que as acompanhei, pude constatar que é inegável que nós melhoramos consideravelmente o serviço de atendimento à saúde. Na região oeste, melhoramos muito as nossas referências, melhoramos muito o atendimento dos nossos hospitais.

Mas também é evidente e é claro que a saúde sempre será um tema em que a demanda será sempre maior do que a oferta de serviços. Até porque, com a evolução tecnológica, para um exame de ponta, e o deputado Jailson Lima há de concordar comigo, como a ressonância magnética, a tomografia ou um outro exame desse tipo, a cada ano, teremos novas tecnologias, melhores diagnósticos, e os melhores exames se apresentam quase sempre nas capitais e criam, por si só, um fluxo de pessoas lá do interior que querem também ter acesso a essas novas tecnologias, o que é absolutamente justo.

Estou dizendo isso por um dever de justiça, para reconhecer os problemas que ainda temos, mas também para reconhecer o esforço, o trabalho e a significativa melhoria que tivemos no atendimento às pessoas, especialmente àquelas que eu conheço mais, que são as pessoas do oeste. Por isso faço este registro de solidariedade ao secretário Dado Cherem e a toda a sua equipe.

O segundo assunto que trago à tribuna, com toda sinceridade, não me traz nenhum prazer. Quando eu trouxe para debate esse assunto, na semana passada, imaginei que seria a última ocasião em que trataria desse tema, até porque errar faz parte da cultura humana e seguidamente nós nos encontramos em caminhos que precisam ser corrigidos, mas é bom que seja corrigido rapidamente esse problema, quando ele for detectado.

Eu fiz, desta tribuna, um comentário sobre o que acontecia com relação ao tratamento dispensado a esta Casa, no caso específico pela secretária da Ação Social, Dalva Dias. E o fiz com toda a educação e respeito à pessoa da secretária, pela sua função e até porque alguém que chega ao cargo de secretária de estado, com certeza tem merecimento e também o nosso respeito.

No entanto, ontem, na coluna do jornalista Paulo Alceu, por quem tenho o maior respeito, a secretária disse que não estava brincando de ser secretária e que está trabalhando e defendendo, com determinação e zelo, a sua função, que o deputado Darci de Matos havia desmarcado um encontro com ela, que a agenda dele deveria ser mais importante do que a dela, o que também não aconteceu. E, ao encerrar, ela disse que deve ter algo por trás desses ataques.

Primeiro, devo dizer que não houve nenhum ataque, e sim uma constatação que deve ser feita, e a tribuna é o local apropriado, porque temos legitimidade para falar.

Por fim, a secretária disse que a razão desses ataques que vêm do PFL, partido que ela já conhece, deve ser porque há algum cargo que está sendo disputado.

Deputado Herneus de Nadal e srs. líderes, essa atitude da secretária com o partido não foi respeitosa, ainda que fosse adversário, e também não foi uma atitude respeitosa com os parlamentares. Além disso, a referida secretária entrou em contato com a Casa pedindo direito de resposta nesta tribuna sobre o comentário que eu havia feito.

Então, quero dizer à assessoria da nobre secretária e a ela própria que esta tribuna é facultada a todo cidadão catarinense e brasileiro e que a ele basta disputar a eleição e receber, como no meu caso, mais de 40 mil votos, que ela lhe será franqueada, porque aqui é a tribuna para quem tem o exercício de liderança popular, para quem representa uma parcela da população. Se a secretária quiser isso, ela terá que seguir esse pressuposto. Agora a sua função é atender, resolver os problemas, dar atenção a quem representa a população, no caso os deputados, explicar por que, no caso de Joinville, desde dezembro, não são pagos os convênios para as entidades sociais, pois para tudo há explicação e compreensão. Mas não podemos ter compreensão quando se manda pelo jornal um recado desaforado como esse, não apenas ao deputado Darci de Matos, porque não foi ele quem falou, e sim o líder da bancada, mas ao partido e às pessoas que fazem parte dele. Foi um ataque que ela fez e nós não podíamos deixar de passar em branco sem fazer este registro.

Quero, mais uma vez, dizer que não temos absolutamente nada pessoal com relação à secretária. Fizemos este registro para que sirva também de referência para os outros secretários, independente de partido político; não importa se é da base do governo, se é do PT ou do PP, o deputado é um representante do povo. Não há ninguém aqui que tenha recebido menos do que 20, 30, 40 mil votos. Ele representa, portanto, uma região, uma população que merece, no mínimo, o direito de conversar com o seu representante que exerce uma função pública.

Está feito o registro e espero, sinceramente, que haja, por parte da secretária, a humildade necessária para retomar o diálogo e, acima de tudo, estabelecer uma relação respeitosa com esta Casa e com os seus parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado, deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós queremos, primeiramente, saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e a comunidade catarinense.

Hoje, vamos nos reportar ao Rotary Club de Joinville, do qual recebemos a visita, na semana passada, e, como rotariano, tenho o prazer de anunciar aqui o grande projeto do Rotary Club de Joinville Norte, que tem como presidente o sr. Nelson José Hoppe, que é o projeto O Caráter Conta.

Caráter é uma palavra que anda meio sumida. Por isso nós queremos aqui parabenizar o Rotary Club de Joinville Norte pelo excelente projeto, pois o Rotary vai fazer com que esse projeto seja implantado nas escolas para a educação de nossos filhos, para a educação da juventude, para a educação dos adolescentes.

Mas isso também servirá para nós, adultos, uma vez que o caráter está um pouco sumido da sociedade, da nossa comunidade. Para isso nós temos no bojo do projeto algumas palavras chaves:

Sinceridade: seja honesto; não engane; não fraude; não roube; seja confiável; faça o mesmo que disse que iria fazer; tenha coragem para fazer o que é certo.

Senso de justiça: aja de acordo com as regras; aguarde a sua vez e compartilhe; mantenha a mente aberta; escute os outros; não tire vantagens sobre os outros.

Respeito: seja tolerante às diferenças; considere os sentimentos dos outros; não ameace, não agrida, não machuque ninguém; lide tranqüilamente com a raiva, com os insultos, com os desacordos.

Responsabilidade: faça o que deve ser feito; persista; continue tentando; faça sempre o melhor que puder; seja responsável nas suas escolhas.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Antônio Aguiar, eu não quero fugir do assunto que v.exa. está tratando, mas eu gostaria de registrar, com muito prazer, com a permissão de v.exa., a presença neste plenário de uma grande pessoa que por muitos anos labutou nesta Casa, que é o ex-deputado Vânio de Oliveira, nosso querido amigo. Ele foi deputado por muitas legislaturas e por isso faço o registro, com muita alegria, da sua presença.

Nós debatemos muito, nesta Casa, deputado Antônio Aguiar, sobre a pena de morte. O ex-deputado Vânio de Oliveira é contra a pena morte e eu sou a favor. Então, tivemos vários debates, mas ele é uma figura pela qual eu tenho muito respeito.

SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Reporto-me, ainda, à cidadania: faça a sua parte para melhorar a sua escola, a sua comunidade; coopere; mantenha-se informado; vote; seja um bom vizinho.

Zelo: Seja gentil; seja compassivo e demonstre que você se preocupa; expresse gratidão; ajude as pessoas em necessidade.

Estas são as palavras-chave do projeto. Parabéns ao Rotary Club de Joinville, parabéns ao presidente Nelson José Hoppe.

Gostaríamos de nos reportar, também, neste momento, ao lançamento do edital do porto de Itapoá, que também ocorreu na cidade de Joinville, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, onde estiveram presentes vários deputados, como o deputado Mauro Mariani, que é o secretário da Infra-estrutura; o secretário Paulo Bauer; o deputado Nilson Gonçalves; representantes da comunidade, bem como o secretário Manoel Mendonça.

Nós queremos dizer que esse é mais um investimento importante no planalto norte, porque vai fazer com que os navios de grande porte façam as suas transações em nível de porto de Itapoá. E esse porto, que vai movimentar mil *containers* por dia, vai gerar mais de 500 empregos diretos e mais de 3 mil indiretos. Isso fará com que a cidade de Itapoá, o município de Garuva e o município de Joinville recebam os benefícios dessa grande obra que vai ser a BR-405, que vai ser realizada pelo governo do estado, num empreendimento de asfalto que vai contar com 27,5 quilômetros de extensão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, nobre deputado Antônio Aguiar.

Eu não poderia deixar também de fazer menção às últimas ações pró-ativas de investimentos para o desenvolvimento do norte de Santa Catarina e do estado como um todo, realizadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, mas precisamente esse ato de lançamento da obra de pavimentação que vai dar acesso ao porto de Itapoá.

Santa Catarina, com o porto de Itapoá e com o porto de Navegantes, será o estado do Brasil que vai ter o maior número de portos: Navegantes, Itajaí, Imbituba, São Francisco do Sul e Itapoá. Nós sabemos da importância que têm os portos para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado. E o porto de Itapoá se constitui num fato novo porque é uma parceria; são investimentos privados em parceria com a ação, com a implementação de diversas ações do governo do estado, do Poder Público.

Portanto, nós temos que enaltecer esta ação e, por conseguinte, as ações do governo Luiz Henrique da Silveira, que tem se constituído no melhor governador da história de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabéns ao nosso deputado de Joinville, Darci de Matos, que está, sem dúvida nenhuma, fazendo com que o seu município também faça a sua parte no planalto norte.

Nós, do PMDB, dividiremos o nosso horário. Então, os oito minutos restantes são destinados ao deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Romildo Titon, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente e srs. deputados, nós constituímos, nesta Casa, uma comissão mista para acompanhar as questões que envolvem os quilombos e quilombolas, principalmente de áreas demarcadas no estado de Santa Catarina. E temos procurado fazer um trabalho de intermediação para que se encontre um caminho, uma solução sem gerar maiores conflitos entre as comunidades.

Eu venho do meio-oeste catarinense, da região de Campos Novos e Abdon Batista, onde uma das comunidades, chamada Invernada dos Negros, está envolvida em uma questão de demarcação pelo Incra, pois, segundo relatório, ali existiam quilombos e quilombolas e houve a desapropriação de oito mil hectares de áreas naquela região, o que está criando um conflito bastante grande e uma demanda acirrada entre os descendentes de quilombolas e as pessoas que são proprietárias das áreas adquiridas, pagas e escrituradas há muitos anos.

Há poucos dias, a nossa comissão expediu um documento para que um Conselho de Gerência de Segurança Institucional, do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, fizesse o acompanhamento, porque eles têm a responsabilidade, através do Decreto n. 4.887, de dar o seu parecer nas questões em que o Incra efetua a demarcação e a desapropriação.

Recebemos a resposta dessa instituição, que é um departamento da Presidência da República que emite os pareceres para ver se os fatos que estão sendo levantados pelo Incra são verdadeiros. E o fato curioso é que esse gabinete institucional mandou-nos a resposta do relatório e chamou-nos a atenção porque levanta uma questão nós devemos analisar com mais cuidado.

Diz o seguinte, em certa altura, o relatório dessa secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais:

(Passa a ler.)

[...]

"O RITD afirma que moram atualmente na comunidade 150 (cento e cinqüenta) pessoas, correspondendo a 34 (trinta e quatro) unidades residenciais. Note-se, contudo, que o mesmo documento diz que ao se considerar no cômputo aqueles 'que se reconhecem como pertencentes à Invernada dos Negros, esta população totaliza mais de 4.000 indivíduos'.

[...]

Observou-se no parecer conclusivo desta secretaria que, em desacordo com o artigo 68, do ADCT, as comunidades remanescentes de quilombo Invernada dos Negros não estariam ocupando todas as terras que ora pleiteiam, impossibilitando o reconhecimento imediato pelo estado de uma propriedade definitiva.

Entretanto, salientou-se que, deve o estado, dando interpretação literal ao artigo 68, do ADCT, expedir título definitivo de propriedade à Comunidade Invernada dos Negros/SC em relação à área que efetivamente estão ocupando."[...][sic]

E assim prossegue, deputado José Natal, um relatório bastante sucinto, que determina que o Incra mude de posição e faz uma consideração de que o Incra está fazendo uma interpretação do art. 68 da Constituição, não correta, como deve ser feita, que a área que deve ser desapropriada são apenas os 414 hectares que estão sendo ocupados por descendentes de quilombolas que assim se definem, e não os 8 mil hectares que o Incra demarcou e está fazendo a desapropriação.

Por outro lado, deputado José Natal, v.exa. comentava há pouco que assistiu num programa de televisão, ontem, a grande notícia que no estado da Bahia houve uma desapropriação que foi montada, inclusive a rede de televisão estava entrevistando as pessoas sobre esse fato, pessoas que tinham assinado esse documento para a compra de um barco e usaram essas assinaturas como se fosse para se inscrever nessa questão dos quilombolas.

Então, já se montou no Brasil todo também um esquema de montagem dessas questões de desapropriação. Isso nos preocupa porque eu vivo na região de Campos Novos e Abdon Batista, que são cidades pacatas, onde todos nós temos uma convivência com as pessoas que se dizem ser descendentes de quilombolas e as pessoas de cor branca, e nunca tivemos atrito nenhum. Sempre tivemos uma convivência muito pacífica e agora começa um conflito que, a cada dia, está-se acirrando e que nós não sabemos se isso vai ter um desfecho, verdadeiramente, como foi apregoado.

Então, a comissão mista vai se reunir agora, às 16hh30min, para analisar esse documento e ver por onde podemos continuar trabalhando no sentido não de prejudicar os descentes pois, se têm direito, que recebam aquilo que é seu direito, mas também de não tirar o direito da propriedade de quem adquiriu, pagou e tem a sua escritura ao longo dos anos, como é o caso que conhecemos.

Se o Incra tem dinheiro para desapropriar, se é que essas pessoas têm direito, que se desaproprie uma outra área, em outro local e que se dê a essas pessoas um local que elas possam trabalhar e produzir, porque aquelas terras têm pouca área de produção.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, reiterando o que v.exa. acabou de colocar, no início desde mês fui ao município de Maravilha e, ao trafegar pelas estradas do oeste, vi numa determinada região, que pouco conheço, faixas inerentes à situação dos quilombolas, como v.exa. colocou. Lamentavelmente, neste país muitas coisas são colocadas rapidamente, sem um estudo prévio.

Concomitantemente, assisti na emissora da Rede Bandeirantes de televisão, ontem, a falsificação de documentos para incorporar quilombolas numa região onde já moram pessoas há mais de 84 anos. Descendentes de pretos, não de escravos, porque disse um senhor que não era descendente de escravos, que jamais existiram descendentes de quilombolas ou escravos naquela região. Que, inclusive, nem o nome da cidade, que era Jacareí não sei o quê, que era denominado como Quilombola, eles nunca tinham ouvido falar. Resumindo, o que se instalou na cidade foi uma máfia para a degradação da Mata Atlântica, para a derrubada de matas. Foi isso o que assisti ontem.

SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço pelo seu aparte, nobre deputado.

Quem assistiu aquela reportagem, ontem, realmente ficou preocupado com o rumo que se está tomando. Mas a nossa preocupação é aqui em Santa Catarina e nós queremos, através dessa comissão mista, poder intermediar um desfecho final para que ninguém saia perdendo e não haja mais conflito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Clésio Salvaro, vice-presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito boa-tarde, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e telespectadores que nos acompanham pela TVAL.

O que me traz à tribuna desta Casa nesta tarde é a Operação Conexão, desencadeada pela Polícia Federal na cidade de Criciúma. Há muito tempo todos nós sabíamos, como também as Polícias Federal, Civil e Militar, que a cidade de Criciúma, a região sul do estado, por estar situada entre duas grandes capitais, Porto Alegre e Florianópolis e cortada pela BR-101, era de fato o local onde havia não apenas o consumo exagerado de drogas, mas que ali também havia, com certeza, e foi desencadeada pela Polícia Federal e o Brasil todo pôde acompanhar, uma grande conexão internacional de drogas.

O grande traficante Celso Gomes, que foi preso, é de família não muito tradicional da cidade de Criciúma e região. Poucas pessoas conheciam o jeito muito discreto daquele cidadão que não aparecia nas baladas, que não tinha um convívio social com toda a cidade e com a sociedade como um todo. Mas ali estava um dos cinco maiores traficantes de drogas do Brasil, inclusive com conexão internacional.

E venho à tribuna, hoje, para parabenizar a ação da Polícia Federal, que em quase dois anos conseguiu pôr fim a esta conexão. Por isso, sr. presidente e srs. deputados, a nossa luta para que a cidade de Criciúma e para que a região sul possam contar com uma delegacia da Polícia Federal, no sentido de inibir a ação desses traficantes que vêm levando a droga não apenas para a região sul, mas para todas as grandes cidades e também, deputado Onofre Santo Agostini, para as pequenas e médias cidades.

A ação da Polícia Federal merece ser elogiada por este e por todos os parlamentares, pela imprensa e por toda a sociedade. Ações como essa merece o nosso elogio, e nós estamos do lado da Polícia Federal não apenas para essa ação, mas para todas as ações que possam promover o bem-estar para a nossa sociedade. Toda vez que a Polícia Federal agir dessa forma, sr. presidente, teremos a certeza de que nós poderemos manter a instituição familiar cada vez mais unida.

A droga tem entrado na casa de todas as pessoas. Não importa se é uma meia-água, deputado José Natal, não importa se é uma mansão, se tem guarda na frente casa ou se não tem. A droga tem entrado em todos os lares e tem destruído grandes e pequenas famílias.

Na vinda do Papa ao Brasil, disse que o contrabandista, aquele que leva a droga, tem que ser amaldiçoado, tem que ser banido da sociedade. E a Polícia Federal pratica esse gesto e merece o nosso apoio.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Cesar Souza Júnior, que, com certeza, também defende esse nosso ponto de vista.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Sem dúvida, deputado Clésio Salvaro, cumprimentando v.exa. pelo pronunciamento, gostaria de dizer que é esse tipo de ação que a sociedade espera: quando se vai ao atacadista da droga. Porque a nossa polícia combate e combate muito, e tem que combater, o pequeno, o distribuidor que, muitas vezes, vende a droga até para manter o próprio vício. E são esses que se utilizam de empresas de fachada, que montam grandes esquemas de drogas, de transportes de drogas que vêm da Bolívia e da Colômbia para cá. Esses é que precisam ser combatidos de maneira muito mais rigorosa, porque eles é que utilizam os outros que, pelo próprio vício ou por condições sociais adversas, acabam tornado-se verdadeiros soldados do tráfico.

Quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento. E cumprimento também a Polícia Federal e também as nossas Polícias Civil e Militar, que deflagraram várias ações. E sem dúvida é assim: indo e agindo com inteligência e colocando na cadeia aqueles que usam o mercado da droga como um verdadeiro negócio de grandes proporções, mas que destrói muitas vidas.

Parabéns a v.exa. pelo brilhante pronunciamento!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior. Também concedo um aparte a v.exa., deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Parabéns, deputado Clésio Salvaro, pelo seu pronunciamento.

Quero dizer que, às vezes, esse tipo de operação demora muito tempo porque essas pessoas trabalham muito bem, numa ramificação muito grande, e até alcançá-las muitas famílias são degradadas e muitos jovens são levados a assassinatos, ao crime. Quando uma situação dessas realmente acontece, sabemos das dificuldades para se chegar a esse tipo de pessoa. Portanto, eles têm que ser enaltecidos e temos que apoiá-los para motivá-los a buscar, cada vez mais, com paciência, porque sabemos que é um serviço de inteligência.

Então, congratulo-me com o nobre deputado da região de Criciúma porque a Polícia Federal tem feito um trabalho excelente em nível de país, em todas as situações.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, deputado.

Para finalizar este assunto, mais uma vez quero parabenizar a Polícia Federal, que está trabalhando para transformar a mansão do sr. Celso Gomes na sede da delegacia da Polícia Federal de Criciúma, mais uma brilhante idéia da Polícia Federal.

Agora, o nosso tempo será divido - e não será tão generoso quanto o tempo do PMDB - com o deputado Serafim Venzon, que está proibido de comentar sobre o Velho Testamento. Deve apenas falar das boas ações praticadas pelo nosso secretário Dado Cherem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário do PSDB, com a palavra o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Clésio Salvaro, que me concede parte do tempo do PSDB para fazer aqui um esclarecimento, gostaria de dizer que na quinta-feira passada, dia 10, ocorreu uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Joinville para explicar à população a questão do Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Hoje aquele município tem dois hospitais públicos, hospitais estaduais, que são a Maternidade Darcy Vargas e o Hospital Regional. E esse hospital infantil está sendo construído e equipado, as suas paredes estão prontas e a maior parte dos equipamentos também já está sendo instalada, seja na UTI, no centro cirúrgico ou nos quartos. Todos os cômodos já estão sendo equipados.

Esse hospital infantil é um hospital público, é do governo estadual. O que se discute agora, e era a preocupação de quem estava lá, é quem vai administrá-lo? Se a secretaria da Saúde ou se delegamos essa função a uma organização social, não para nos livrarmos da responsabilidade, pelo contrário, para poder cumprir a verdadeira ação que deve ter um hospital-materno infantil.

Para os senhores terem uma idéia, 22% dos partos, hoje, acontecem em mulheres com menos de 18 anos, e na região norte de Santa Catarina também é assim. E não é só naquela região, mas no Brasil essa é a média. Por isso, para poder atender as crianças gestantes nesse hospital, vai funcionar a maternidade de gestantes com menos de 18 anos, além de atender as crianças do planalto norte e de toda região de Santa Catarina que precisar.

Então, estou enfatizando aqui que existe, de fato, a preocupação, por parte do secretário da Saúde e do governo do estado, de passar a responsabilidade a uma organização social, como é o Hospital Sara Kubitschek. Qual é o melhor hospital conhecido em todo o Brasil, ao qual todos fazem referência e encaminham pacientes?

Portanto, hoje, a preocupação do governo é passar a administração do Hospital Infantil para uma organização social. E para não falarmos só do Hospital Sara Kubitschek, temos o Hospital Marieta Konder Bornhausen, que é um hospital exemplar e que foi feito e equipado pelo estado e administrado pelas irmãs, que não são funcionárias públicas.

Assim, hoje, o que o governador e o secretário querem é que aquele hospital seja exemplar e que o governo possa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha nas galerias da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina e também pela nossa TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, muito boa-tarde!

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o que me traz à tribuna, hoje, no horário do partido, é para dizer que ontem participei, em Blumenau, minha cidade, da posse do presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau - Acib -, reconduzindo novamente o presidente Ricardo Stodieck. Foi um evento muito prestigiado por lideranças políticas e empresariais, pelo público em geral, e também quero desejar sucesso para a nova diretoria, para o presidente Ricardo Stodieck, que faz um trabalho de excelência não só na cidade de Blumenau, mas também na região do Médio Vale do Itajaí.

Mas, sras. deputadas e srs. deputados, eu também fiquei muito surpresa porque na posse da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, o governador Luiz Henrique da Silveira também estava e quero aqui agradecer, deputada Ada De Luca, pelo convênio assinado, ontem, naquele evento tão prestigiado, na ordem de R$ 20 milhões, para a pavimentação de ruas através de um convênio com o Badesc.

Mas quero lamentar, deputada Odete de Jesus e deputado Jailson Lima, porque enquanto o governador estava assinando convênios, nós, na cidade de Blumenau, estamos com um mamógrafo - que já foi assunto de diversas capas de jornais, e cobrei isso, inclusive, hoje, do secretário de Saúde, Dado Cherem, que faz um trabalho excelente naquela secretaria - que foi doado pelo Instituto Avon para fazer...

Deputadas Odete de Jesus e Ada De Luca, nós, que somos mulheres e defendemos as mulheres do estado de Santa Catarina e do Brasil, sabemos que o mamógrafo é um aparelho que serve para fazer o diagnóstico do câncer de mama, deputado Reno Caramori, e várias mulheres no nosso estado e na minha cidade estão sendo mutiladas. V.Exas. sabem o que é ser mutilada por falta de atendimento à saúde? Estão tirando os seios delas no exame preventivo, elas estão sendo mutiladas! E as mulheres também estão morrendo por falta de atendimento à saúde de um modo geral.

Eu fiquei feliz com o governador porque ele assinou um convênio de R$ 20 milhões para a pavimentação na minha cidade. Eu fiquei feliz, mas, ao mesmo tempo, triste, porque as mulheres da cidade de Blumenau e da região do Vale do Itajaí não têm um mamógrafo instalado. Como é que vou ficar contente por andar numa rua asfaltada, se a minha companheira está morrendo ou se anda sendo mutilada por falta de atendimento à saúde?!

Srs. deputados, no jornal *O Dia,* de Florianópolis, há a notícia dizendo que o hospital mais importante da capital, o Hospital Celso Ramos, está fazendo cirurgia, deputado Jailson Lima - e quero que v.exa. me ajude a explicar -, e colocando uma luva na barriga dos pacientes. Uma luva cirúrgica! O paciente entrou no hospital para fazer uma cirurgia de vesícula - deputado Jailson Lima, v.exa pode explicar melhor porque é médico - e o médico verificou que ele tinha um apêndice supurado e teria de colocar uma bolsa de colostomia. Mas como o hospital não tinha essa bolsa, ele colocou uma luva cirúrgica. E até quero elogiar o médico que fez a cirurgia.

Deputado Jailson Lima, v.exa. explica isso? Seu colega médico não foi exemplar? Mas imaginem os familiares de v.exas. saírem com uma luva pendurada! Deputada Odete de Jesus, isso está escrito na capa do jornal. Eu não estou mentindo. Infelizmente, este jornal não circula em todo o estado de Santa Catarina, somente na Grande Florianópolis, na capital do estado de Santa Catarina, mas está aqui no jornal a foto de um paciente deitado com uma luva cirúrgica, igual a esta que tenho na mão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. traz um tema muito importante para esta Casa.

Eu até gostaria da ajuda dos srs. deputados, e este não é um momento para sorrir nem para fazer piadinhas para rir; este é um momento para chorar! Eu não acho graça, srs. deputados! Este é um momento sério! Vamos pensar, como a deputada Ana Paula Lima salientou: e se fosse um filho nosso? E se fosse a nossa mãe?

Eu acho estranho que o diretor desse hospital não enxergue essas coisas. Deputado Kennedy Nunes, se ele não tem competência para comandar, para cuidar do hospital, para ver os materiais que faltam, que peça demissão e dê espaço para outro. Este é um caso para ser investigado! E peço aos srs. deputados médicos desta Casa, Jailson Lima, Antônio Aguiar e Serafim Venzon, que nos ajudem, porque o motivo é muito sério! E nós chamamos a atenção do secretário da Saúde, deputado Dado Cherem, nosso colega, para que exonere esse diretor e coloque outro no seu lugar, deputada Ana Paula Lima.

Parabenizo v.exa. pelo assunto que traz. Saúde é um direito de todos, e ser bem atendido também. E temos, no Orçamento, 15% destinados à saúde pública.

Agradeço a v.exa. por ter-me concedido o aparte.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputada, é lamentável que isso tenha realmente acontecido e que tenha sido necessário colocar essa luva na barriga do paciente.

E quero aqui enaltecer o trabalho do médico, porque ele foi de uma criatividade muito grande e teve muita sensibilidade, porque não estava preparado para essa situação. Ele foi fazer uma cirurgia de vesícula e, quando abriu o paciente, verificou que tinha um apêndice supurado e precisava de uma bolsa de colostomia; pediu o material, deputado Dirceu Dresch, e o hospital não tinha. Faltava luva por toda Santa Catarina! Está aqui no jornal! Enquanto mulheres estão sendo mutiladas e morrendo por falta de um mamógrafo, que não sabem onde instalar na cidade de Blumenau, os médicos, no Hospital Celso Ramos, estão botando luvas nos pacientes.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabéns, deputada, pelo tema que traz aqui.

Acho que estamos vendo as obras grandes por aí, os grandes centros de eventos se transformaram na grande mídia e na grande propaganda do estado, mas é diferente quando se trata desse tipo de atendimento. Estive por esses dias fazendo uma visita ao Hospital Regional de Chapecó, e vi também pacientes no corredor.

Enfim, há tantas outras necessidades que a população tem. Estamos aí com os agricultores não recebendo os seus recursos do programa de aquisição de alimentos, que foi repassado para o estado. Então, de fato, é preciso fazer um atendimento mais próximo à população mais pobre, que está necessitada.

Assim, parabenizo v.exa. pelo tema que traz, que é a questão da saúde e que tem que estar em primeiro lugar na vida das pessoas.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Esses são os dois casos da saúde que achei gravíssimos, mas, srs. deputados, na área da educação há outros problemas.

Na cidade de Benedito Novo, as crianças estão sem ir para a escola porque o estado não pagou o transporte escolar; em Rio do Cedro, no Vale do Itajaí, as crianças estão sem ir para a escola por falta de pagamento do transporte escolar. Isso é lamentável! Não gostaria de estar nesta tribuna denunciando, mas somos os representantes do povo catarinense, que está sofrendo, e temos que fazer aqui as nossas manifestações e exigir do governo do estado, sim, a assinatura dos convênios - o que quero aqui agradecer. Mas é preciso abrir os olhos para a maioria da população do estado de Santa Catarina, que são as crianças e os adolescentes.

Foi lamentável também a declaração do deputado e secretário da Educação, meu amigo Paulo Bauer, que disse, ontem, na imprensa que as crianças não vão ter uniformes escolares este ano. Foram dados uniformes escolares em setembro e outubro do ano passado, ano eleitoral, e neste ano as crianças que entrarem na rede estadual vão ficar sem uniformes. Então, não posso ficar quieta.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente. Na próxima semana tem mais novidades.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Na ausência de deputados do PTB, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0298/2007 e 0299/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é para falar sobre essas duas indicações. Com relação à primeira, quero dizer que não dá para admitir uma cidade do tamanho de Jaraguá do Sul sem uma delegacia da mulher, pois lá existem muitas mulheres que precisam de um atendimento especial. Essa é uma reivindicação que estou trazendo aqui, em nome da comunidade, que me pediu que fizesse essa solicitação.

A outra questão é sobre a SC-301. Já foi tomada uma providência paliativa, até que tenhamos a execução definitiva da obra, que é uma lombada eletrônica. Esse é um pedido que me parece estar sendo atendido, já foi feita, inclusive, a licitação para que tenhamos a lombada eletrônica naquela região.

Era isto o que eu tinha a colocar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0300/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0301/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0302/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0303/2007, 0304/2007 e 0305/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0306/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0307/2007 e 0308/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0309/2007, de autoria do deputado Professor Grando; e 0310/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

Este presidente gostaria de pedir para subscrever as Indicações n.s: 307/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, e 310/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

(Os autores aquiescem.)

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do sr. Adauto José Pereira, cumprimentando-os pelo ato heróico no salvamento dos cidadãos catarinenses no incêndio do supermercado Rosa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Pinheiro Preto, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Universidade de Blumenau, cumprimentando-o pela passagem dos 43 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o encerramento da tramitação do Projeto de Lei n. 0129/2007, que "Autoriza a criação do programa de serviço Disque Denúncia de Corrupção Governamental no Estado de Santa Catarina".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à nova diretoria da Associação de Micro e Pequenas Empresas da Grande Florianópolis, cumprimentando-a pela posse naquela associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Associação Empresarial de Blumenau, cumprimentando-a pela posse de toda sua nova diretoria, dos conselhos deliberativo e fiscal e dos coordenadores de núcleos setoriais, eleitos para a gestão do biênio 2007/2009.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir à autora do requerimento, deputada Odete de Jesus, para subscrever a matéria.

(A deputada Odete de Jesus aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a autorização da deputada Odete de Jesus, a deputada Ana Paula Lima também subscreve esse requerimento.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à desembargadora Salete Silva Sommariva, cumprimentando-a, bem como toda sua diretoria, pela posse na Associação Brasileira de Carreira Jurídica - Comissão de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Valéria Cabral Carvalho, presidente do Conselho Regional de Assistência Social, cumprimentando-a pela passagem do Dia do Assistente Social

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir também a autorização do deputado Manoel Mota para subscrever esse requerimento. Hoje é o Dia da Assistente Social, e quero aproveitar para desejar um feliz dia e dar um abraço a todas as mulheres e homens que exercem esta profissão com grande galhardia.

(O deputado Manoel Mota aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a autorização do deputado Manoel Mota, a deputada Ana Paula Lima também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. Anderson Ernesto Kranholdt e Jefferson Noemio Kranholdt, cumprimentando-os pelo título de Jovens Empresários do Ano, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Edison D'Avila, cumprimentando-o pelo título de Gestor Empresarial do Ano, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir também a autorização do deputado Jandir Bellini para subscrever este requerimento.

(O deputado Jandir Bellini aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a autorização do deputado Jandir Bellini, este requerimento também está subscrito pela deputada Ana Paula Lima.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Maria de Fátima Santos Silva, cumprimentando-a pelo título de Mulher Empresária do Ano, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Otílio Emílio Dalçóquio, cumprimentando-o pelo título de Empresário do Ano, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, eu gostaria de levar ao conhecimento dos srs. parlamentares desta Casa o porquê destas homenagens que esta Casa deverá prestar a essas pessoas.

Todos os anos a Associação Empresarial de Itajaí busca homenagear aqueles empresários que contribuíram com o crescimento econômico do município na área social e que participaram do bem-estar de toda a comunidade. Este ano estas pessoas são homenageadas, ou seja: o jovem empresário, a empresa destaque, o administrador do ano, o empresário do ano e a mulher empresária. E eu destacaria aqui três pessoas que merecem todo nosso carinho: Otílio Emílio Dalçóquio, um itajaiense nato, um empresário multinacional conhecido até fora do Brasil, que foi escolhido como empresário do ano; Fátima Santos Silva, uma empresária do setor da pesca bem sucedida e que muito tem contribuído para o desenvolvimento da nossa cidade; e o administrador do ano, professor Edison D'Avila, nosso colaborador como secretário da Educação no nosso governo e que realmente merece todo o nosso carinho e o nosso elogio. Por isso estas homenagens.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria também de pedir licença ao deputado Jandir Bellini para subscrever os Requerimentos n.s 381 e 382.

(O deputado Jandir Bellini aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência do deputado Jandir Bellini, estão subscritos estes requerimentos pela deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria, com a aquiescência do deputado Serafim Venzon, de associar-me a ele no requerimento cumprimentando o prefeito e o presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo pelo aniversário do município.

(O deputado Serafim Venzon aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência do deputado Serafim Venzon, também está subscrito aquele requerimento pelo deputado Antônio Aguiar.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Luiz Tancredo, vereador da Câmara Municipal de Tubarão, bem com aos seus familiares, enviando votos de pesar pelo falecimento da sra. Daizi de Lourdes Manoel Tancredo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos comandantes-gerais do Corpo de Bombeiros e do 2º Pelotão do 5º Batalhão da 3ª Companhia da Polícia Militar de Taió, cumprimentando-os pela bravura do soldado Jesus Pacheco frente ao acidente na BR-470, dia 10 de maio próximo passado.

A Presidência defere de plano.

Peço também ao deputado Jailson Lima para subscrever este requerimento.

(O sr. Deputado Jailson Lima aquiesce.)

Com a autorização do deputado Jailson Lima, também subscrevo este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Grupo Angeloni, seus diretores e colaboradores, cumprimentando-os pelos 49 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos jornalistas Carlos Fehlberg, Cyro Barreto, Fernando Linhares da Silva, Gilberto Nahas, Osmar Shlindwein, Paulo da Costa Ramos e Roberto Alves, cumprimentando-os pela homenagem recebida da Associação Catarinense de Imprensa.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solicito ao autor, deputado Cesar Souza Júnior, para subscrever com ele o requerimento.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência do deputado Cesar Souza Júnior, também subscreve o requerimento o deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Também peço para subscrever o requerimento, sr. presidente.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência do deputado Cesar Souza Júnior, o deputado Professor Grando também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Trabalho, solicitando a ampliação do número de atendentes e a melhoria do espaço físico no posto de atendimento do respectivo ministério em Jaraguá do Sul.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Este é um pedido também feito, através da comunidade, a este deputado porque eles estão assoberbados, na verdade, de trabalho. O ambiente de trabalho ficou muito pequeno e eles precisam de mais pessoas para trabalhar também.

E eu faço um apelo, inclusive, aos amigos, aos colegas do PT, que tanto cobram e têm uma disposição tão grande para cobrar aqui nesta Casa, que ajudem também a cobrar do governo federal uma melhor condição de trabalho lá em Jaraguá do Sul, nesse setor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente Regional do DNIT, pedindo a construção de um trevo rotatório na interseção da BR-116 com a BR-280, no acesso aos municípios da região de Canoinhas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero pedir ao deputado Antônio Aguiar para assinar com ele este requerimento, uma vez que é da nossa região e até para reforçar o seu pedido.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência do deputado Antônio Aguiar, o deputado Nilson Gonçalves também subscreve este requerimento.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos presidentes da Câmara e do Senado federal, aos líderes do governo no Congresso Nacional e à bancada catarinense na Câmara e no Senado Federal, manifestando contrariedade aos projetos de emenda constitucional que visam reduzir a idade penal, bem como a retirada de pauta dos referidos projetos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, eu quero manifestar meu voto contrário a este requerimento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu quero fazer o mesmo que o deputado Onofre Santo Agostini, ou seja, deixar bem clara a minha posição contrária a essa moção. Nada contra o deputado Pedro Uczai, meu bom amigo, trabalhador, mas sou frontalmente contra essa sua idéia porque entendo que lugar de bandido é na cadeia. E esse projeto que está correndo no Congresso Nacional não é para botar a criançada na cadeia, como eles dizem, é para botar bandido que comete crime hediondo! E bandido com 16, 17, 18 anos é bandido igual aos mais velhos e tem que ir para a cadeia! É crime hediondo! É só dar uma olhadinha na lei que está tramitando lá.

Então, sou contra essa moção porque sou a favor da maioridade penal a partir dos 16 anos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, esta proposição surge como resultado da audiência pública que foi realizada nesta Casa. E houve o entendimento de se apresentar no plenário essa emenda que, no debate da última sessão, viria inclusive como uma moção da Casa, de toda a Assembléia. Mas, se não for possível, gostaria de incluir, então, toda a bancada do PT como autora desta moção.

Na audiência pública ficou muito claro que a legislação atual tem todos os instrumentos, se bem aplicada, se aplicada corretamente, para poder punir quem vier a cometer os crimes, mesmo com a idade enquadrada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vou requerer a v.exa. a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será feita através de processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a moção e os que votarem "não" reprovam a moção de autoria do deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença, nesta Casa, dos vereadores Adir Leite e Mario César, de Bela Vista do Toldo. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade neste plenário! Muito obrigado, vereadores de Bela Vista do Toldo, pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O painel está aberto. Os srs. deputados já podem votar.

Em votação.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, por orientação partidária e do PPS, nós somos contra a redução da idade penal. Portanto, votamos a favor da moção.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, se v.exa. puder nos ajudar e pedir para reduzir um pouco o som, eu agradeço porque é muita agressão sonora aos nossos ouvidos. O som está muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Certo, deputada. Pedimos ao som que, por gentileza, reduza o volume do som.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, entendo que essa questão referente à redução ou não da maioridade penal vai do entendimento e do foro íntimo de cada um, e não tem ela qualquer conotação partidária ou de governo e Oposição.

Neste sentido, antecipo e declaro meu voto pessoal contrário à maioridade penal.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, entendo que o Congresso Nacional, que se compõe de parlamentares e técnicos que conhecem essa questão, saberão, com certeza, decidir pelo melhor quanto à redução da maioridade penal. Por esse motivo digo "não" à moção e deixo que o Congresso Nacional, através de seus parlamentares e das pessoas que estão envolvidas, decida essa questão.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores entende que não é - e não estou falando isso pelo fato de a moção ser de autoria de um integrante da bancada - a redução da maioridade penal que vai resolver o problema da delinqüência e da violência em nossa sociedade. Nós temos uma série de outras causas que têm como conseqüência a violência.

Portanto, a nossa bancada se posiciona favorável à moção, votando "sim".

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, no mês passado nós fizemos uma belíssima audiência pública nesta Casa, ocasião em que chamamos a sociedade civil organizada, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e várias entidades que trabalham com crianças e adolescentes para saber quem era a favor e quem era contra. O plenário ficou lotado, sr. presidente.

Foi debatido à exaustão esse tema e as várias manifestações eram contrárias à redução da maioridade penal porque nós temos que ter carinho e dar atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Temos que cuidar da criança e do adolescente, pois eles serão o futuro. Nós não podemos, num estágio emocional, votar dessa forma.

Enfim, a bancada do PT vota a favor da moção encaminhada ao Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, entendo que, como disse o deputado Jandir Bellini, é uma decisão do Congresso Nacional, mas que nós também podemos nos posicionar.

Gostaria, então, de dizer que, sobre esse assunto, eu ainda não sei bem se é bom ou ruim a redução da maioridade, ou se depois dos 18 anos é que eles devem responder criminalmente por suas atitudes. Participei da audiência pública e ainda não me convenci se devo ser a favor ou não da redução penal.

Assim sendo, pelo fato de ainda não ter esse convencimento e de não ter a necessidade de eu me pronunciar agora, porque não faz parte das nossas atribuições - neste momento não falo como líder e sim como parlamentar -, eu vou me abster desta votação.

Acho importante a moção, é uma posição da bancada do PT e eles já estão convencidos. Eu ainda não estou convencido e por isso vou me abster desta votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, a população catarinense que está assistindo a sessão deve estar com a impressão de que parte da Assembléia Legislativa é favorável à absolvição de criminosos entre 16 e 18 anos, quando, na verdade, são crianças ainda, mas que têm força mais do que um homem, e não têm a responsabilidade, não têm um pouquinho de ética e respeito com a vítima durante um assalto. Por isso pode soar mal para esta Casa dizer ao Congresso que é contrária à redução da idade penal. Na minha opinião, é melhor ficarmos quietos e deixarmos eles decidirem.

Já existe uma lei sobre esse assunto e o projeto de lei não é contra a criança, o projeto de lei não é contra os bons; ele é contra alguns delinqüentes, bandidos, e por isso esta Casa não pode sair em defesa desse pequeno grupo irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|---|---|
| DEPUTADO ADA DE LUCA | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | não |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR | |
| DEPUTADO CLÉSIO SALVARO | |
| DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO | não |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | |
| DEPUTADO DÉCIO GÓES | sim |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO EDSON PIRIQUITO | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS | não |
| DEPUTADO GELSON MERÍSIO | |
| DEPUTADO GENÉSIO GOULART | |
| DEPUTADO HERNEUS DE NADAL | |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | sim |
| DEPUTADO JANDIR BELLINI | não |
| DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI | sim |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | abst |
| DEPUTADO JORGINHO MELLO | |
| DEPUTADO JOSÉ NATAL | não |
| DEPUTADO JULIO GARCIA | |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | abst |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | abst |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | não |
| DEPUTADA ODETE DE JESUS | sim |
| DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI | não |
| DEPUTADO PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO PEDRO UCZAI | |
| DEPUTADO PROFESSOR GRANDO | sim |
| DEPUTADO RENATO HINNIG | não |
| DEPUTADO RENO CARAMORI | |
| DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA | sim |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | abst |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | |

Votaram 24 deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 12 votos “não”, 08 votos “sim” e 04 abstenções.

Está rejeitada a moção por maioria.

Moção de autoria da liderança do PT, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Educação, manifestando o seu repúdio às portarias que afastam, por 30 dias, 14 professores do Instituto Estadual de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu quero me manifestar contrário a essa moção, até porque o secretário da Educação, Paulo Bauer, está usando de seus direitos, das suas obrigações como secretário para fazer com que todas as escolas funcionem adequadamente. E ele deve, sim, aplicar a autoridade que tem para com todos os funcionários.

Por isso eu quero votar contrário a essa moção.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu tenho participado, até com alguma assiduidade, de reuniões com o secretário da Educação, com uma comissão de alunos, pais e professores do Instituto, com a participação de outros deputados, notadamente o deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Marcos Vieira, o deputado Professor Grando, procurando encontrar uma alternativa que possa pôr cobro à situação de anormalidade do Instituto.

Mas eu não posso, neste momento, deixar de encaminhar contrariamente a essa moção e de pedir aos deputados da base de apoio ao governo que sigam essa orientação, porque a determinação feita pelo secretário é absolutamente legal. Ela está dentro dos seus cometimentos.

E aqui eu quero destacar o professor João Tomás, que, inclusive, exerceu cargo comissionado em governo do PMDB e é um dos que estão aqui arrolados nessa portaria e afastados por algum tempo para apuração de possível infração disciplinar.

Nesse sentido, se nós tomarmos essa medida, nós estaremos, desde logo, condenando o secretário da Educação, que nada mais fez do que utilizar algo, em termos de atribuição, que é efetivamente do seu cometimento legal.

Por isso o meu encaminhamento à bancada de apoio ao governo é voto “não” a esta moção.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, na realidade, a palavra não é “repúdio”, é “contrariedade” à postura adotada pelo secretário da Educação, que foi aqui, inclusive, motivo de manifestação da própria base governista, de críticas pela postura de certa maneira autoritária e contundente na condução do processo de debate com os professores.

Então, a palavra não é “repúdio”, é “contrariedade”.

E eu quero aproveitar também para registrar a presença do prefeito de Taió, José Goetten de Lima, e do vice-prefeito, Jonas Gomes, que se encontram presentes nesta Casa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, igualmente tenho acompanhado o desenrolar de alguns fatos que têm acontecido em âmbito interno da secretária da Educação, mais precisamente este que faz referência aos professores do Instituto Estadual de Educação. O secretário Paulo Bauer, desde o início, sentiu-se sensibilizado e abriu as portas para conversações e negociações. Estamos, ao longo desse tempo, junto com outros deputados desta Casa, com pais, professores e alunos, conversando acerca dessa situação. Não podemos agora, no meio dessas reuniões que desejam encontrar um rumo, um norte, atravessar com uma moção, assinada pela liderança do PT, em repúdio a um secretário de estado que está sentando e conversando.

Então, o PSDB vota contra a moção encaminhada pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Deputado Jailson Lima, a moção fala “repúdio”. Perguntamos se a bancada do PT tem interesse em fazer a modificação, uma vez que a moção está aqui comigo.

(A bancada do PT concorda em fazer a modificação.)

Então, pedimos que seja refeito esse documento, substituindo a palavra “repúdio” pela palavra “contrariedade”.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu cumprimento a bancada do PT por ter retificado o termo. Acho que contrariedade soa melhor.

Mas não foram poucas às vezes, nesses nove anos que estou nesta Casa, que fui, especialmente por um deputado da bancada do PMDB, chamado em muitas oportunidades, e injustamente, de filhote da ditadura. Eu não aceito essa pecha porque votei pela primeira vez em 1986, deputado Moacir Sopelsa. Em 1986 eu fui às urnas pela primeira vez como eleitor. Tenho 42 anos de idade. Portanto, quando fui votar pela primeira vez a ditadura já nem existia mais. Não tive nenhuma participação; pelo contrário, enquanto estudante em várias oportunidades eu me manifestei já ao final, porque quando eu comecei a militância estudantil, inclusive, a ditadura já estava no final.

Agora, esses que tanto acusaram os equívocos cometidos pela ditadura - e não foram poucos - não podem concordar com essa atitude arbitrária, autoritária e não produtiva para o entendimento no Instituto Estadual de Educação.

Eu tenho um profundo respeito pelo secretário Paulo Bauer. Um profundo respeito! Fui diretor de escola do Cedup Diomício Freitas, de Tubarão, no período em que ele era o nosso secretário de estado do então governo Vilson Kleinübing. Fico feliz de vê-lo ocupando o cargo hoje, ele que foi tão criticado pelos atuais governistas, mas hoje o recrutaram para a missão porque ele é bom e tem as suas virtudes. Mas nessa questão do Instituto ele errou e está conduzindo mal o processo.

Eu recebi, deputado Rogério Mendonça, e sei que v.exa. se preocupa com isso, a visita de alguns professores que não têm nada a ver nem com o professor Girardi nem com a outra direção. São pessoas que não aceitam mais o que está acontecendo no Instituto, que é o maior colégio da América Latina, a maior escola pública da América Latina, e não é com esse tipo de atitude que se vai chegar ao entendimento.

Por isso o meu voto é pela aprovação da moção proposta pela bancada do PT.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, voto contrário à moção e justifico por que. No desenrolar, esteve aqui nesta Casa o professor Girardi - e alguém me corrija, se não for este o nome - expondo a sua situação - e nós, em determinada situação, até entendemos -, mas não procuraram o entendimento com esta Casa. Três dias depois, os amigos dele, os professores - eu digo amigos porque realmente são amigos dele -, estavam nas salas de aula pedindo aos jovens que saíssem de dentro das salas de aula para vir até a Assembléia Legislativa fazer protestos em favor do seu nome. Um sobrinho meu, aluno do Instituto, foi procurado para que não comparecesse às aulas e aqui viesse.

Eu assisti aqui, dois ou três dias depois, na semana passada, inclusive, a um professor junto com alguns jovens que, pela estatura, acredito que não tinham mais do que 13 ou 14 anos de idade. Será que seus pais sabiam que eles, ao invés de estar na sala de aula, estavam aqui nesta Assembléia sem saber, provavelmente, o porquê do fundamento legal?

E a atitude do secretário foi correta porque se o professor em questão quisesse realmente uma educação de qualidade para os jovens, ele diria: "Meus amigos, enquanto não se resolve, vão os senhores para a sala de aula e vamos trabalhar nesse processo após o nosso período de aula." Mas ele assim não o fez!

Por isso o meu voto é contra a moção, e sou favorável à postura adotada pelo secretário Paulo Bauer, por uma boa educação!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, tenho que estar ao lado dos meus colegas professores. Tenho que ser solidária, sou uma professora com longos anos de atuação no Magistério Público e sei dos anseios da classe e do sofrimento por que passam os professores. Discordo do que o secretário Paulo Bauer está determinando, não posso concordar, e quase nem quero acreditar no que está acontecendo. Não posso admitir!

Sou solidária à moção da bancada do PT e eu a parabenizo por esse gesto de nobreza. E também quero parabenizar o deputado João Henrique Blasi, líder do governo, que não olha para a sigla, mas, sim, para os interesses do estado. Ele votou favorável à moção e parabenizo, mais uma vez, o deputado João Henrique Blasi. Votou favorável, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Pela redução de maioridade penal, sim. Esta moção ainda não entrou em votação, sra. deputada Odete de Jesus. O deputado João Henrique Blasi ainda não se manifestou.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Equivoquei-me! Mas o sr. deputado João Henrique Blasi sempre esteve envolvido nas questões e tenta resolve-las. Por que ele está atuando e fazendo reuniões, e até convidou outros deputados para estarem junto? Porque ele não aceita o que está acontecendo, ele quer soluções.

Então, sou solidária à moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O deputado João Henrique Blasi se manifestou contrário à moção.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, nós, por duas vezes, sentamos como mediadores nessa questão do Instituto Estadual de Educação. Em toda a negociação imagina-se a reciprocidade; e a reciprocidade é que a autoridade maior não poderia, sob hipótese alguma, numa negociação, punir os professores, até porque os professores não podem punir o sr. secretário. Sempre que se trata de uma negociação, nós temos que respeitar a igualdade que possa existir para se chegar a um bom termo.

Eu manifestei a minha contrariedade pessoalmente aos técnicos e ao próprio secretário, que, democraticamente, respeitam a minha opinião, e é o que a moção comenta e pede. E realmente, pela contrariedade, eu sou a favor da moção, até como professor há 35 anos.

Para nós, que fomos negociador de várias greves e conquistas para o professor, esse é um assunto em que ambos farão, através de uma negociação com igualdade e não procurando punir, porque isso vai fazer com que a negociação torne-se cada vez mais difícil ou até impossível...

Ainda mais: nós não vamos discutir, deputada Ana Paula Lima, se o salário vai ser descontado ou não, essa mísera quantia que um professor ganha. Então, é de bom alvitre e de bom pensamento que, para as negociações continuarem, sejam suspensas as punições, até porque já há nesta Casa um projeto de lei que foi votado e encaminhado para suspender essas punições.

E eu digo que quando assumi como prefeito, em 1993, o meu primeiro ato foi realmente anular todas as punições porque iriam prejudicar a licença-prêmio, os direitos de salário do governo anterior, do qual nem falo o nome. Mas esse foi um dos primeiros atos, e dali para frente eu estabeleci sempre um bom relacionamento com os professores.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero fazer a declaração de voto e até pedir votação nominal, sr. presidente. Não acredito que o governo e os parlamentares, principalmente do PMDB, irão ser contrários a isso. V.Exa., que é do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi contra a ditadura, contra o autoritarismo, contra a perseguição, e é isso que está acontecendo no governo do PMDB. Foi nisso que deu a aliança com o PFL e com o PSDB! Estão mudando, perseguindo os nossos professores.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, havia um processo de negociação com os deputados João Henrique Blasi, Sargento Amauri Soares e Professor Grando, e o secretário Paulo Bauer, num processo de negociação, vem com esse tipo de punição, de afastamento dos professores?! Quero crer, deputado Professor Grando, que não vão descontar salário porque eles já recebem muito pouco pelo que fazem. Já recebem muito pouco educando as nossas crianças e os adolescentes. Se descontarem salários, nós, parlamentares, viremos à tribuna para denunciar a forma como o estado de Santa Catarina está sendo governado. Não quero crer que o governador do estado, sabendo dessa arbitrariedade, concorde com esse tipo de coisa, sr. presidente. Não é possível!

Esses professores estavam em pleno direito de reivindicar e os adolescentes e as crianças do Instituto Estadual de Educação também estavam em pleno direito de reivindicar. Foi isso que ensinou Luiz Henrique da Silveira nessas praças, foi isso que ensinou aqui em Florianópolis, em Joinville e em Blumenau: a não ficar dentro das nossas casas calados. É isso! E agora punir professor? É um absurdo! É lamentável! Meu voto é a favor da moção e peço, sr. presidente, votação nominal.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só quero manifestar o meu voto favorável. E ouvindo a deputada Ana Paula Lima falando, deputado Joares Ponticelli, duas coisas vieram-me à mente: primeiro, que bom que alguns que estavam conosco agora foram para o outro lado e fazem isso; segundo, isso é coisa de quem foi funcionário da Dops, do tempo da ditadura, e que está acostumado a essa atitude tão antidemocrática de fazer a punição de quem está reivindicando direitos.

Por isso, o meu voto é favorável, totalmente favorável a essa moção. E eu acho até que contrariedade é pouco para mostrar o repúdio que este deputado tem.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para uma questão ética, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, esta manifestação da moção que apresenta contrariedade é referente ao sr. secretário da Educação. Portanto, o governador continua com a sua pregação, com a sua luta e o seu trabalho. E quero deixar bastante claro: faz parte da democracia, sim, e queremos continuar negociando para que os professores do Instituto Estadual de Educação voltem à normalidade dando aula para os seus alunos.

Portanto, ficam retificadas aqui outras palavras que tenham dito que não sejam o voto da moção de contrariedade ao sr. secretário da Educação somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Em votação.

Solicitamos a abertura do painel eletrônico para a votação nominal.

Reiteramos que foi modificado o texto da moção: ao invés da palavra "repúdio" foi colocada a palavra "contrariedade".

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|---|---|
| DEPUTADO ADA DE LUCA | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR | |
| DEPUTADO CLÉSIO SALVARO | |
| DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO | não |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | |
| DEPUTADO DÉCIO GÓES | sim |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO EDSON PIRIQUITO | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS | não |
| DEPUTADO GELSON MERÍSIO | |
| DEPUTADO GENÉSIO GOULART | |
| DEPUTADO HERNEUS DE NADAL | não |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | sim |
| DEPUTADO JANDIR BELLINI | abst |
| DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI | não |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JORGINHO MELLO | |
| DEPUTADO JOSÉ NATAL | não |
| DEPUTADO JULIO GARCIA | |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | não |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | não |
| DEPUTADA ODETE DE JESUS | sim |
| DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI | |
| DEPUTADO PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO PEDRO UCZAI | |
| DEPUTADO PROFESSOR GRANDO | sim |
| DEPUTADO RENATO HINNIG | não |
| DEPUTADO RENO CARAMORI | |
| DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA | não |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | não |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | sim |

Está encerrada a votação.

Temos 09 votos "sim", 14 votos "não" e 01 abstenção.

Está rejeitada a moção de autoria da liderança do PT por maioria.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro da Educação e ao presidente da Capes, pedindo que sejam envidados esforços com o objetivo de resolver os atrasos no pagamento de bolsas de estudo aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao diretor-geral, ao superintendente em Santa Catarina e à delegada em Florianópolis, todos da Polícia Federal, cumprimentando-os pelos trabalhos desenvolvidos na Operação Moeda Verde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao diretor-presidente da filial da Brasil Telecom, solicitando um telefone público na Vila Cesário, em Timbé do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma agência no município de Santa Terezinha.

Pergunto ao deputado se posso subscrever a moção.

(O deputado Jailson Lima aquiesce.)

Com autorização do nobre deputado, subscrevo, portanto, esta moção.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Jailson Lima, a ser encaminhada ao ministro do Trabalho, solicitando a agilização do projeto de criação do Conselho Federal e Regionais de Massagistas, Massoterapeutas e similares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando informações referentes à renúncia de receita tributária, decorrente de benefícios fiscais, concedidos a empresas do estado em 2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI- Sr. presidente, é só para reafirmar o orgulho que tenho de integrar esta Casa Legislativa e de ter visto agora há pouco aprovada pela unanimidade a Moção n. 0143, de autoria do deputado Pedro Uczai, que cumprimenta o diretor-geral e o superintendente da Polícia Federal de Santa Catarina pela Operação Moeda Verde. Enquanto outras autoridades criticaram, esta Casa, por unanimidade, está reconhecendo essa importante operação.

Eu me orgulho muito de integrar uma Casa que reconheceu, por sua unanimidade, os efeitos dessa operação para o nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Na ausência do deputado Darci de Matos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de convidar os componentes da comissão do Mercosul: deputados Narcizo Parisotto, vice-presidente, Elizeu Mattos, Jailson Lima, Moacir Sopelsa, Jandir Bellini, e a deputada Ada De Luca, para a reunião que teremos hoje, às 18h.

É muito importante a presença de todos porque até agora não conseguimos fazer uma única reunião por falta de quórum. Gostaríamos de contar com a presença deles para que finalmente consigamos efetivar essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Gostaria de convidar todos os colegas parlamentares para uma audiência pública da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, da qual esta deputada é integrante, no dia 17, às 14h, por solicitação da dra. Helen Crystine Corrêa Sanches, promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

Esta audiência será realizada no auditório desta Casa Legislativa porque no dia 18, sexta-feira, será o Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Não podemos deixar passar em branco esta data e realizaremos essa audiência pública dia 17, por sugestão dos deputados integrantes dessa comissão.

Portanto, o convite está feito, sr. presidente!

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, na segunda-feira, dia 21, o Fórum da Educação, que é presidido pelo deputado Herneus de Nadal, e do qual eu sou membro, estará fazendo uma reunião na Unifebe, até porque tem o compromisso de fazer esses encontros em cada universidade de Santa Catarina, do sistema Acafe e do sistema particular.

Segunda-feira esse Fórum estará na região de Brusque, e quero convidar a comunidade daquela Regional, todos os deputados, mas, com carinho especial, os deputados que têm alguma relação com o Vale do Rio Itajaí-Mirim, como v.exa. e o deputado Dagomar Carneiro, que está intimado a comparecer. Quanto mais deputados estiverem presentes, melhor será para que os seus efeitos sejam mais produtivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - É importante que se diga, deputado Serafim Venzon, que também na segunda-feira, às 14h, a comissão de Educação desta Casa, presidida pelo deputado Darci de Matos, estará promovendo uma audiência pública, a pedido do deputado João Matos, para discutir o piso salarial dos professores, projeto que tramita no Congresso Nacional.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, do dia 12 ao dia 20 de maio é comemorada a Semana da Enfermagem, sendo que o dia 12 de maio é o Dia do Enfermeiro. Então, quero fazer o registro nesta Casa e dar os parabéns a todos os profissionais que, com dedicação e competência, fazem o exercício desta profissão. Quero deixar um abraço fraterno a todos os profissionais da área!

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós também gostaríamos de parabenizar a categoria da enfermagem, que realmente batalha pela saúde. Parabéns a todos!

Também queremos, deputado Peninha, anunciar a realização de uma audiência pública no dia 2l de maio, segunda-feira, às 9h, na Assembléia Legislativa, sobre o reajuste da tabela do SUS. Não ocorre reajuste há 12 anos, e hoje uma diária de um prisioneiro, de um detento, é maior do que uma diária hospitalar. E nós temos que nos organizar e fazer essa audiência pública para debater esse reajuste que é, sem dúvida nenhuma, uma maneira de melhorar a nossa saúde.

Nós só vamos melhorar a nossa saúde, se tivermos condições dignas para oferecer um trabalho decente aos nossos pacientes. É um órgão federal competente que tem que fazer isso, é responsabilidade da saúde do governo federal de Luiz Inácio da Silva e do nosso ministro Temporão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje vamos falar de coisas boas, pois é a nossa vontade. E nós nos propomos, todos os dias que usarmos esta tribuna, a falar de coisas boas.

Mas, antes de iniciar a minha fala, eu quero dizer que aprendi com o governador Luiz Henrique da Silveira que política se faz com seriedade, razão, amor e equilíbrio. Aprendi também que política não se faz com o fígado e muito menos com fel. Isso eu aprendi convivendo com o governador desde a minha época em Brasília, quando ele era deputado federal, eu tinha 18 anos, militava na JPMDB e o governador foi o presidente nacional do PMDB. Aprendi isso tudo com Luiz Henrique e eu, que moro distante dele, deputado Manoel Mota, pois moro em Lages e não em Joinville, e achava que as pessoas que vinham de Joinville já tinham aprendido mais do que isso, que já sabiam até a dar aula de como se faz política.

Política não se faz com gritaria, com quase uma maluquice. Política se faz com equilíbrio, falando de coisas boas e tentando fazer coisas boas. Muitas pessoas que moram em Joinville acham, 80% dos joinvilenses, e outros não acham, que o jeito de fazer política de Luiz Henrique - e pode até estar errado - está certo. É uma eleição atrás da outra e o governador fazendo 80% de votos em Joinville.

Srs. deputados, às vezes nós usamos a Bíblia, deputada Odete de Jesus. Eu, que fui seminarista, aprendi que a usamos como um guia, para reflexão, para meditação, mas jamais podemos usá-la para agredir um irmão, ainda mais um irmão que fez, e está fazendo, muito por este estado e que tem vontade de acertar. Eu sempre falo deste irmão, que é o irmão Luiz Henrique da Silveira. E quando tomei posse aqui na Assembléia Legislativa, eu disse que poderia até existir alguém que goste de Santa Catarina como Luiz Henrique, mas que eu duvidava e desconhecia alguém que gostasse mais do que ele deste estado.

Estou dizendo isso só como uma introdução do que eu vou falar. Se nós acharmos que temos problemas na saúde, nós vamos achar. A saúde melhorou muito, mas é claro que tem muito ainda para melhorar. Escutei a nobre deputada Ana Paula Lima cobrando algumas soluções. É válido cobrar soluções! E eu a considero muito e tenho o maior carinho por ela. Mas s.exa. cobrou soluções aqui, e nós pediríamos a ela, que tem uma proximidade muito grande com o presidente Lula, que é amiga dele, que cobre mais recursos para o estado; que ele pare um pouco de passar recursos para as ONGs e comece a passar mais para a população, para a saúde, que comece a descentralizar mais os recursos. Se tivéssemos todos os recursos do mundo, deputado José Natal, com certeza, deputado Antônio Aguiar, todos os problemas estariam sendo resolvidos.

Srs. deputados, às vezes esquecemos de ver as coisas positivas que estão acontecendo na saúde - e vou falar de saúde hoje. Mas se entrarem no *site* do Conselho Nacional de Secretários da Saúde, deputado Onofre Santo Agostini, verão Santa Catarina no topo do *ranking* dos transplantes deste país. O nosso estado, deputado Antônio Aguiar, é o que mais faz transplantes no país e tem também a melhor rede de transplantes. E não somos nós que estamos falando; isso está dito lá no *site* do Conas, em nível nacional! E por quê? Porque os hospitais estão preparados para fazer um transporte eficiente e o estado foi preparado, nestes quatro anos, para estar no *ranking*. Hoje já fazemos 12 transplantes por mil habitantes. E a proposta do governo do estado, do secretário Dado Cherem e da diretora-geral Carmem Zanotto, é fazer 16 transplantes por mil habitantes. Só este ano já foram realizados 127 transplantes no nosso estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero me congratular com v.exa. e dizer que a deputada Ana Paula Lima exagerou com o teatro quanto se referiu ao fato de o médico colocar uma luva no paciente porque, segundo informações, o médico tem o direito de optar entre uma bolsa coletora e uma luva. E nesse caso de drenagem, a luva era mais benéfica que a bolsa coletora.

Então, o teatro representado pela deputada Ana Paula Lima deve ser transformado, com disse v.exa., em verbas do governo federal para o estado de Santa Catarina, e penso não só no nosso estado.

Como recém-relatei, tenho uma audiência publica, na segunda-feira, às 9h, sobre o reajuste da tabela do SUS. Faz 12 anos que o governo federal não reajuste a tabela do SUS, e queremos beneficiar os nossos hospitais, os laboratórios e os profissionais que dignamente prestam serviços a nossa população e não recebem com justiça.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado pelo aparte, nobre deputado Elizeu Mattos.

Só quero fazer uma referência sobre a questão da CPMF, porque já existe aqui em Santa Catarina um movimento chamado Xô CPMF. Ela foi criada com a finalidade de dar um suporte à saúde do país. E na época todos os deputados e a população foram sensíveis e permitiram que o governo Fernando Henrique Cardoso tirasse parte do nosso dinheiro, para contribuir com a saúde. Lamentavelmente, o governo Fernando Henrique Cardoso, que é do meu partido, não colocou a totalidade disso. Mas o governo Lula, que tanto contestava o governo Fernando Henrique Cardoso, continua fazendo a mesma coisa. Dos R$ 35 bilhões por ano arrecadados com a CPMF, menos de R$ 8 bilhões vêm para a saúde. Se ele aplicasse, no mínimo, 50% desse total na saúde deste país, teríamos uma saúde de qualidade.

Então, concordo com o que v.exa. colocou, ou seja, a deputada está no governo, mas sabe dos assuntos do passado. E vamos brigar para serem repassados mais recursos para a saúde, para exames e para medicamentos de alto custo e para tantas outras situações.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Para concluir, gostaria de falar sobre a Oncorrede.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, quero cumprimentá-lo por levantar novamente essa questão no plenário com relação à saúde, que naturalmente é algo difícil de agradar a tantos que precisam. E por mais que se faça, certamente sempre estaremos sujeitos a algumas críticas.

Quero colocar aqui que esse teatro feito pela deputada Ana Paula Lima não correspondeu com a realidade. Quanto àquele paciente que foi submetido a uma cirurgia do abdômen porque tinha um apêndice supurado, gostaria de dizer que neste caso não era indicado usar a bolsa de colostomia, até porque essa bolsa é um material descartável que qualquer hospital compra aos milhares, e deve custar alguns centavos cada uma. E se, por alguma razão, faltou esse material ali no centro cirúrgico, em qualquer andar ou em qualquer outro hospital ao lado teriam centenas de milhares para ceder para essa necessidade.

Mas, falando com o diretor do hospital, para passar a informação a quem assistiu a sessão desde o começo, na verdade a colocação de uma luva como um dreno foi opção do cirurgião. Ele usou a luva ao invés do dreno de penrose, que é o mesmo material, por opção. Ele, certamente com a responsabilidade que tem de salvar o paciente, escolheu a melhor opção, que foi usar a luva para servir de dreno, que é o mesmo material.

De forma que essa denúncia significou, sim, uma rebeldia, um descontentamento de algum familiar, que levou para a imprensa uma informação deturpada, saindo apenas em jornais de circulação local, porque jornais de maior responsabilidade não fariam uma denúncia infundada assim.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Décio Góes, gostaria de falar outras coisas sobre a saúde, porque não são poucas as melhorias.

Mas só quero comunicar ao deputado Kennedy Nunes, que falou da OS e da parceria da administração, como é o Cepon, e o estado vai administrar junto, que a OS foi uma lei aprovada aqui nesta Casa em 2004. Trata-se da Lei n. 3.720, que autoriza o governo do estado a trabalhar com as OS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito o deputado Décio Góes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, primeiro quero dar uma resposta com relação à questão colocada pelo deputado Elizeu Mattos. Um governo que se dá ao luxo de gastar R$ 145 milhões por ano a mais com secretarias desnecessárias não tem o direito de pedir dinheiro a mais, para a saúde, ao governo federal.

Quero aproveitar, também, para parabenizar pela aprovação da Oncorrede, que foi proposta pelo estado e o governo federal teve a sensibilidade de entender que era uma boa proposta e aprovou. Isto mostra o interesse e a parceria que o governo federal tem com o estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, os jornais, ontem, estamparam uma grande festa em Santa Catarina para empossar os novos 36 secretários de estado deste governo parado, totalizando cerca de 60 secretários. Um estado que não investe em políticas públicas, cria uma estrutura monstruosa com esta. E o curioso é que o governador sancionou a lei no dia 7 e o *Diário Oficial* só foi publicado na sexta-feira. Ficou segurando e só publicou no dia 11, e até hoje a Oposição não sabe exatamente os artigos que foram vetados, enfim, tudo que se refere à reforma administrativa, porque lá há artigos inconstitucionais que merecerão maior atenção da Oposição.

Então, levou mais tempo para sancionar a lei, contando esse prazo todo, do que esta Casa para discutir e debater com a população. Isso é uma coisa muito estranha que merece ser observada pela população catarinense. E como dizem os jornais, ao invés de fazer dez secretarias, conforme as bacias hidrográficas que nós temos no estado, uma proposta administrativa realmente moderna, ou as 21 secretarias, conforme as divisões da Fecam, não! São 36! E como dizem alguns jornalistas agora, é uma plataforma de lançamento de candidaturas a prefeito, tanto que já há um monte na fila para uma nova leva que vai ser escalada no início do ano que vem.

Por isso que o governo Luiz Henrique vem acumulando, desde 2003, um déficit no Orçamento de R$ 365 milhões - e isso é o Tribunal de Contas que está dizendo. E por isso que nas contas que o governo federal veio fazer nos últimos dias, viu o que o estado gasta com salários e alertou que esgotou, que não tem mais! Gasta 57,25% só com a folha e está com o Orçamento totalmente comprometido.

É lamentável que, por mais que a Oposição alerte, haja essa questão do avanço do gasto do governo com coisas desnecessárias. Em contrapartida, quanto à falta de recursos do governo com investimentos, com políticas públicas, por mais que se alerte ainda não temos uma resposta mais positiva.

Mas quero falar, hoje, sobre a questão da CPMF, que é uma contribuição provisória, enquanto a reforma tributária não vem. Porque há muita gente que fala em pacto federativo, em reforma tributária, mas está fugindo dela como o demo foge da cruz.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Décio Góes, por me conceder este aparte.

Eu quero dizer que eu esperava realmente que v.exa. subisse à tribuna, neste momento, para colocar alguma proposta que o governo do estado reclama agora, mas que v.exas., como Oposição, reclamam que o governo não faz. Poderia dizer assim: "Então, vou fazer o pronunciamento e vou procurar a bancada do PT, em Brasília, vou procurar a senadora do PT e o senador Raimundo Colombo para tentarmos viabilizar a questão da saúde no estado de Santa Catarina". Porque essa questão da saúde não é só daqui, volto a reiterar. Se este governo, que criticou o governo passado - e que também não implementou na saúde os recursos que eram devidos da CPMF -, tivesse feito o que era preciso no seu primeiro ano de mandato, com certeza nós, deputados, não estaríamos nesta Casa, neste momento, falando tanto sobre problemas de saúde em nosso estado.

Então, eu gostaria que v.exa. levasse ao conhecimento dos seus representantes, em Brasília, esse assunto para nós tentarmos conseguir um mamógrafo, como solicitou a deputada Ana Paula Lima; para tentarmos conseguir realmente que o governo federal repasse mais dinheiro para o SUS para os exames e medicamentos de alto custo, que as pessoas, tanto em nível estadual quanto municipal, têm que buscar, através da Justiça, aquilo que não conseguem ter acesso, que não é competência do governo do estado nem dos municípios.

É nesta linha que eu gostaria de ouvir, nesta Casa, um pronunciamento!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, deputado. A Oposição tem colaborado, sistematicamente, com os projetos do governo. E tem sido muito clara a nossa presença, através das emendas apresentadas, através do debate qualificado, no sentido de aprimorar o nosso sistema de distribuição orçamentária pelo estado, de gestão pública, que está realmente modernizada.

Apenas a proposta, na reforma administrativa, para passar para 21 secretarias, não as dez das bacias hidrográficas, que seria o ideal, mas as 21, conforme a Fecam, significaria uma economia de R$ 45 milhões. Assim daria para dobrar o orçamento da Segurança Pública e daria para fazer todas essas ações reclamadas na saúde, que a população tanto precisa e reclama do governo do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente deputado Décio Góes, do sul do nosso estado e que faz parte do nosso Parlamento, v.exa. disse que o governo federal não pode ajudar o governo do estado na área da saúde por causa das despesas maiores. Então, eu diria a v.exa. que ele pode ajudar na reforma do Hospital Universitário, porque foi por causa dessa reforma que estão fazendo naquele Hospital que acumulou a demanda de pacientes no Hospital Celso Ramos. Portanto, que ajudem o Hospital Universitário a ser recuperado com mais rapidez, porque a reforma está muito lenta, demorada.

Eu quero dizer, também, que foi realizada uma audiência pública para tratar sobre a via rápida em Criciúma. E v.exa. está dizendo que o governo não tem dinheiro, que está com um déficit de R$ 300 milhões. Então, não tem dinheiro para investir! Portanto, v.exa. não devia participar dessa audiência pública, pois estavam enganando a população! Se o governo federal não tem dinheiro, está enganando a população! Quer dizer, v.exa. ajudou a enganar a população, porque o governo federal não tem recursos!

Assim sendo, a Oposição tem que analisar melhor o que fala para não ser pega no contrapé. Eu quero dizer que v.exa. está em algum caminho para construir, mas não tem contribuído com construção do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputado, eu quero reforçar que no ano passado as despesas dos três Poderes com os servidores aumentaram em R$ 500 milhões, em relação a 2005, um crescimento superior a 15%. Estamos falando não de falta de recursos, mas de recursos mal aplicados. É isso que estamos constatando nos balanços do Orçamento do estado.

Este ano vamos começar a discutir a LDO. Nós temos previstos para o ano que vem R$ 2,3 bilhões em benefícios fiscais, em isenções fiscais, participando dessa guerra fratricida neste país, abrindo mão de R$ 2,3 bilhões de arrecadação que fariam muita falta e seriam muito úteis na saúde, na educação e nos serviços de assistência social deste estado.

Então, o que vemos é exatamente isto: não é falta de recursos, são recursos extremamente mal aplicados e basicamente numa estrutura eleitoreira, espalhando cargos por toda Santa Catarina, virando plataforma de candidaturas futuras.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, lendo a coluna Informe Político, do *Diário Catarinense* do dia de hoje, do articulista Roberto Azevedo, encontrei duas notas. A primeira com o título: Câmara(1). Dizem as notas, deputado Décio Góes.

(Passa a ler.)

"Câmara (1)

Pelo compromisso assumido junto ao governador Luiz Henrique da Silveira, o deputado federal Acélio Casagrande permanece na Câmara até o final de junho. O próprio Acélio confirma que ficará na regional de Criciúma por seis meses, retornando ao Congresso em 2008.

O problema está na matemática do PMDB nacional e do governo Lula. Ambos não estão querendo perder a vaga, originalmente do peemedebista Mauro Mariani, para um deputado do Democratas, no caso, o suplente José Carlos Vieira.

Câmara (2)

Acélio tem conversado com o deputado estadual Clésio Salvaro (PSDB). São os tucanos que ficarão com a vaga da regional a partir de janeiro, garante o parlamentar peemedebista. E o PMDB quer manter a parceria da tríplice aliança no pleito municipal.

O nome do tucano para ocupar a regional é o do atual diretor-geral, José Adilor Guglielmi, o Dóia. Enquanto Acélio não assume, Gentil da Luz vai tocando a pasta."[sic]

Abrimos os jornais todos os dias e não encontramos uma notícia sobre a discussão de um projeto de governo. Não se discute uma proposta de gestão, um projeto de governo; não se lê nada sobre quando este governo vai terminar as obras iniciadas pelo governo passado, porque o governo já acabou com um monte de obras inacabadas! E agora, ao invés de lermos uma notícia, pelo menos, deputado Dagomar Carneiro, sobre a conclusão das obras, eles ficam discutindo quantos meses cada um vai ficar na secretaria Regional. É um verdadeiro leilão, é um verdadeiro balcão de negócios, é a comprovação cabal e definitiva de que isso é uma estrutura puramente eleitoreira! Não há nenhuma utilidade e nenhuma preocupação administrativa!

É acerto aqui, por três meses, negocia lá, por quatro meses, deixa na Câmara dois meses, bota o suplente, leva o salário daqui para lá. É só negociata! Não se fala em gestão, não se fala em projeto de governo, não se fala em concluir as obras do governo passado, não se fala em começar as obras prometidas durante essa campanha, e por aí vai!

Ontem, nomearam essa montoeira de secretários, com mais cinco, agora. Foram 36 e, com mais cinco, dá um total de 41 secretários. Com 16, que já tinha, então, o número já não é mais 53, já passou disso. E os secretários foram nomeados no Teatro de Álvaro de Carvalho. Eu espero que nomeiem brevemente, agora, o segundo e o terceiro escalões. Só não sei se vai ser no Estádio Orlando Scarpelli ou na Ressacada. Vai ter de ser num estádio de futebol para nomear tanta gente do segundo e do terceiro escalões!

Eles devem estar numa dúvida cruel. É capaz de eles levarem agora mais seis meses para decidir se o local da posse do segundo e do terceiro escalões vai ser na Ressacada ou no Scarpelli, porque acho que não há nenhuma arena multiuso que comporte tanto comissionado. Ainda mais, com a proximidade da eleição, com todo esse acordo que tem de fazer partido "a", no município "x"; partido "b", no município "y"; e por aí vai. É só composição, é só negociata política e para o povo, nada!

Aí, deputado Décio Góes, eu assisti, hoje, a uma manifestação de mais de 2 mil policiais e serventuários da Segurança Pública vindos de mais de 200 municípios de Santa Catarina, com a Lei Complementar n. 254 na mão, pedindo para o governador pagar aquele cheque sem fundo. A Lei Complementar n. 254 é aquela lei de setembro de 2003. Mas naquela ocasião alguns deputados do PMDB, e há um aqui no plenário ainda, fizeram um discurso emocionado para uma galeria lotada de policiais militares aqui, dizendo que o governador Luiz Henrique era um homem de palavra e estava dando 93% de aumento aos policiais.

E eu, deputado Pedro Baldissera, vim a esta tribuna e disse para os policiais: "Nós votamos e rezem para o governo pagar, porque eu tenho medo de que este seja um aumento virtual". Eu fui incompreendido, na oportunidade, deputado Dagomar Carneiro. Na época, até, um deputado do PMDB, que foi ovacionado, foi às lágrimas dizendo do orgulho que tinha de ser deputado daquele homem de bem, que é Luiz Henrique, daquele governador de bem, que é o que se repete sempre, pois estava concedendo 93% de aumento aos servidores da Segurança. Hoje, eles estão na capital cobrando um cheque sem fundos que foi dado há quatro anos, deputado Décio Góes! Quatro anos se passaram e os policiais estão aqui, em marcha, pedindo o pagamento do aumento virtual! E eles continuam discutindo só a ocupação de cargo! Fazem de conta que o problema não é com eles! Isso é que não dá para compreender.

Hoje, na comissão de Justiça, outra manifestação inequívoca do quanto este governo é trapalhão. Em 2003, quando veio para cá o projeto da compra do Besc, e o governo, menos de 30 dias depois retirou a matéria do plenário, nós entramos com uma ação na Justiça, infelizmente não julgada até hoje, alertando, dizendo que aquela operação era ilegal, que o governo precisava de uma lei para comprar o prédio do Besc. O governador saiu por este estado afora falando mal da nossa bancada e do nosso partido, mas agora mandou um projeto de lei para convalidar aquele ato porque reconheceu que nós estávamos certos.

Mas ele não tem a humildade para dizer isso, não tem a humildade para vir aqui pedir desculpas para os policiais que deram o voto, que trabalharam, que suaram a camisa! E agora quem eles vão procurar? Onde existe um balcão do Procon eleitoral para eles procurarem? Eles têm que procurar um Procon eleitoral porque isso foi estelionato eleitoral em duas eleições! Levaram o voto duas vezes para isso e não ficam vermelhos. Gastam energia para discutir acordo: "Três meses para ti na secretaria, três meses para o outro", e assim vai.

Enquanto isso o governador está pagando um alto salário para um cidadão ficar escrevendo artigos para ele assinar. Agora eu descobri aquilo que eu já suspeitava. De fato, tem alguém que escreve os artigos do governador e ele assina, porque o mesmo artigo que foi publicado este final de semana chamando a Oposição de burra, que eu logo estranhei, porque aquilo não seria um termo adequado para um governador, foi publicado pelo escritor mor, por aquele que ganha para escrever para o governador, em um outro jornal. E já estão sendo enviadas muitas cartas hoje, inclusive de um cidadão de Joinville chamado Belini Meurer, criticando o artigo desse cidadão que ganha um baita salário para ficar elogiando o chefe através de artigos que atacam, todos os dias, a Oposição. Mas nós estamos apenas cumprindo com o nosso papel de sentinelas, como tem dito o nosso líder, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Joares Ponticelli, falando em estelionato eleitoral e em não ficar vermelho, o líder do governo teve a ousadia de vir cobrar deste deputado a questão da via expressa.

Eles foram lá antes da eleição, disseram que tinham R$ 70 milhões para fazer a obra, houve uma festa com 1.200 pessoas no Mampituba, as pessoas nem sabiam que a via iria passar em cima das suas terras, e estão desesperadas até hoje porque não obtiveram resposta. Passou a eleição e cancelaram a licitação na maior cara-de-pau porque não tinham dinheiro. Agora, a Assembléia Legislativa, através da comissão de Transportes, vai para lá - os deputados foram convidados, mas não estiveram presentes -, como mediadora trazer esperança para aquela comunidade, e o deputado acha que eu estou enganando a população.

Aqui, os papéis são invertidos. E alguns deputados, de tão fanáticos, criam essa condição que nós não podemos continuar aceitando.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado também, deputado Décio Góes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu fui mencionado há pouco pelo deputado Décio Góes e acho que s.exa. equivocou-se. V.Exa. falou que o líder do governo veio lhe cobrar. Eu não cobrei absolutamente nada do deputado Décio Góes!

Então, ele se equivocou com relação à pessoa, como também se equivocou falando em via expressa, quando eu imagino que ele estivesse falando da via rápida de Criciúma. É só para a correção.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só para me desculpar com o líder do governo e transferir a minha crítica ao líder da bancada. Fica esclarecida, então, essa questão.

E eu quero dizer a v.exa. que lá o projeto é via expressa e via rápida, porque a população entende das duas formas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o eminente deputado Décio Góes se perde aqui no meio de campo e aí tem que se justificar. Não sabe se o jogo é no Orlando Scarpelli ou na Ressacada.

Quero dizer que o governo do estado de Santa Catarina é comprometido com a sociedade, não é um governo que brinca, é um governo que trabalha e busca resultados.

O eminente deputado Joares Ponticelli, o famoso caratoca, já fugiu de novo! Eu espero que o caratoca possa voltar aqui para ouvir um pouquinho, porque eu fiquei todo o tempo ouvindo o seu pronunciamento.

Eu só quero aqui relembrar um pouquinho da incompetência do seu governo, da forma leviana como administrava o estado de Santa Catarina, prometendo, mentindo e enganando, como enganaram até o padre do Rio Cedro Médio, eminente deputado João Henrique Blasi, tocando os sinos da igreja para confirmar a obra, que o asfalto que iria iniciar. O sino caiu, a corda arrebentou e agora está sendo feito o asfalto porque o governador Luiz Henrique, um homem de bem e honrado, está fazendo. E aí quem ouve o discurso do ex-líder, porque no tempo do Esperidião Amin era líder da bancada, parece que agora é o salvador da pátria.

A incompetência foi tão grande que, com o poder na mão, o nosso grande líder, prefeito de Joinville, renunciou, disputou como homem comum a eleição ao governo de estado e derrubou um mito. Mito que enganava e que mentia, e o deputado Joares Ponticelli era o porta-voz desse mito. Ele fala até hoje, é a voz desse mito, os discursos... Porque eu vejo que as entrevistas de um e de outro não têm diferença. Ele fala por um outro que não está aqui.

E com certeza, ele deve falar também do seu grande líder, aquele que comanda o seu partido no país, Paulo Maluf. Está estampado no *Diário Catarinense* - e ele gosta de trazer aqui os grandes jornais, os jornais de respeito, como é o *Diário Catarinense* - que seu grande líder, seu grande chefe foi para a lista da Interpol. Diz o *Diário Catarinense* que o hoje deputado federal, ex-presidiário, Paulo Maluf, presidente de honra do PP, teve o seu nome incluído numa lista de procurados pela Interpol.

(Passa a ler.)

"[...]a polícia internacional, na chamada lista de difusão vermelha. Compartilhada pelos 184 países membros da Interpol, a lista contém nomes de criminosos internacionais"[...].[sic]

Dentre deles, um dos chefes do deputado Joares Ponticelli, Paulo Maluf, e o terrorista Osama Bin Lenden, aquele que derrubou as torres nos Estados Unidos. E como sabe que o *Diário Catarinense* trouxe esta matéria, o caratoca desapareceu, fugiu. Ele vem aqui, faz a denúncia e desaparece, foge!

Eu tinha tanta matéria aqui para falar, mas elas ficam até sem sentido. Gostaria que o eminente deputado permanecesse no plenário. E eu não vou tirar mais o apelido de caratoca, até que ele permaneça naquela cadeira da Oposição. E por incompetência, perdeu a eleição no primeiro governo; e Luiz Henrique, para dar um exemplo de cidadania, renunciou ao governo do estado para disputar a reeleição como cidadão comum. Ganhou a eleição novamente para mostrar que o povo não acredita mais neles, nesse discurso furado, eufórico.

Acho que o eminente deputado Joares Ponticelli deveria ser contratado pela rede Globo para fazer novela, porque esse seria o papel ideal. Se ele fizer uma novela aqui, aquele que assisti-la será capaz de rezar e bater o carimbo da verdade. Só que, no fundo, é só raiva, é só rancor e não apresenta nenhuma solução para Santa Catarina.

O governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e seu vice-governador, Leonel Pavan, ontem, deram posse aos secretários Regionais, aquilo que alguns partidos queriam fazer e nunca tiveram coragem - ou nunca chegaram ao poder -: a descentralização, a decisão perto do cidadão, um orçamento descentralizado. O deputado Décio Góes, deveria dizer: quero parabenizar o governo por fazer o orçamento regionalizado. Mas não vê nada disso, pois não veio para contribuir!

Criticar é muito importante também porque o deputado de Oposição é um fiscal e está no seu papel. Agora, tem que apresentar solução! As críticas somente não resolvem nada, têm que apresentar soluções para mostrar que, se estivesse no poder, tinha como comandar.

O deputado Joares Ponticelli em nenhum momento contribui com isso. Os deputados do PT apresentaram um projeto, uma emenda, reduzindo para 21 secretarias. Então, eles estão de pleno acordo com o governador Luiz Henrique, que criou as secretarias. Os do PP, o deputado Joares Ponticelli, nem isso apresentaram! Foram omissos, concordaram com as 36 secretarias e agora vêm aqui fazer aqueles discursos inflamados, eufóricos!

Então, evidentemente que a sociedade está atenta, está esperta, acompanhando passo a passo quem são os homens de bem que contribuem e quem são aqueles que só sabem fazer pronunciamentos denegrindo o estado de Santa Catarina, a administração pública, etc.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Eu ouço v.exa. com muita honra, pois vem, com certeza, contribuir com este meu pronunciamento que é responsável e que resgata toda a verdade aqui no Parlamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Agradeço ao nosso líder, deputado Manoel Motta, pela oportunidade do aparte.

Na verdade, o presidente do Partido Progressista, que usou anteriormente a tribuna, falou que quando lê os jornais, só encontra assuntos negativos e nada de positivo referente ao estado de Santa Catarina. Eu não sei qual é o jornal, mas quem procura negativo, só vai achar o negativo. Mas muito de positivo nós temos acompanhado, e todos os dias, nos jornais, que está acontecendo em todo o estado de Santa Catarina, deputado Manoel Mota.

Eu vou ler rapidinho o que saiu no jornal agora, esta semana:

(Passa a ler.)

"A criação da Oncorrede foi aprovada em Brasília, em reunião com a secretaria de estado da Saúde. A reunião também contou com a presença de representantes da Coordenação de Alta Complexidade de Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer do Rio de Janeiro.

A Oncorrede vai oferecer tratamentos para câncer - como quimioterapia e radiologia - em 11 cidades do estado de Santa Catarina. Além de Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Joinville, Criciúma e Jaraguá do Sul, onde esses serviços já são oferecidos, também farão parte da Rede de Oncologia as cidades de Joaçaba, Lages, Itajaí, Tubarão e Porto União. Nossas ações em credenciamentos de serviços de Alta Complexidade estão sendo reconhecidas rigorosamente pelo Ministério da Saúde".[sic]

Isto é o serviço da descentralização levando a saúde para toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e em nome do ex-governador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e presidente do BRDE, quero convidar todos os parlamentares para amanhã, às 8h, quando será oferecido um café...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Professor Grando, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, estou dando entrada a um Projeto de Lei, o qual já recebeu da Mesa o n. 0159/2007, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina os murais localizados no Colégio Industrial do município de Lages e no município de Florianópolis.

Diz o art. 1º - e é bastante simples o projeto -:

(Passa a ler.)

[...]

"Art. 1º - Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, nos termos e para fins dos artigos 9º e 173 da Constituição Estadual, as construções artísticas que constituem os murais do artista plástico Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no hall de entrada do edifício localizado à Rua Felipe Schmidt, n. 485, no município de Florianópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."[sic]

Primeiro, é uma homenagem mínima que esta Casa pode prestar ao centenário de nascimento do grande artista Martinho de Haro, que, ao lado de Victor Meirelles, se destaca como o mais importante artista plástico de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"É o único pintor que, tendo produzido por décadas nos limites de sua terra natal, conseguiu elevar-se como nome maior do modernismo brasileiro, sendo referência obrigatória na história da arte do país, ao par de Volpi, Guignard, Di Cavalcanti e Pancetti. Foi o artista que captou, com mais finura e expressividade, a paisagem urbana de Florianópolis, fiel a uma estética que se impôs pelo mais intransigente apuro e discreto, ainda que sutil, cromatismo.

É preciso destacar ainda o ideário modernista dos artistas de seu tempo, que integraram um círculo de arte moderna com a criação do Museu de Arte Moderna de Santa Catarina em 1949.

Três exposições, três livros, dois filmes e um edital de ensaio crítico são os eventos planejados para este ano para comemorar o centenário de nascimento do modernista catarinense."

Portanto, meus amigos, quem conhece esses murais que Martinho de Haro confeccionou no Colégio Industrial de Lages, hoje chamado Ginásio e Escola de 2º grau Industrial, sabe que tem que ser preservada aquela beleza, aquele cromatismo, aquela mistura de cores, bem como o painel que se encontra aqui em Florianópolis.

Essa é uma parte da homenagem que este humilde parlamentar poderá apresentar a uma pessoa que tem uma bela história. Eu diria, com toda tranqüilidade, que Martinho de Haro nasceu em 1907 e viveu até 1985, e tivemos o prazer de conhecê-lo em vida, inclusive na sua casa, no seu atelier de pintura à rua Altamiro Guimarães.

(Passa a ler.)

"Martinho de Haro (1907 - 1985) - Pintor, desenhista e muralista. Inicia-se na pintura em Lages, Santa Catarina, em 1920 e expõe individualmente pela primeira vez no Conselho Municipal de Florianópolis, em 1926. Como bolsista do governo catarinense, estuda na Escola Nacional de Belas Artes - ENBA -, no Rio de Janeiro, de 1927 a 1937, tendo aulas com Cunha Melo e Rodolfo Chambeland. Trabalha como auxiliar de João Timóteo na decoração da Igreja Nossa Senhora da

Pompéia, em 1930, e de Elizeu Visconti na execução do *pannenau* do Teatro Municipal, de 1930 a 1935. Ainda da década de 30, freqüenta o curso de pintura de Henrique Cavaleiro e do Núcleo Bernardelli; viaja à França, onde estuda com Otto Friez, na Academia de La Grande Chaumiere de Paris, em 1938. Devido ao início da guerra, retorna a São Joaquim em 1939, ali permanecendo até 1944, quando muda-se para Florianópolis. Foi um dos mais importantes artistas do Brasil. Em Lages, no Colégio Industrial, Murais do artista podem ser ainda apreciados. Localizam-se em Frente à Avenida Dom Pedro II. Em Florianópolis, o magnífico Mural no Hall de entrada do edifício público localizado à Rua Felipe Schmidt, n. 485, no município de Florianópolis, retrata o desenvolvimento da indústria catarinense. Estes três Murais fazem parte da história artística e cultural do estado de Santa Catarina, devendo ser preservados para que as atuais e futuras gerações possam apreciar a arte do grande artista Martinho de Haro. Em 2007, comemoramos também o centenário de nascimento do renomado artista."[sic]

Quero dizer que sua terra natal, de nascimento, é São Joaquim, que muita honra a nossa querida serra.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Só quero fazer uma correção: Osama Bin Laden é a pessoa que faz parte da lista que contém nomes de criminosos internacionais, junto com o chefe maior do eminente deputado Joares Ponticelli, que também está sendo procurado pela Interpol, hoje, no mundo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Feita a correção, nós, hoje, também aproveitamos para chamar a atenção, que ocorre muito e nós iremos nos pronunciar, na questão político-partidária do PPS, para a questão da fulanização da política. Isto é deseducativo, não respeita a política maior, as coligações maiores, um governo que tem, através de um programa de programa denominado Plano 15, as suas metas. E atingir essas metas é o objetivo maior. Vários são os partidos que compõem esta coligação, e sempre notamos que qualquer falha, ou mesmo não havendo falha e só suposição, sempre se fulaniza em nome do governador. Isto é uma falta de respeito.

Vamos admitir, deputado Pedro Baldissera, que tudo o que ocorra no Brasil o culpado seja o Lula. Isto não é fazer política, isto é deseducar. E mais do que isso, hoje eu pude ver o exemplo e o elogio da deputada Ana Paula Lima ao governador, que foi à Associação Comercial e Industrial de Blumenau e anunciou um convênio para a região e que foi digno de elogio. Mais do que isso, o governo de Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, como partido, compõe o governo de Lula com cinco ministérios.

Então, nós não precisamos citar exemplos; temos que assumir esta condição e não ficar querendo nos diferenciar, porque na prática do dia-a-dia o povo está entendendo que o PMDB é um grande aliado no ministério do governo Lula, e que está ajudando a governar com bons projetos e idéias. É uma pena, porque política pressupõe reciprocidade, que não exista essa reciprocidade, essa tolerância, essa magnitude, essa grandeza por parte do PT em Santa Catarina.

Mas esta é uma questão partidária e nós, do PPS, aprendemos a fazer política além do nosso próprio partido, e, mais do que isso, respeitando a posição de cada partido. Mas acho que não somos obrigados a todo dia fazer um jogo de outras forças que sequer têm identificação histórica conosco; ao contrário, procurou desconstruir a história do povo catarinense e do país em outras épocas, procurando tirar proveito daquilo que nós temos, companheiro Décio Góes. Temos muito mais semelhanças do que diferenças, temos muito mais força que nos une do que nos desune. E essa história é construída por nós. Nós somos agentes dessa transformação que poderá ocorrer em Santa Catarina e no Brasil. Um estado não vai bem, se o país não for bem. Não adianta o país ir bem e o estado não ir bem.

Então, temos que trabalhar, dentro dos direitos e das discussões, algo que eu sempre coloco, companheiro Décio Góes: o contraponto. O contraponto deve existir, pois enriquece a democracia. Se não houver o contraponto, nós vamos gerenciar a mediocridade e o óbvio. Precisamos ter o contraponto, mas é necessário que haja uma coerência política.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Acho que a sua observação, o seu comentário é pertinente, mas não nos cabe. Temos feito um papel de críticos do governo, sim, mas no sentido de propor, de fiscalizar e de ajudar o governo da forma que encontramos, até elogiando quando temos que elogiar.

Hoje, no meu pronunciamento, falei sobre a Oncorrede. Santa Catarina apresentou o projeto ao ministério da Saúde, que entendeu ser uma boa proposta e aprovou. E hoje temos essa boa notícia para dar a Santa Catarina.

Então, esse é o comportamento que temos. Agora, quando o governo, representado por Luiz Henrique da Silveira, extrapola ou quando consideramos alguma coisa um exagero, temos a obrigação de denunciar.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Nós entendemos que a crítica é pertinente, pois faz parte da educação, mas que não se fulanize. Nós todos aqui queremos o melhor para os catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar a tarde de hoje para, em poucas palavras, comentar com o povo que nos acompanha e que nos assiste sobre dois assuntos que o jornal *Diário Catarinense* tem trazido nas suas páginas.

Um deles diz respeito à hidrelétrica que inicia a sua operação a partir do mês de julho do corrente ano, na região extremo oeste do estado de Santa Catarina. E faço a menção pelo fato de essa ser de pequeno porte. Essa iniciativa da construção de uma barragem de pequeno porte, sem dúvida nenhuma, tem uma grande vantagem com relação às grandes usinas. E de uma maneira acentuada, é a questão do impacto social e ambiental que a grande usina provoca onde ela será instalada e, ao mesmo tempo, a repercussão em todo o ecossistema.

Por isso a importância de um empreendimento que vai gerar 16,5 *megawatts*/hora, o suficiente para atender o consumo de 40 mil residências, quer dizer, uma pequena hidrelétrica atenderá um grande número de famílias. E vejamos: o lago vai ter em torno de 150 hectares de extensão, ou seja, em torno de 10,5 quilômetros de comprimento. E como já tenho dito, a vantagem de ser uma pequena hidrelétrica é exatamente em relação ao pequeno impacto social e ambiental. E para a construção da usina foram indenizados apenas 236 hectares de terra de todos os moradores lá residentes, e apenas uma família foi remanejada**.** Então, esta é a vantagem da construção das pequenas usinas hidrelétricas: exatamente pelo pequeno impacto social, ambiental e humano que produzem.

Outro assunto que quero trazer à tribuna é com relação ao governo federal, que faz o lançamento de um programa incluindo a aquisição, através de financiamento, de *notebook* num valor até de R$ 1.800 mil. Essa portaria define ainda novas configurações para computadores beneficiados pelo programa de financiamento.

Então, acho que é algo importante porque a cidadã ou o cidadão poderá ter acesso a esse programa que desde que foi lançado, em 2005, já tem beneficiado cerca de 150 mil pessoas, ou já foram financiados em torno de 150 mil computadores, que neste sentido contribui para a formalização do próprio mercado.

Sr. presidente, quis trazer estas duas notas publicadas pelo jornal *Diário Catarinense* no dia de hoje para socializá-las com o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que serão estas as matérias destinadas para a Ordem do Dia da 39ª sessão ordinária, do dia 16 de maio de 2007:

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2007, de autoria do governador do estado;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0094/2007, de autoria do deputado Romildo Titon;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0073/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0074/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0086/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0098/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0100/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini.

Esgotado o tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO PARA DISCUTIR SOBRE O PROJETO DA VIA RÁPIDA/VIA EXPRESSA QUE LIGA CRICIÚMA E IÇARA, REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2007, ÀS 18H, NO MUNICÍPIO DE IÇARA**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Volnei Topanotti) - Senhores deputados, senhoras deputadas e demais representantes, boa-noite a todos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a audiência pública convocada pelo senhor deputado Reno Caramori, presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do requerimento de autoria do senhor deputado Décio Góes, para discutir e encaminhar questões relativas ao projeto da via expressa/via rápida que liga os municípios de Criciúma e Içara à BR-101.

Convidamos para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: deputado Décio Góes, vice-presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, neste ato representando o deputado Reno Caramori, presidente desta Comissão, e o deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; senhor Gentil Dory da Luz, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Mesorregião de Criciúma; senhor Naelti Vianna, vice-prefeito de Içara, neste ato representando o prefeito Heitor Valvassori; vereador Caetano Pedro Costa, presidente da Câmara Municipal de Içara; vereador Ivan Roberto Westphal, presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Criciúma e presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida no referido Parlamento; vereador Murialdo Canto Gastaldon, presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida, da Câmara Municipal de Içara; senhor Antônio Renoaldo de Bona, o Dingo, representando as comunidades de Içara atingidas pela obra; senhor Estefano Felipe de Almeida, representando as comunidades de Criciúma atingidas pela obra; senhor Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias; senhor Adão Marcos França, neste ato representando o senhor Romualdo Theophanes França Júnior, presidente do Deinfra. (*Palmas.*)

Comunicamos que o senhor deputado Altair Guidi, secretário de Estado do Planejamento, justificou sua ausência devido a compromissos assumidos anteriormente.

Registramos a presença das seguintes autoridades: vereador Adelir Cabreira, vereadora Iara Amândio Martinez, vereador Jairo Celoy Custódio, vereador Joaci Domingos Pereira e vereador Sílvio João Viana, todos de Içara; vereador Sérgio Hercílio Pacheco, de Criciúma; senhor Lorisvaldo Piucco, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Sul de Santa Catarina (Setransc); senhor Tadeu Vassoler, presidente da Codepla; senhor Verceli Coral, representando o deputado Clésio Salvaro; senhora Eliana Maria Jucoski Monteiro, representando a deputada Ada De Luca; e senhor Arnaldo Lodetti Júnior, secretário de Obras do município de Içara.

Antes de passar a coordenação dos trabalhos para o presidente da mesa, informo que à minha esquerda estão a Juliana, da assessoria do deputado, e o Álvaro. O presidente da mesa vai explicar a todos a dinâmica dos trabalhos desta audiência pública, mas as pessoas que, no momento adequado, quiserem fazer questionamentos poderão inscrever-se com esses dois servidores. O limite é dez inscrições, e no final as pessoas terão no máximo três minutos para fazer as suas colocações.

Passamos a coordenação desta audiência ao deputado Décio Góes, vice-presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, neste ato representando o deputado Reno Caramori, presidente desta Comissão, e o deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Boa-noite a todos os senhores e a todas as senhoras presentes nesta audiência pública, e a minha saudação a todos da mesa.

Agradeço a presença das seguintes autoridades: senhor Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias; senhor Gentil Dory da Luz, secretário do Desenvolvimento Regional de Criciúma; senhor Naelti Vianna, vice-prefeito de Içara; vereador Caetano Pedro Costa, presidente da Câmara de Içara; senhor Antônio Renoaldo de Bona, representante das comunidades de Içara; senhor Estefano de Almeida, representante das comunidades de Criciúma; vereador Ivan Westphal, presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Criciúma e presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida no referido Parlamento; vereador Murialdo Gastaldon, presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida na Câmara de Içara; e senhor Adão França, representando o Deinfra, órgão que trata das questões de obras do Estado.

Também agradeço a todas as autoridades, a todos os vereadores, a todos os representantes comunitários, a todas as famílias que moram nesta região e a todas as lideranças que se interessaram pelo assunto. Enfim, temos aqui uma audiência extremamente bem representada, e por isso fazemos esse forte agradecimento.

O intuito da Assembléia Legislativa e desta audiência é criar um ambiente de esclarecimento, de negociação, de encaminhamento positivo desse projeto, que consideramos importante para toda a região carbonífera. A Assembléia Legislativa se posiciona aqui como mediadora desse processo, diretamente auxiliada pela Comissão da Câmara de Criciúma, que, junto com a sua comunidade, aqui representada pelo Estefano, trata dos interesses das famílias criciumenses; juntamente com a Comissão da Câmara de Içara, representada pelo Murialdo, e com a comissão da comunidade, aqui representada pelo Antônio, que tratam dos interesses das famílias içarenses. Esse grupo vai dialogar, vai negociar com o Governo, representado aqui pela SC Parcerias, pela Secretaria Regional e pelo Deinfra, para que possamos encontrar a melhor solução para todos. O objetivo desta reunião é esse.

Esta audiência surgiu pela procura da comunidade às representações legislativas para ajudar no encaminhamento dessa questão, porque da forma como foi anunciado o projeto surgiram angústias, incertezas e dúvidas imensas, a ponto de muitas famílias não saberem direito como vai ser seu futuro na terra em que sempre viveram, onde realizariam seus planos futuros. Criou-se um conjunto de dúvidas, uma insegurança muito grande e até certa revolta em função da forma como o projeto foi anunciado, em função das medições nos terrenos, enfim, de um conjunto de procedimentos que formou uma situação ruim para todos.

A idéia do projeto inicial é uma via expressa para ligar o anel viário de Criciúma e da região - o anel viário carbonífero - à BR-101, e da BR-101 à praia do Rincão, com novo acesso. A idéia inicial é uma continuação da avenida Centenário.

Para viabilizar isso, depois foram imaginadas algumas parcerias público-privadas, o que, então, indenizaria uma faixa maior para servir de compensação, digamos assim, a quem empreendesse. Num momento, também foi anunciado que tinha orçamento de 70 milhões para fazer a obra. Em outro momento, talvez com outra fórmula que pudesse envolver pedágio, enfim, ou também uma fórmula antiga que previa orçamento do Estado ou da União, do governo federal. Isso é só para contextualizar.

Portanto, o objetivo desta audiência é colocarmos a problemática, levantarmos nossas dúvidas e elencarmos os conflitos existentes, e a partir disso conseguirmos responder essas questões que foram elencadas. Depois, daremos o encaminhamento que tem que ser feito. Nem tudo vai precisar ser resolvido hoje, vamos ter um prazo para resolver muita coisa. Esta é a idéia: de forma democrática, participativa, encontrarmos a melhor solução para esse projeto. Esse é o objetivo da reunião.

Estefano, Antônio, que aqui representam as comunidades, vejam se concordam: daqui a pouquinho, num primeiro momento, eu concederei a palavra a algumas representações mais oficiais que compõem a mesa. Em seguida, será apresentado o projeto, para termos uma noção uniformizada da questão. Depois, será concedido espaço para dez intervenções de no máximo três minutos cada uma, para que possamos elencar as dúvidas, os conflitos. Na seqüência, a palavra voltará para a mesa, a fim de procurarmos esclarecer os questionamentos. Se precisar abrir novas inscrições, permitiremos isso. Eu imagino que até as 21h30min consigamos dar conta desta reunião. Eu acho que assim está de bom tamanho. Concordam?

(*Há aquiescência com relação ao andamento da audiência.*)

Então, vou encaminhar dessa forma.

Já que somos os anfitriões, a ordem será a seguinte: inicialmente, o vice-prefeito fará uma breve saudação; em seguida, o presidente da nossa Câmara; continuando, o secretário da Regional; na seqüência, o presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Criciúma; depois, o presidente da Comissão de Acompanhamento de Içara; for fim, o senhor Alaor, pela SC Parcerias, fará a apresentação do projeto; e aí faremos aquela seqüência combinada.

Com a palavra o senhor Naelti Vianna, vice-prefeito de Içara, neste ato representando o prefeito Heitor Valvassori.

O SR. VICE-PREFEITO NAELTI VIANNA (Içara/SC) - Cumprimento o deputado Décio Góes; o senhor Gentil da Luz, secretário Regional; o pastor Caetano, presidente da Câmara de Içara; enfim, todas as autoridades presentes, as senhoras e os senhores.

Numa audiência pública eu costumo mais ouvir do que falar, porque esta é a nossa função de homem público: ouvir a comunidade, ouvir os anseios da comunidade, o que ela realmente quer, para que possamos fazer algo nesse sentido. Porque o projeto, como eu costumo dizer, que é feito de goela abaixo não tem efeito, não atende o que a comunidade quer.

Portanto, é isto que nós do Poder Público municipal viemos aqui fazer, deputado: ouvir a comunidade. Já ouvimos, através do nosso secretário de obras - ele até tem um estudo feito -, a comunidade, o que algumas pessoas passaram. Escutamos os nossos técnicos do município, os nossos engenheiros, nós fizemos um pequeno esboço do que a comunidade quer e do que os nossos engenheiros acham que é viável para o município de Içara e propriamente para essa comunidade. Posteriormente, talvez em um momento oportuno, nós possamos até fazer essa demonstração.

Ademais, quero cumprimentar todos e desejar que haja uma boa discussão nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Com a palavra o vereador Caetano Pedro Costa, presidente da Câmara Municipal de Içara.

O SR. VEREADOR CAETANO PEDRO COSTA (Içara/SC) - Cumprimentando o deputado Décio Góes, o secretário Gentil da Luz, o vice-prefeito Naelti Vianna, saúdo todas as autoridades presentes, todos os moradores deste bairro e desta região, os vereadores de Içara e de Criciúma que se encontram presentes e o nosso amigo Arnaldo Lodetti.

Quero dizer que acredito que esta manifestação seja uma expressão democrática e um avanço para o crescimento político da Nação, porque vemos a vontade das autoridades de acertar. Nessas manifestações, vemos que eles querem fazer o melhor para a população, e é assim que se faz, é assim que a democracia cresce, é ouvindo as partes, escutando as pessoas.

Confesso que até levei um certo susto quando ouvi falar pela primeira vez dessa via rápida, porque acompanhei todo o trabalho dos vereadores e das autoridades para fazer a parte da zona sul da praia do Rincão, todo o sacrifício, todo trabalho do Silvio Viana para que aquele asfalto saísse. E quando falaram nessa obra, que posso até chamar de obra faraônica, assustei-me um pouco. Mas hoje estou vendo que as coisas estão amadurecendo e que, certamente, no final de todas as discussões, todos sairão ganhando.

Parabenizo todos os presentes e coloco a Câmara Municipal de Içara à disposição de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Gentil Dory da Luz, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Mesorregião de Criciúma.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL GENTIL DORY DA LUZ - Gostaria de saudar o deputado Décio Góes; o doutor Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias; o senhor Naelti, representando a prefeitura de Içara; o presidente pastor Caetano, e em seu nome todos os vereadores de Içara presentes; o vereador Ivan Westphal, presidente em exercício da Câmara de Criciúma; o vereador Murialdo, presidente da Comissão; o Dingo, que é o representante da região, representante de Criciúma.

Doutor Alaor, essa via rápida, via expressa, saiu de um documento assinado pelo prefeito Antonelli e pelo prefeito Heitor, encaminhado para a Secretaria Regional, para que pudesse ser viabilizada uma rodovia que ligasse à BR-101. Isso foi encaminhado ao Planejamento, e surgiu quando, lá no Mampituba, houve a assinatura por parte do governador do Estado, do prefeito Antonelli, de Criciúma, e do prefeito Heitor, de Içara, para que fosse dado início ao edital para a licitação dessa obra.

É importante o senhor saber, doutor Alaor, que é fundamental o desenvolvimento da região. É primordial, precisamos dotar a nossa região de obra de infra-estrutura, revitalizar rodovias, como a Luiz Rosso, e duplicar a SC-444. Mas outras tantas obras foram feitas pelo governo do Estado.

Porém, também devemos levar em conta que estamos aqui na região e sentimos que a comunidade, principalmente as comunidades da Ponta do Mato e de São Rafael, não estão satisfeitas com a condução do processo. Nós, enquanto secretário regional, mas acima de tudo como morador da nossa cidade de Içara, estamos ao lado da comunidade, pois sabemos o quanto é difícil a implantação de uma rodovia. Estou vivenciando isso no anel viário que liga Morro da Fumaça até Primeira Linha com relação às indenizações, ou melhor, quando se discute a saída das pessoas do lugar onde moram. As comunidades Ponta do Mato e São Rafael representam a história de Içara.

Por isso, quero agradecer ao senhor, que é empresário bem-sucedido em Florianópolis, pela presença. Isso não ocorreu na primeira audiência, em São Rafael, oportunidade em que o presidente anterior da SC Parcerias não esteve presente.

Quero agradecer a iniciativa deste debate, que é democrático e salutar, e parabenizar a Câmara de Vereadores de Içara, que tem participado de todos os debates, ou na questão da BR-101, ou nas questões que se referem às comunidades. Também agradeço ao vereador Murialdo, que liderou essa discussão juntamente com os demais vereadores, como o Adelir, o Joaci, o Jairo, a Iara, o pastor Caetano; à Assembléia Legislativa por esta iniciativa, pois é importante que possamos discutir isso, ser sensíveis às comunidades e, acima de tudo, ouvir principalmente as comunidades atingidas.

A obra é boa? Acho que ela vem trazer o desenvolvimento. Mas as comunidades que ali estão? Por isso há a minha posição como secretário de Estado, mas como içarense, acima de tudo, estarei ao lado da comunidade. Se a comunidade determinar por não querer a obra, desejar mudança no traçado, nós estaremos ao lado da comunidade, porque é aqui que moramos, é aqui que nós vivemos e é ao lado da comunidade que nós temos que ficar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, secretário.

Passo a palavra ao vereador Ivan Westphal, presidente em exercício da Câmara Municipal de Criciúma e presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida no referido Parlamento.

O SR. VEREADOR IVAN ROBERTO WESTPHAL (Criciúma/SC) - O meu boa-noite, em nome de todos os vereadores da Câmara Municipal de Criciúma.

Quero cumprimentar o nosso deputado Décio Góes, idealizador desta audiência pública; o colega pastor Caetano, presidente da Câmara de Vereadores de Içara; o vereador Murialdo Gastaldon, que faz parte desta mesa; o secretário Gentil, da Secretaria Regional; o Estefano, que representa a comunidade de Criciúma na discussão deste assunto; o Alaor Tissot, da SC Parcerias; o senhor Adão Marcos, do Deinfra; e a todos que neste dia fazem este debate e dele participam.

Este é o momento que temos defendido e procurado estabelecer, porque é a partir dessas discussões, dessas reuniões, das audiências públicas que são realizadas, que discutiremos assuntos de grande importância que vão mexer com a vida da comunidade.

Então, esta audiência pública que ocorre hoje aqui vai dar oportunidade às comunidades que possivelmente serão atingidas por essa obra de terem o devido esclarecimento, acredito, por parte do representante do Estado, sobre esse assunto que está em debate.

Agora, o grande questionamento que faço é que uma obra desse tamanho, que é importante para os dois municípios, no meu entendimento, começou de forma errada, de forma atravessada. Porque, primeiro, idealizou-se o projeto, criou-se uma expectativa, anunciou-se um projeto, anunciou-se recursos, e depois alguém vem e diz que nada disso era verdadeiro.

Só que durante todo esse tempo do anúncio da obra, do momento em que se tornou pública à intenção dessa obra, com a vinda de alguns profissionais que visitaram as comunidades para fazer o serviço de topografia, até o dia de hoje, e as informações desencontradas criaram uma angústia muito grande nas comunidades por onde possivelmente essa obra vai passar. É esse tipo de coisa que nós precisamos evitar.

Acredito que tenham moradores, agricultores, que deixaram de construir algum tipo de obra para o seu sustento porque já não sabiam mais o que aconteceria no futuro. Daqui a pouco têm uma obra construída, e por conta desse projeto aquela obra vai ser demolida. Não sabem se vão continuar desenvolvendo a sua atividade, que é a agricultura, ali onde moram. Não sabem qual rumo vão tomar a partir do momento em que se discute as tais indenizações, que até o momento não foram esclarecidas.

Então, para o futuro, eu acredito que nós precisamos, quando alguém idealizar uma obra desse tamanho, primeiro, fazer audiência pública na comunidade para levar o devido esclarecimento e tranqüilizá-la. E não fazer as coisas da maneira como foi feita, no caso dessa obra.

Agora, é importante termos hoje aqui a representação do governo estadual, pois acredito que o idealizador dessa obra deva dar as devidas explicações às angústias que toda a comunidade tem. E são vários questionamentos que precisam ser respondidos.

Penso que a partir desta audiência pública pelo menos as pessoas que estão aqui e aqueles que de repente poderão ser atingidos por essa obra sairão daqui mais tranqüilos. Mas que o governo estadual tenha mais cautela no momento de anunciar uma obra dessa natureza.

Porém, acredito que ainda é o momento, e este momento nos traz tranqüilidade, de forma democrática, para discutir esse assunto. Espero que todos os que tenham qualquer dúvida aproveitem o momento, tirem as suas dúvidas e não deixem que o representante do governo estadual saia daqui sem que as devidas perguntas sejam respondidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o vereador Murialdo Canto Gastaldon, presidente da Comissão de Acompanhamento da Via Expressa/Via Rápida da Câmara Municipal de Içara.

O SR. VEREADOR MURIALDO CANTO GASTALDON (Içara/SC) - Boa-noite, doutor Alaor Tissot, representante do governo do Estado; representantes do município; engenheiro Wenceslau, que foi contemporâneo do Déio(?) Cardoso na época em que fizeram Engenharia Civil lá em Florianópolis; Iara, Joaci, Silvio, pastor Caetano, Adelir, Jairo, vereadores de Içara (a Câmara de Içara está presente em 80%). As comunidades de Morro Bonito, da Segunda Linha, de São Rafael, de Ponta do Mato e do Poço Oito e todos os demais presentes, recebam os nossos cumprimentos.

Todos nós consideramos essa obra de fundamental importância não apenas para Içara, mas, sobretudo, pela integração que representa de Içara com Criciúma e pelo impacto que isso acabará tendo sobre o desenvolvimento regional.

O grande problema não está na obra em si, o grande problema está na condução do processo.

Para que se tenha uma idéia, Valério, somente hoje à tarde eu fiz um levantamento rápido e peguei algumas matérias que saíram nos jornais.

Em 2005, um jornal dizia: "É hora da Via Expressa. O prefeito Décio Góes assinou convênio com o governo Federal para a execução do projeto. Agora, com o envolvimento do vice-governador, é possível viabilizar a obra com maior rapidez." Vejam que o Décio ainda estava na Prefeitura e o Eduardo ainda era vice-governador. Era 2005.

Outra matéria de jornal: "O caminho é a Via Expressa. O engenheiro de carreira do DNIT Avanir Aguiar de Sá e o próprio João José dos Santos recomendaram que Criciúma dê tratamento prioritário para o projeto da Via Expressa, encaminhado para o Ministério do Transportes pelo ex-prefeito Décio Góes. 'A rigor, é o prolongamento da Avenida Centenário até a BR-101. Trata-se da melhor solução para a cidade', comentou Avanir."

Depois, tem uma outra matéria, com o seguinte título: "Ministro garante Via Expressa. O ministro dos Transportes Alfredo Nascimento reafirmou ontem em Florianópolis que para a região sul" (a nossa região sul) "foi autorizado o encaminhamento da licitação do projeto do acesso do município de Criciúma à BR-101, a chamada Via Expressa."

Mais matéria: "Dinheiro para a Via Expressa. O deputado Leodegar Tiscoski informou que por sua iniciativa foi incluída no pacote de emendas da bancada catarinense a proposta de recursos para a Via Expressa. Foram previstos R$ 100 milhões na rubrica 'Acessos ao Corredor do Mercosul'. Essa emenda consta como prioritária entre as quinze da bancada do Estado."

Outra matéria que eu trouxe diz o seguinte: "Em Florianópolis, na SC Parcerias, técnicos estão desde a semana passada mantendo reuniões diárias para avaliar as propostas de cada uma das 24 empresas habilitadas no processo de licitação e que disputam a obra. A previsão é que a empresa vencedora seja divulgada até terça-feira."

Nem empresa vencedora, nem licitação, o edital foi cancelado.

O que acaba trazendo para as comunidades que eu mencionei, que são em Içara, e também para a comunidade de Criciúma? Muitas dúvidas. Wenceslau, nós não sabemos se é via expressa ou via rápida. E recentemente o secretário de Estado do Planejamento, deputado Altair Guidi, tornou público em entrevistas às rádios e aos jornais: "Olha, nem via expressa nem via rápida, nós vamos é fazer a revitalização da Luiz Rosso."

Então, vocês esqueçam tudo o que foi comentado em 2006 e em 2005, era tudo brincadeirinha. Não tem dinheiro, não tem recurso, agora o que está valendo é a revitalização da Luiz Rosso.

Tem uma estrofe de um poema de Guimarães Rosa que hoje faço questão de destacar. Diz o seguinte: "O correr da vida embaralha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria; aperta e daí afrouxa; sossega e depois desinquieta; o que ela quer da gente é coragem."

Eu quero encerrar dizendo aos representantes do governo do Estado que hospitalidade junto com coragem é o que mais existe nessas comunidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias, que fará uma breve saudação e anunciará quem apresentará o projeto.

O SR. ALAOR TISSOT - Boa-noite a todos. Saudando o deputado Décio Góes, cumprimento todos da mesa.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer ao presidente da Câmara de Criciúma que não sou o autor do projeto. Isso é para já deixarmos as coisas às claras.

No começo de abril, eu recebi uma delegação de Içara e deixei clara a posição da SC Parcerias a partir do dia 3 de janeiro deste ano, que foi quando eu assumi e lá encontrei esse projeto.

Naquele dia, deixei claro que nada pode ser feito desde que uma comunidade não queira. Quem esteve lá comigo escuto-me dizer isso de viva voz, inclusive o deputado Décio Góes. Razão pela qual estou aqui!

Quando assumi, eu disse mais uma coisa a todos que trabalham comigo: transparência! A porta da minha sala está aberta sempre, nunca está fechada! Comigo não tem atender alguém com porta fechada, é porta aberta! Acabou. Se uma pessoa chegar lá, já vai saber se eu estou ou não ocupado. Se há alguém, aguarda um pouquinho. Às vezes, quando é pessoa conhecida, entra também, não há problema algum.

É assim que a SC Parcerias vai agir enquanto eu for o presidente. Portanto, qualquer pessoa tem voz e voto naquela entidade. Isso é só para dar uma clareada.

Até, quero pedir desculpa pela ênfase, mas é porque às vezes as pessoas ficam pensando: esse sujeito vem com esse projeto, e tal...!

Como vocês, eu tenho sofrido na carne o problema de terras. Já tive áreas invadidas e tive que entregar a metade; tenho um reflorestamento, e tem um projeto do DER que corta ele no meio! Mas vou fazer o quê? Não posso! É para o progresso? É. Então, vai fazer! Uma coisa eu tenho certeza: vai valorizar muito as terras do reflorestamento! Então, também tenho que pensar por esse lado, não posso somente pensar que, eventualmente, vai separar a terra, que vou ter um pedaço para um lado da estrada e outro pedaço para o outro lado. Paciência! Lamentavelmente, em qualquer obra alguns são atingidos mais e outros menos.

Nós vamos apresentar o projeto que eu recebi na SC Parcerias, com as informações que eu tenho de que já foi feita uma audiência pública, citada aqui pelo secretário Regional. Esta é a segunda.

Aqui, conversando com o deputado Décio Góes, eu vi um projeto. Não vejo razão nenhuma de insistir aqui ou ali. Se foi feito algum erro, ele precisa ser corrigido. Razão porque foi cancelado o edital, e não só dessa obra, mas da interpraias, do metrô de superfície, da SC-280 e do acesso a Navegantes. Todos foram cancelados porque não obedeciam ao primordial da SC Parcerias que é a parceria público-privada.

E mais uma informação: esta licitação aqui tem ganhador, que foi a Sul-Catarinense, contestada na comissão pela terceira colocada, que é a Setep. O cancelamento vai me causar problema? Vai, sim. Lógico, porque os dois vão entrar na Justiça. Mas como não faz parte do meu escopo a forma como a coisa foi feita, está cancelada. Eu respondo pelos meus atos, certo, e vou enfrentá-los onde tiver que ser.

Mas se chegarmos o ponto de que a comunidade quer a obra, nós vamos fazer um edital com parceria público-privada. Tem investidores, mas desde que eles tenham garantia de que não vamos começar uma obra e alguém virá com uma liminar. Aí, cassa aquela liminar, mas vem outra, vem outra e vem mais outra.

Por isso eu digo: quando se fizer alguma coisa tem que ser em comum acordo e que todos estejam em conformidade com ela.

Que todos me desculpem, porque o meu jeito é esse mesmo. Mas evidentemente estou aqui para, depois, responder as perguntas que desejarem fazer. Desde que possamos responder, assim iremos proceder.

Agora, falará o engenheiro Wenceslau Diotallévy.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Como combinado, com a palavra o engenheiro Wenceslau J. Diotallévy, que apresentará o projeto.

O SR. WENCESLAU J. DIOTALLÉVY - (*Inicia falando fora do microfone.*)

(*Ininteligível.*) ...é de uma maquete eletrônica (*ininteligível*) uma visualização de tudo isto aqui.

(*Procede-se à apresentação da maquete eletrônica da obra.*)

É o desenvolvimento, conforme vai aparecendo na animação.

Ela está saindo de Criciúma (esse é o lado do terminal), está indo para a direção de Içara. Esse traçado foi discutido, até onde soubemos, com a empresa detentora do contrato para fazer o projeto, tiveram conhecimento. E discutiram várias soluções com os departamentos técnicos das duas Prefeituras, principalmente a de Criciúma (*ininteligível*) até pelo conceito que já tinha dentro da Prefeitura do acesso de Criciúma à BR-101, e ela foi englobando as áreas.

Qual a idéia? Tinha ali o porto seco (*ininteligível*) à esquerda; as áreas degradadas seriam reaproveitadas em termos de cobrimento; e tem o desenvolvimento em direção a...

A concepção do projeto é bastante arrojada. Nessa área que vocês estão vendo, dessas (*ininteligível*), não está desenhado aí que seria o plano do negócio, que a desapropriação seria maior, e sim só a implantação da própria rodovia, já prevendo os viadutos, os acessos, digamos assim, para não interferir nas linhas e nos equipamentos de infra-estrutura já existentes e não truncar o desenvolvimento de Içara - linha férrea e o equipamento de infra-estrutura já existente.

A concepção: são 11 quilômetros de rodovia.

Aí é a chegada na BR-101, como seria.

Essa é a concepção, um desenho, um projeto. Esse desenho é o projeto em terceira dimensão, é uma maquete eletrônica do projeto pronto, um projeto em nível de execução.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Evanildo, o secretário de Obras também tem um estudo de outra alternativa, que gostaríamos de passar. E ainda tem um outro estudo, mais antigo, que também desejamos mostrar. É só para servir de subsídio, de informação.

(*O senhor Wenceslau J. Diotallévy fala fora do microfone: "Essa é a via rápida."*)

Essa que passou agora é a via rápida.

Depois, tem uma estrada de ligação, que é a proposta da Prefeitura de Içara, que será apresentada pelo Arnaldo, secretário de Obras. Em seguida, o Evanildo vai apresentar um estudo mais antigo.

Com a palavra o senhor Arnaldo Lodetti Júnior, secretário Municipal de Obras de Içara.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL ARNALDO LODETTI JÚNIOR (Içara/SC) - Boa-noite a todos.

Dentro dessa preocupação de ter uma via de acesso rápido de Criciúma, passando por Içara, para chegar até a BR-101, nós da Secretaria de Obras, juntamente com os técnicos dessa Pasta e com algumas pessoas que residem nessa região, desenvolvemos um projeto aproveitando parte do anel viário e a linha Três Ribeirões, que é a linha que liga Içara até o bairro São Luiz, que corta toda aquela região do Liri, do Bairro Nossa Senhora de Fátima, do próprio Caravaggio.

É uma obra que tem aproximadamente 7,3 quilômetros, faltando apenas implantar 3 quilômetros. Então, somente teria que mexer com aproximadamente 3 quilômetros de áreas produtivas da região.

Isso se daria em um quilômetro dentro daquela área da Segunda Linha onde fica o horto florestal do município (lá dentro nós estamos implantando o horto florestal); os outros 2,2 quilômetros ficariam aqui, logo depois da família Reco, no Poço Três, até chegar nas terras do Valdir Quidin(?), na Ponta do Mato; e dali até o viaduto hoje existente na BR-101.

Praticamente, não teria nenhuma casa para desapropriar, e sim só um alargamento de pista, porque praticamente já está tudo implantado.

Lógico que não é com a mesma característica da via expressa proposta por eles, mas seria uma solução viável e em curto prazo para ser executada. Assim, faria desafogar todo o trânsito da SC-444 e facilitaria aquilo que Criciúma tanto quer, que é um acesso mais rápido à BR-101, sem necessitar passar pela Luiz Rosso e pela rodovia SC-444.

Aqui não está muito grande, mas, se vocês me permitirem, vou mostrar.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

Então, o nosso trecho começaria no final da avenida Centenário, perto do depósito do Angeloni. Ele sairia em linha reta até encontrar o anel viário que está sendo construído. Dali, ele viria até a rodovia do quartel, nas proximidades de onde está terminando o anel viário, hoje. Para quem conhece as terras do senhor Silvino Salvador e do senhor Pedro Cezino, dali, já está aberto aquele trecho de aproximadamente mil e cem metros. E faltaria ligarmos esse trecho, que pertence à Prefeitura, onde temos o nosso horto.

Depois, ele entraria da Segunda Linha (daqui dessa estrada é a Segunda Linha) até a terceira linha, chegando nas terras da família Reco, e ali ela entraria em direção a Ponta do Mato e depois ao Poço Oito.

Tudo isso daria uma implantação (abertura de rua) de aproximadamente 3,2 quilômetros, que é o que faltaria ser feito de abertura de rua, e nós teríamos uma solução de imediato e mais barata - na nossa concepção - para esse problema de acesso de Criciúma até a BR-101 e, conseqüentemente, ao Balneário Rincão, usando o acesso da zona sul.

Essa era só uma sugestão dos técnicos da Secretaria de Obras do município de Içara. Lógico que não é com a mesma sofisticação proposta pela SC Parcerias, mas eu tenho certeza que já melhoraria muito a região de Criciúma e de Içara e atenderia por um bom tempo esse trânsito da nossa região que hoje está caótico.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Agora, o Evanildo vai apresentar um projeto mais antigo. É um estudo preliminar que foi elaborado na Prefeitura de Criciúma para poder pleitear recursos a fim de fazer um projeto participativo. Então, é um pré-estudo, bem pré mesmo. Há essa compreensão.

Eu penso que também seria importante algo mais. A SC Parcerias não tem um estudo que dê para ver o traçado aqui, ou tem?

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Então talvez fosse melhor também explanar em uma planta. Não sei se ficou claro. Ou deixamos para o final. Vamos ver com a comunidade.

Então, com a palavra o senhor Evanildo Willemann.

O SR. EVANILDO WILLEMANN - Boa noite a todos. (*Passa a ler.*)

"Por iniciativa das Prefeituras de Criciúma e Içara, através da Criciúmatrans e da Codepla, foi realizado estudo preliminar para a alternativa de traçado que ligasse o contorno de Criciúma/anel viário ao corredor do Mercosul/BR-101, seguindo até a praia do Rincão, sendo uma via expressa com pista dupla, ciclovia, iluminação e canteiro central, em duas etapas que têm as seguintes diretrizes:".

Eu quero salientar que isso foi um estudo feito em cima de vias que já existiam, assim causando menor impacto. Também desejo dizer que não sou um técnico, mas eu trabalhava na Criciúmatrans na época em que foi discutido isso, esse anteprojeto, esse estudo.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

(*Continua lendo.*)

"A primeira etapa inicia na avenida Centenário, no trecho pavimentado - na altura do depósito do Angeloni." É ali naquela ponta de baixo. (*Aponta para a imagem.*)

"O primeiro cruzamento é na ferrovia, com um viaduto projetado. O segundo cruzamento é no contorno de Criciúma (anel viário) ao lado do porto-seco, com um viaduto projetado. A partir desse ponto são mais quatro cruzamentos com vias arteriais municipais, sendo prevista uma passagem inferior com viaduto.

O término da primeira etapa se dá com a BR-101, onde está prevista uma intercessão com viaduto sobre esta BR.

A segunda etapa (segundo traçado), após a BR-101, é praticamente um único trajeto até a praia do Rincão, seguindo ao longo da via municipal existente, que já está pavimentada, e segue com as características..."

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

É, mas seriam duas vias, seria via dupla. Ela está uma via só, a que seria da BR-101 até a praia do Rincão, com as características da primeira etapa.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - É esse traçado. O que tu tens está aí, não é?

O SR. EVANILDO WILLEMANN - Isso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A SC Parcerias tem um estudo mais... que possa olhar...

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Esse aí também ficou rápido. É difícil todo mundo se localizar, mas eu acho que as pessoas estão tendo a noção, não é? Porque, mais ou menos, o pessoal também já sabe.

Nós estamos apresentando essas três alternativas para lembrar-lhes e para subsidiar o nosso debate. E também não se esgota nessas três, porque agora nós abrimos um canal para rever esses projetos.

Então, o engenheiro vai apresentar novamente a primeira idéia. Porém, não naquela maquete, mas numa planta, para ver se as pessoas conseguem localizar um pouco melhor as suas propriedades.

SR. WENCESLAU J. DIOTALLÉVY - Na realidade, já que estou envolvido no projeto desde o início, eu gostaria de fazer uma ressalva.

(*Procede-se à exibição de imagens.*)

Não está bem nítido, mas aí está saindo do terminal.

A concepção da SC Parcerias, o desafio, quando a SC Parcerias, o desafio, que a SC Parcerias teve para participar desse projeto, ela iniciou primeiro com a idéia do traçado da rodovia, que fosse através... A SC Parcerias com capital próprio, a idéia principal é que ela executasse o empreendimento e assim que ele estivesse pronto, seria feita uma licitação para a concessão. O espaço para que isso fosse acontecer.

Então, primeiro tínhamos que materializar a idéia, e para isso foram feitas consultas nas duas prefeituras e discutidos os projetos antigos. Acho que isso veio (*ininteligível*) todas as idéias existentes. E quem estava decidindo naquela época, no ano passado, acreditou que esse seria o melhor conceito para a situação que se estava discutindo no momento.

O passo seguinte, depois que a gente tivesse uma materialização, seria irmos a campo a fim de termos um documento para iniciar uma discussão. Isso foi feito! Nós tínhamos uma concepção de projeto e o pessoal de topografia foi a campo para ver onde estava passando na realidade. Aí houve o primeiro contato com a comunidade.

Isso aconteceu por volta do mês de agosto, setembro do ano passado, mas o processo teve que ser interrompido, pois estávamos no meio de uma campanha eleitoral e a repercussão não estava boa. Começou a dar problema e houve uma solicitação à SC Parcerias para que não continuasse os serviços de campo, pois se entendeu que estava dando interpretações outras, ou seja, sendo usado para campanha eleitoral, para tirar proveito. E o serviço foi interrompido, não possibilitando mais contatos. Eu participei do projeto e essa é uma justificativa que deve ser dada aos senhores.

Aí temos (*aponta para a tela*) uma sessão, tipo, prevendo o futuro com ampliações - o eixo das desapropriações já prevendo para o futuro. Realmente é arrojado, prevê uma obra para que daqui a 40 anos, 50 anos ainda esteja atendendo a população. A intenção e o conceito é no sentido de não se fazer uma obra que precise ser duplicada daqui a 10 anos.

Essas imagens (*aponta para a tela*) mostram alguns equipamentos, aproveitando as áreas degradadas. Foram feitos de cruzamentos, viadutos e rótulas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Está prevista uma faixa de quanto? Qual é a concepção e por onde passou? Será que você pode dar uma relatada?

O SR. WENCESLAU J. DIOTALLÉVY - A idéia, a concepção, só do empreendimento da rodovia, que é o que nós estamos mostrando aqui, seria a seguinte: faríamos primeiramente as duas pistas com duplas, as das pontas, e ficaria a parte do centro para o alargamento futuro, para não ter que mexer com mais desapropriações ou qualquer outra coisa. Então, conforme a necessidade dos anos, seriam feitas as pistas do meio. Já se deixariam as desapropriações nessa faixa, prevendo o futuro. Essa foi a concepção.

Toda tentativa foi no sentido de passar em pontos onde houvesse um menor impacto em termos de habitação. Isso foi exaustivamente analisado. E evidentemente que o próximo passo seria o de estarmos aqui, juntos, como estamos agora, discutindo para frente.

Aqui (*aponta para a imagem*) já está em Içara. Aí é a chegada na BR-101.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu gostaria que pudéssemos ter uma explicação mais didática, mas como estamos vivenciando o problema, acredito que deu para relembrar.

Agora é o momento em que abrimos a palavra para a comunidade. Não sei se os nossos representantes querem falar primeiro, mas eu acho que era esse o combinado. Inicialmente combinamos dez inscrições, e enquanto os dois representantes se manifestam, estamos aceitando inscrições. Concederemos em torno de dois minutos, três minutos, a fim de que possamos cumprir o horário dos encaminhamentos.

Então, o primeiro a falar é o senhor Estefano Felipe de Almeida, representando as comunidades do município de Criciúma atingidas pela obra.

O SR. ESTEFANO FELIPE DE ALMEIDA - Boa-noite a todos.

Eu fico muito satisfeito por estar mais uma vez aqui com todos vocês. Acho que essa luta é válida, e todos vivenciaram os momentos de angústia que foi ter essa obra, sobre a qual no dia de hoje, em princípio, não foram apresentados os principais itens que ela prometia para as comunidades. E um dos principais problemas era a questão da largura necessária para a efetivação da construção dessa rodovia, pois se previa a desapropriação de 200 metros de cada lado. Esse é o primeiro questionamento, que depois eu gostaria que fosse respondido.

Outra questão - e vou ser um pouco bairrista - é com relação ao início da rodovia, que passa justamente na região onde eu resido, o bairro Jardim Maristela. No projeto, como foi apresentado ali, os equipamentos de informática acabam escondendo várias construções, várias edificações e os problemas existentes no traçado.

Eu acho que esse projeto começa mal - já emitindo a minha opinião -, pois ele começa no local que deságua em uma via que não dá em lugar nenhum no centro, que é a antiga avenida Chile. Ela termina no bairro Comerciário, onde hoje há um sério problema de tráfego, enquanto que há outros traçados que poderiam ser desviados para a região do bairro São Luiz, em que há até mais necessidade de novas vias. Ela adentra em um bairro estritamente residencial, que é o bairro Jardim Maristela, e passa por duas nascentes, praticamente destruindo-as. São áreas verdes, das quais a cidade de Criciúma está muito carente, inclusive uma das principais discussões em relação ao plano diretor da cidade é a falta de áreas de lazer, de áreas verdes.

E nós, do bairro Jardim Maristela, vimos há anos... As pessoas da administração municipal de Criciúma que nos conhecem sabem que temos lutado para preservar as áreas verdes, inclusive procurando fazer projetos. Temos a nossa associação que é bem organizada e estamos aqui hoje justamente porque nos preocupamos com isso. E essa estrada foi motivo de grande apreensão, porque você mora num bairro estritamente residencial e, de repente, é acolhido por uma auto-estrada, em princípio existindo rumores de que teriam telas e canteiro central com muro para não se atravessar a pista. Enfim, se se fala em Via Expressa, fala-se em via de velocidade, e você mora num bairro residencial. Então, isso é tudo que não se quer num local em que procuramos construir a nossa casa, ter a nossa vida. De repente, toda uma comunidade tem que conviver com um mostro ao seu lado. Esse foi um dos principais problemas.

Outra coisa: nós andamos atrás dos projetos na Prefeitura de Criciúma e sempre tivemos dificuldade em acessá-los; fomos procurar também na Secretaria Regional, e num primeiro momento também tivemos dificuldades em acessar; e estivemos na Fatma, sendo que lá foi o único local em que realmente tivemos acesso aos projetos. Acho um absurdo que uma estrada com esse impacto não tenha tido um EIA/Rima, um Estudo de Impacto Ambiental. Foi apresentado um projeto na Fatma, mas não é um EIA/Rima, desconsiderando totalmente a existência dos recursos naturais, que têm que ser preservados ao longo da rodovia. Para citar um exemplo, as nascentes que passam no nosso bairro não constam no projeto, e eu acho isso um absurdo, quando se fala em preservação de água, em preservação de áreas verdes.

Outra questão é com relação à desapropriação. Houve muita especulação com relação a preços, tanto aos pagos nas áreas urbanizadas, como nas áreas rurais. Então há valores nesse projeto que acessei na Fatma que eu considero irrisórios, que não condizem com a realidade do mercado, com a realidade dos preços dos imóveis aqui na nossa região. Se fossem pagos os preços constantes naquele projeto, com certeza haveria uma chuva de ações contra o projeto, porque o que está ali é um absurdo!

Essa obra, a nosso ver, já nasceu mal. A apresentação desse projeto foi anterior ao início das campanhas políticas e muito se falou em valores a serem empregados nessa obra, e foi grande o valor empregado no pagamento do projeto da obra. Então eu fico muito triste por estarmos aqui hoje discutindo a não-implantação de uma obra que deveria ser para beneficiar toda a população, todas as pessoas, toda a comunidade. Enfim, uma rodovia é uma coisa que todos nós usamos, que todos nós queremos. E em nenhum momento, em todas as reuniões que foram realizadas, foi falado que a comunidade era contra o progresso. Mas as especulações contra essa obra foram tamanhas, os medos foram tamanhos, que geraram inúmeras reuniões, culminando com a nossa presença aqui, no dia de hoje, para discutir isso.

E as nossas dúvidas ainda continuam. E uma delas, que inclusive foi colocado numa das primeiras reuniões, é quem é a SC Parcerias? Sabemos que 51% pertencem ao Estado de Santa Catarina, e de quem são os outros 49%? Isso nunca nos foi falado! Por que essa fome de pegar esses 200 metros de cada lado da estrada? Era a iniciativa privada que ia fazer a estrada em troca dos terrenos? Por que não se abre o jogo? Se for essa a intenção, as pessoas têm que saber, porque os terrenos são delas, elas vieram para cá, elas moram aqui - eu também sou dono da minha casa -, e muitas pessoas não aparecem ali no projeto porque o *photoshop* tampou a casa delas, tampou as melhorias do terreno. E isso é um absurdo, um absurdo total. Simplesmente a gente foi desconsiderado!

O Estado é soberano. E se ele tivesse dinheiro e quisesse fazer a obra, com certeza nós não iríamos impedir, certo? Seria muito difícil impedir. Nós estamos aqui no dia de hoje porque foi investido muito dinheiro nesse projeto e há que se justificar o porquê de não fazê-lo. Isso tudo não precisaria estar acontecendo. Se tivessem, talvez, tomado um cuidado maior ou se não houvesse uma ganância tão grande por parte de algumas pessoas, talvez esse mal-estar todo não estivesse acontecendo.

Eu deixo aqui as minhas dúvidas: quem é a SC Parcerias? Por que tanta metragem, em matéria de desapropriação, para fazer uma rodovia? Por que iniciar uma rodovia que desemboca em um local que não tem como abrir tráfego? Não tem como abrir tráfego no início da rodovia, ao lado do terminal da Próspera! E quero que o técnico me explique o que vai fazer para melhorar aquilo ali, porque não sei o que ele vai fazer!

Essas são as colocações referentes à parte urbana, pois ainda tem a questão do pessoal do morro Bonito, que é da parte rural de Criciúma. Eu acredito que será um conjunto de colocações, que deixo para quem tem mais experiência, pois vai, com certeza, ter mais propriedade para fazer as colocações.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Antônio Renoaldo de Bona, representando as comunidades do município de Içara atingidas pela obra.

O SR. ANTÔNIO RENOALDO DE BONA - Boa-noite a todos. Eu quero agradecer aos senhores e às lideranças políticas por se fazerem presentes, aos meus amigos e aos colegas agricultores.

Eu queria começar me expressando da forma que todos os agricultores estão querendo se expressar: é um projeto eleitoreiro! Eleitoreiro por quê? Porque num belo dia você abre a janela da sua casa e vê uma meia dúzia de técnicos e engenheiros fazendo um projeto. Questiona-se o que vai sair ali, e respondem que vai sair um projeto bonito. Beleza, tudo as mil maravilhas, só que para obtermos algumas informações tivemos que realizar uma audiência pública na Terceira Linha, mas tudo continuou mal esclarecido. Inclusive veio um engenheiro de Florianópolis - estão aqui os colegas que estavam na Ponta do Mato - e nos disse que seria 100 metros de largura o projeto, o que já achamos um absurdo.

Foi feita essa audiência pública na Terceira Linha e não foi dito para nós quanto o governo pagou pelo projeto. Véspera de eleição e um projeto que ninguém sabia. Era simples: faz uma comissão. Não estamos discutindo a Via Rápida? Estamos. Não poderíamos ter discutido isso antes? Poderíamos. Era só formar uma comissão para conhecer a realidade da Ponta do Mato, da Terceira Linha, da Segunda Linha e assim por diante, porque para eles nós somos fazendeiros, latifundiários. Foi questionado, não é, Gildo, que quem tinha mais tinha cinco hectares de terra, e eles ficaram surpresos. Mas esse é um assunto que já passou, nós estamos aqui é para achar uma solução.

Os agricultores não são contra a obra, desde que se una o útil ao agradável, ou seja, que essas sessenta famílias que hoje estão dentro desse projeto... São sessenta famílias, e não foi feito um estudo econômico delas, não se teve a preocupação sobre o que fazer com essas famílias. Elas serão remanejadas? Então qual será o valor da indenização? Estava em processo de licitação, já se tinha a empresa vencedora e nós não sabíamos o valor da indenização! Quer dizer, se nós não nos precavêssemos, a coisa já estaria bem adiantada.

E uma questão bem colocada, Estefano, é a ambiental. Na minha casa, e garanto que na casa de todos os outros agricultores, não foi um técnico dos órgãos competentes fazer um levantamento se havia alguma nascente. Eu questionei isso, porque inclusive nas terras da minha família existem quatro nascentes, que com a rodovia, dentro desses 400 metros, acabarão. Não sei qual seria a técnica para proteger aquelas nascentes, agora eu acho meio impossível.

Falando em nome dos agricultores, gostaria de dizer que não somos contra a obra, desde que haja um consenso e que seja bom para ambas as partes. Estamos aí para conversar, vamos debater, estamos amadurecendo a idéia, e isso é bom.

Eu queria agradecer ao deputado Décio Góes, que trouxe esta audiência pública para que ficasse mais esclarecido o assunto. O meu muito-obrigado pela presença de todos e vamos lutar, porque é bom para a região essa rodovia, vai trazer progresso, sabemos disso, mas não podemos pagar o preço por isso também.

Obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Temos as seguintes inscrições: de Pedro Hector Zanetti, de Fúlvio Negro, de Eliel Cardoso dos Santos, de Iara Amândio Martinez e de Valmir Galbino da Silva.

Assim sendo, passo a palavra ao primeiro inscrito, senhor Pedro Hector Zanetti.

O SR. PEDRO HECTOR ZANETTI - Boa-noite a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa e dizer que quando me inscrevi, achei que estava participando de uma audiência pública, mas, na verdade, esta é uma reunião relacionada à rodovia.

Na realidade, esse projeto hoje está sendo apresentado sem um estudo de alternativas, sem um estudo de impacto ambiental, sem nada! Aí eu penso: poxa, essa reunião, a meu ver, deveria estar sendo realizada com meia dúzia de pessoas. Tal problema, como é que... Se nós vamos pedir autorização para entrar na sua área para fazermos uma alternativa de projeto e depois estudarmos qual é a alternativa melhor... Porque no momento em que se faz um projeto já definido, quer dizer, não está relacionado nesse projeto nenhum problema de impacto ambiental, não está relacionado nesse projeto o centro onde deve desembocar essa Via Expressa. E pelo que eu escutei aqui, o centro chega numa rótula que não tem saída, inclusive por várias vezes já me perdi naquela rótula lá na Próspera.

Então, não existe um projeto definitivo. O que existe é um estudo de engenharia muito bem feito, mas baseado numa situação ideal sem a devida verificação do espaço onde vai ser colocado. Não se sabe se vai atender bem ou mal Criciúma! Até escutei sugestões de pessoas leigas dizendo: vamos fazer um projeto alternativo por aqui, por ali. Não é bem assim! Eu acho que teria que ser feito um estudo bem detalhado e apresentado à comunidade, até para que as pessoas saibam que a sua área vai ser desapropriada para atender um projeto que realmente será executado. Agora, quanto a esse projeto eu não sei se vai ser feito.

Eu vivi quarenta e poucos anos na região metropolitana de Porto Alegre e conheci projetos, participei de várias audiências públicas referentes a avenidas e estradas de acesso enormes que até hoje não saíram do papel. Mas aquelas faixas previstas nos projetos serviram para a ocupação por pessoas de baixa renda, houve a invasão de área, ou seja, aquelas áreas projetadas anteriormente, hoje foram ocupadas por favelas e outras coisas.

Então, fazer um projeto desse sem ter seriedade... Eu acho mesmo que é uma falta de seriedade apresentar um projeto à comunidade dessa forma. É um projeto muito bem feito, mas sem começo, meio e fim. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Fulvio Negro.

O SR. FULVIO NEGRO - O meu boa-noite a todos e a todas. Inicialmente parabenizo o deputado Décio Góes, as autoridades e todas as demais pessoas por estarem aqui discutindo um assunto que é bastante sério para toda a comunidade de Criciúma e de Içara. Parabenizo, especialmente, os líderes das comunidades atingidas, que fizeram um posicionamento muito bom, e eu acho que é esse mesmo o caminho.

A minha inscrição é no sentido de resgatar a necessidade dessa rodovia. Como falou o vereador, que não lembro o nome, o presidente da Câmara Municipal de Içara, em princípio essa é uma obra faraônica. Por quê? Exatamente por tudo o que se discutiu até agora e pela forma como ela foi colocada. Mas, na realidade, no meu entendimento - eu sou economista e embora não atue na área de desenvolvimento regional, sou um observador e gosto de raciocinar freqüentemente sobre isso, por isso estou aqui participando desta audiência -, desde que foi anunciada a duplicação da BR-101, sempre foi uma preocupação minha, como economista, o desenvolvimento local.

Criciúma e Içara têm sedes fora do trajeto da BR-101, e a poucos quilômetros (que serão menos com a duplicação da 101) nós temos duas cidades circunvizinhas que poderão polarizar o desenvolvimento regional. Então esse acesso rápido e expresso, e digo expresso porque tem que ser uma rodovia de fácil acesso e aí não comporta pedágio, presidente da SC Parcerias, porque é uma rodovia curta e o objetivo dela é justamente facilitar o acesso dos transeuntes, do fluxo da 101, e não ter um outro aditivo que venha comprometer isso.

Então esse acesso rápido e fácil é uma necessidade para o desenvolvimento de toda a nossa região ligada à Grande Criciúma, e aí considero Içara, Siderópolis, Forquilhinha, Urussanga, Cocal do Sul... Enfim, essas comunidades todas estarão comprometidas no seu desenvolvimento se não garantirmos imediatamente um acesso rápido e fácil da 101 ao anel viário.

Obviamente...

(*O senhor Edemar Luiz Topanote se manifesta fora do microfone. Inaudível*.)

Inscreva-se! Inscreva-se!

(*O senhor Edemar Luiz Topanote continua se manifestando fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Só um instantinho, por gentileza!

(*O senhor Edemar Luiz Topanote continua se manifestando fora do microfone. Inaudível. Palmas*.)

O SR. FULVIO NEGRO - Gostaria de dizer o seguinte: eu estou respeitando os moradores, tanto é que...

(*O senhor Edemar Luiz Topanote continua se manifestando fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Fulvio, só um instantinho.

(*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*)

Só um instantinho! O senhor quer se inscrever?

(*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*)

Se o senhor quiser se inscrever, ainda tem uma vaga para se manifestar.

Gostaria de pedir ao Fulvio que, rapidamente, concluísse o seu pensamento.

O SR. FULVIO NEGRO - Para concluir, gostaria de dizer que esse acesso é importante para todos aqui da região. Agora, em momento algum, em qualquer situação, que se desrespeite qualquer morador, qualquer direito, qualquer cidadão, onde quer que esteja.

Acho que o processo deve ser reiniciado, como falou há pouco o Zanetti, observando as questões ambientais das comunidades locais, que é uma situação importante, pois é a qualidade de vida que a gente tem. Assim, a gente passa a discutir esse projeto com essa responsabilidade.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Eliel Cardoso dos Santos.

O SR. ELIEL CARDOSO DOS SANTOS - Boa-noite a todos.

Sou morador da comunidade de São Rafael e na primeira reunião que houve na nossa comunidade eu já havia levantado uma pergunta, e continuo com essa preocupação. Tudo bem, o projeto é maravilhoso, muito bonito, vai ser excelente para a região, mas só que alguns pontos devem ser revistos. As famílias agricultoras que vivem da terra têm filhos, são pessoas jovens, e estes poderão ir para a cidade procurar emprego, mas como procurar emprego na cidade se já não tem o suficiente para os moradores da cidade?!

Outra colocação: o que as pessoas de mais idade vão fazer da vida? Hoje não tem emprego para uma pessoa acima dos 60 anos, que são os agricultores que vivem da terra. Eles vão procurar emprego onde? Em cerâmicas, em olarias? Não tem como isso acontecer! É um ponto que tem que ser pensado, porque a maioria nasceu ali, criou-se ali, vive daquilo ali e não tem outra opção de vida. Então acho que isso tem que ser respeitado.

Essa é a minha colocação: pensar nas pessoas mais idosas que moram nessa região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Gostaria de agradecer ao Eliel por essa colocação tão importante que não tinha sido feita ainda.

Com a palavra a senhora vereadora Iara Amândio Martinez, de Içara.

A SRA. VEREADORA IARA AMÂNDIO MARTINEZ (Içara/SC) - Cumprimentando a mesa eu desejo uma boa-noite a todos e um especial boa-noite à comunidade, que é a razão desta audiência pública.

Quando a gente, como Poder Executivo ou até Legislativo, faz um encaminhamento, as primeiras pessoas que devemos questionar para ver se é isso mesmo o que a comunidade quer são vocês. Tenho certeza que se esse projeto, antes de qualquer investimento, fosse primeiro discutido com a comunidade, hoje não precisaria desta audiência pública.

Eu gostaria de me dirigir ao representante do Estado e também ao nosso secretário Regional para questionar o valor desse projeto. Qual foi o custo desse projeto? Antes de qualquer coisa deveríamos saber disso, para, depois, conversarmos com a comunidade sobre o custo dessa obra, que com certeza seria bem menor.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Góes) - Obrigado, Iara.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Valmir Galbino da Silva.

O SR. VALMIR GALBINO DA SILVA - Boa-noite a todos.

Eu não sou morador da região, sou da praia do Rincão, mas acho que o projeto da Via Rápida vai alavancar a região carbonífera. Vai ser muito bom tanto para a região de Içara como para a região de Criciúma. Porém, eu questiono muito o jeito que foi lançado esse projeto, porque se o governo do Estado não tem recursos para bancá-lo, será que o projeto não foi lançado simplesmente com intuito eleitoreiro?

Será que o projeto de parcerias com a iniciativa privada, que tira dos nossos colonos, dos proprietários de terra, 200 metros de cada lateral e passa para a iniciativa privada, deixando os atuais proprietários das terras morando atrás dos barracões das empresas, não seria uma maneira de abastar ainda mais o bolso de quem tem e tirar do trabalhador? Eu deixo esses questionamentos.

Eu acho viável uma via rápida que saia na BR-101, que escoe a produção, que vá para a praia do Rincão e arredores, onde os acessos de Içara e da Quarta Linha já estão limitados, mas eu questiono o tipo de concessão desses projetos. Nós vamos tirar do colono o que era deles e devolver o quê? Qual são os benefícios que eles terão no futuro? Morar atrás de galpões de fábricas?! Será que é esse o projeto que a comunidade quer?

Eu acho que a comunidade dá todo o apoio para fazer um projeto junto com seus moradores, em que eles sejam beneficiados e do qual possam usufruir.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Valmir.

Com a palavra o próximo inscrito, Valério Preis.

O SR. VALÉRIO PREIS - Boa-noite a todos. Quero parabenizar as autoridades aqui presentes, que tiveram essa iniciativa.

É rápido o que eu quero falar. É o seguinte, gente: o problema é que as nossas autoridades políticas, os nossos administradores públicos ainda não perderam aquele velho costume de decidir as coisas entre quatro paredes. Esse que é o problema!

Não quero aqui discutir a necessidade ou a importância desse projeto, mas, imaginem vocês, o projeto foi feito e lançado lá no Mampituba, o maior e mais importante clube da cidade, e as pessoas mais interessadas, as mais atingidas, nem sabiam! Esse que é o grande problema!

Nós temos que aproveitar bastante as autoridades políticas que estão aqui para conscientizá-las de que têm que acabar com isso. Antes, tem que se decidir com as comunidades, com as pessoas que são atingidas em primeiro lugar. E aí é mais fácil, porque quem mora aqui é que sabe dos problemas daqui.

Eu estou dizendo isso porque tive uma experiência com o orçamento participativo em Criciúma. A gente percorreu todos os bairros da cidade e viu que muitas obras foram feitas e outras não, mas é muito importante que a comunidade dê sua opinião, participe, porque aí diminui a corrupção, fica-se sabendo quanto vale o projeto, a comunidade pode fiscalizar... Porque é dinheiro público. E como disseram aqui algumas pessoas, foi em véspera de eleição, ninguém sabe quanto custa, ninguém sabe quanto vai custar.

Eu me lembro do projeto dos terminais que foi executado em Criciúma. Foram anunciados 2 milhões, e acabou se gastando 20 milhões! A comunidade não teve a oportunidade de fiscalizar e participar dessa construção e desse projeto.

Então, que as nossas autoridades políticas aprendam a lição de que têm que discutir com as pessoas, com os primeiros atingidos, com a população.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Valério.

Com a palavra o próximo inscrito, pastor Caetano.

O SR. VEREADOR CAETANO PEDRO COSTA (Içara/SC) - Na verdade, queridos, eu até não ia me manifestar, mas como eu falei inicialmente que até levei um susto quando soube desse projeto em véspera de eleição...

Quero dizer aqui que vai ser a primeira vez que eu vejo uma casa começar pelo telhado. Primeiro, segundo as informações não formais, foram gastos cerca de 8 milhões nesse projeto - é o que alguém está dizendo por aí. Foi feita a licitação de preços primeiro (e certamente houve muitos bônus políticos) para depois ouvir-se as pessoas que, literalmente, seriam prejudicadas.

Acho que isso se aproximou do absurdo quando se fala em 400 metros para uma rodovia. Isso é nada mais, nada menos, a meu ver, que uma especulação imobiliária, em que algumas pessoas teriam muito lucro com isso. Ou, quem sabe, como disse aquele senhor ali, viraria favela nas margens dessa futura rodovia.

Então eu quero, sem nenhum medo, dizer aqui aos moradores desta região que fiquem tranqüilos, porque, a meu ver, isso tudo não passou de uma montagem. E agora vai cair, mais uma vez, no esquecimento, porque essa rodovia não vai sair.

E quero estar enganado, mas vocês simplesmente vão ser usados para depois ser falado que a rodovia não saiu porque a comunidade não aceitou. Eu penso assim, me desculpem se estiver enganado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, pastor Caetano.

Com a palavra o último inscrito, vereador Murialdo.

O SR. VEREADOR MURIALDO CANTO GASTALDON - Eu estou somente um pouco preocupado com o andamento que está tendo a audiência. Os moradores têm dúvidas e as perguntas não estão sendo feitas, então já vou elencar algumas, que é o que realmente interessa para a comunidade daqui.

É o seguinte: com relação à largura, existe possibilidade de redução da largura ou não? Porque a comunidade, presidente Alaor, não aceita 400 metros, 200 metros de cada lado. Existe realmente intenção de se fazer a obra mesmo com a revitalização da Luiz Rosso? Sim ou não? Sobre o pedágio, é um pedágio social, já há algum critério para a definição do pedágio social, a receita desse pedágio social fica com as empresas que farão a obra? Para encerrar: existe possibilidade de se discutir o trajeto em relação às três propostas que foram apresentadas?

São essas as dúvidas que a comunidade têm.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, vereador Murialdo.

Passaremos agora aos encaminhamentos.

Estou programando aqui para passar a palavra ao presidente da SC Parcerias, que, em tese, é quem deveria responder pela empresa e a esses questionamentos todos. As questões que ele não souber, nós vamos compreender e criar uma metodologia para poder resolver.

Estamos indo para o final da nossa reunião, está mais ou menos no prazo que a gente estipulou, vamos ter os esclarecimentos, e queria encaminhar para se fazer um conjunto de propostas depois, para que possamos dar encaminhamento, uma vez que, como falei no início, não vamos conseguir esgotar aqui todas as questões que estamos colocando.

Antes, solicito que o senhor Alaor Tissot responda tudo o que estiver ao seu alcance.

O SR. ALAOR TISSOT - Bom, vamos começar pelo seu Pedro.

Seu Pedro, de minha parte o senhor pode esperar seriedade sempre; dos meus antecessores, não sei. Espero que eles tenham sido sérios o suficiente.

Mudanças no projeto devem ser estudadas, e se a comunidade assim o quiser, elas também têm que ser acatadas. Esse é o posicionamento da SC Parcerias e de qualquer sujeito que tenha bom senso, pelo menos.

Eu vi aqui o projeto da Prefeitura de Criciúma, um projeto do deputado Décio Góes, e acho que é perfeitamente viável. A proposição de Içara também. Então, de minha parte, não tenho problema nenhum em mudar qualquer coisa. Primeiro, porque não fui eu que fiz esse projeto; segundo, se eu lá estivesse, esse projeto não teria sido feito da forma que foi; terceiro, vocês teriam sido ouvidos em primeiro lugar. Não tem mais hoje no mundo você querer fazer algo fechado.

Ao seu Valério, quero dizer que tem uma palavra que se chama democracia, e democracia significa que o poder vem do povo, ele deve ser exercido do povo e para o povo. Se você não faz assim, não é democracia. O que estamos tendo aqui nesta noite é um exercício de democracia, e assim é que deve prosseguir.

Seu Fulvio, a SC Parcerias, se tiver esse projeto sem pedágio, realmente não fará o projeto. Vocês têm que se lembrar que a SC Parcerias é uma empresa como outra qualquer, ela até pode não ter lucro, mas não pode ter prejuízo, né?

Eu estou falando da SC Parcerias. Uma coisa é a SC Parcerias, que precisamos celebrar; outra é o governo do Estado, que, aí sim, pode fazer rodovias com o dinheiro do Tesouro, perfeito? E aí, é lógico, ou vai ter pedágio ou não vai ter pedágio! Aí é uma decisão de governo. Eu estou falando que quanto à SC Parcerias, realmente não há outro jeito, não há outra condição.

Quanto à preocupação do senhor Eliel Cardoso com os agricultores, eu e todos que estiveram reunidos lá na SC Parcerias no começo de abril tivemos essa mesma preocupação. São aquelas coisas, às vezes as pessoas fazem um projeto e esquecem do que a gente chama de "um pequeno detalhe". Só que isso não é um pequeno detalhe, é um detalhe que envolve pessoas, então passa a ser um grande detalhe, o maior dos detalhes.

Então, antes de qualquer coisa, tem que ser visto como se soluciona isso, se é que tem solução. Agora, se não tiver solução, o melhor mesmo é sepultar o projeto definitivamente.

Dona Iara, a senhora tem toda a razão. Eu não tenho nada para contrapor nem como ajudá-la em nada ainda. Mas a senhora está com toda a razão. E não vim aqui só para dizer que a senhora está com toda a razão, não, é que a senhora tem razão mesmo na sua exposição.

Quero lhe dizer que sobre o problema de custo, eu mandei tudo para o Tribunal de Contas do Estado. Está lá, perfeito? Porque não se fez pagamento nenhum de mais nada desde o dia que eu assumi. Eu também tenho minhas dúvidas, e se eu fizer qualquer pagamento, assumo todo passado. O primeiro que fez isso vai ter que se explicar.

Quando me garantirem que isso foi correto, legal e justo, vamos ver como iremos fazer.

Seu Valmir, eu não estava lá, eu não sei lhe dizer se foi eleitoreiro ou não. Penso eu que foi, mas só penso, não posso afirmar, até porque não sou político, não sou filiado a partido nenhum. Não fui lá porque fui do PMDB, ou por isso ou por aquilo, fui lá a pedido do governador para pôr ordem na casa, e é o que estou tentando fazer.

Seu Caetano, quando o senhor fala em favela ao lado dessas áreas desapropriadas, o senhor tem toda a razão. E a outra parte está com o Tribunal de Contas do Estado, perfeito?

Quanto à largura da rodovia, vereador Murialdo, há um projeto que, na minha opinião, da forma como está feito, não pode continuar, como já foi demonstrado aqui.

Se pode ou não reduzir, eu, sem entrar na parte técnica, posso lhe dizer que sim. É lógico, se o negócio (*ininteligível*) vai ter que reduzir, depois vão ter que ver se tem ou não viabilidade. Isso é outro problema.

Acho que vamos ter que continuar discutindo esse assunto em outras reuniões. A Câmara dos Deputados, que tem essa comissão com todas as anotações, vai fazer as suas ponderações. Eles também têm técnicos, e vamos continuar a discussão.

Sobre duplicar a Luiz Rosso, acredito que se for feita aquela duplicação, evidentemente que essa rodovia não teria razão, na minha opinião.

*(Manifestação inaudível.)*

Uma revitalização ali... Teoricamente, eu acredito que teria que se fazer uma duplicação. A revitalização que o senhor diz seria um recapeamento e deixar a rodovia com as pistas como estão?

*(Manifestação inaudível.)*

Aí já não compete mais à SC Parcerias opinar, aí seria o Deinfra, perfeito?

*(Manifestação fora do microfone inaudível.)*

Não, se o senhor fala só de uma revitalização, que é deixá-la com um tráfego mais humano, vamos dizer assim, com menos acidentes, e acho que é esse o seu pensamento... Porque mesmo que o senhor a revitalize, a ocupação dela hoje o senhor não vai conseguir melhorar, certo? O senhor vai dar mais segurança, melhorar as margens com um melhor negócio, perfeito? Eu acredito que é isso que o senhor está pensando.

*(Manifestação fora do microfone inaudível.)*

Sim, sim, sem dúvida nenhuma.

Quanto ao pedágio, eu mesmo falei no início que não estava previsto um pedágio porque a forma como queriam fazer não tinha condições de ser feito. E o pedágio nada mais é do que uma cobrança, que num trecho desse teria que ser por volta de R$ 1,00, ou coisa que o valha, e ver se com isso há condições de fazer a manutenção da rodovia.

Por que cobrar um pedágio nessa rodovia, vamos assim chamá-la? Para não matar tudo o que está instalado na Luiz Rosso e nos outros dois acessos que têm a de Criciúma. Se você tem um comércio e põe uma rodovia desse porte sem pedágio, a maioria do pessoal vai trafegar aí e a outra vai ficar às moscas. E tem gente ali, como nesse traçado tem os agricultores, tem os moradores. Tem que se pensar em tudo isso.

Estamos aqui discutindo um pouco, estamos conversando, e eu pelo menos saio daqui muito mais enriquecido do que quando cheguei. Temos que vir aqui escutar, aprender e aproveitar as coisas boas que vocês podem trazer para a gente.

Discutir? Sim, sempre, assim como estamos fazendo aqui. Discutir não quer dizer brigar, pode-se discutir com cordialidade, com tranqüilidade. Evidentemente que quem tem algum problema fica meio exaltado, é natural!

Quanto à desapropriação, provavelmente é o tema com o qual todos estão preocupados, mas só haveremos de falar em desapropriação quando chegarmos a um consenso. Estão todos de acordo então? Perfeito! Aí é a hora de falarmos em valores, em dinheiro para uma desapropriação. Antes disso, vai ser conversa jogada fora, assim como o projeto já feito, que agora está sendo discutido e ainda não sabemos se vai ser aproveitado ou não, porque a decisão cabe aos senhores e às senhoras.

De minha parte, era isso que eu poderia esclarecer.

Obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, presidente.

Vencido o nosso horário, passamos aos encaminhamentos. Fiz um conjunto de anotações e vou propô-las como encaminhamento, para ver se chegamos a um consenso.

Na verdade, esse projeto foi longe demais. Ele foi licitado, e, por alguns detalhes, não houve já alguém aí explorando a rodovia, acumulando problemas na vida de cada uma das pessoas.

Então, vamos ser sinceros aqui. O projeto foi longe demais; felizmente, foi estancado, e agora temos que recomeçar. Acho que nós deveríamos recomeçar como deveria ter começado: com uma explicação, com uma conversa, com diálogo, com participação da comunidade.

A revitalização da Paulino Búrigo é inevitável. A duplicação dela é um assunto que tem conseqüências, que tem custos, e a cidade também paga um preço. Então, é preciso ver isso, esse é um outro debate.

A Luiz Rosso revitalizada é inevitável também, vai ter que ser revitalizada mais cedo ou mais tarde. Todas as duas precisam de mais segurança e conforto, de pistas de aceleração de desaceleração, de paradas de ônibus seguras, confortáveis, que não atrapalhem o trânsito. Então, é preciso que haja uma série de providências para que se tornem vias que possam comportar o fluxo que têm. Elas têm funções muito específicas para a região e são (e continuarão sendo) sempre importantes. Não tem questionamento nenhum quanto a isso, o que não impede de se pensar para o futuro, porque a nossa geração não pode ser acusada de no futuro dizer "Ah, nós não pensamos antes, não foi planejado, por isso estamos pagando por erros que poderiam ter sido evitados se tivéssemos pensado nisso há cinco anos, dez anos ou vinte anos".

O que quero dizer com isso? Que podemos discutir o mérito do projeto da via expressa, ver se ela é realmente importante ou não, e queria que criássemos uma metodologia para isso. E para criar uma metodologia com o propósito de se discutir democraticamente tudo isso, queria propor um grupo de trabalho que tivesse pelo menos um representante da Câmara Municipal de Içara e um representante da Câmara Municipal de Criciúma, para que as comunidades de Içara e Criciúma fossem representadas; a representação da Assembléia Legislativa na Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que é a Comissão adequada para isso; da SC Parceria; do governo do Estado, através ou da Secretaria de Desenvolvimento, ou do Deinfra ou da Secretaria de Planejamento; das Prefeituras de Içara e Criciúma, para defenderem os interesses regionais. E a ré poderia ser representada nesse grupo também.

Com uma comissão assim representada, teríamos um prazo, digamos, de sessenta dias, que acho razoável, para, primeiro, definir o projeto, ver se há consenso sobre a necessidade e os princípios desse projeto; segundo, redefinir o traçado dele, criando linhas gerais para a definição do traçado aproveitando as idéias das Prefeituras e das comunidades de Içara e Criciúma; terceiro, definir os impactos ambientais, os impactos na vida das pessoas, ou seja, as conseqüências desse projeto, e ver as formas de compensação: desapropriações, indenizações, relocações, se houver, achando uma fórmula que simplifique, não vindo mais com essa idéia de indenizações mais amplas, porque aí poderia mudar o formato do projeto e, assim, pode ser que a SC Parceria não tenha mais interesse, porque não seria na forma de parceria público-privada. Teria que estar planejado para buscar recursos no governo estadual, no governo federal, enfim, teria outra formatação. Também isso seria discutido.

Por fim, definir quem realmente vai fazer a obra: se são os municípios em parceria com o governo estadual, com o governo federal, se é uma parceria público-privada, enfim, se definiria essa forma. Com isso, a comunidade tem a garantia, aqui expressada, que não vamos tocar o projeto antes de ter as suas definições. Não se toca em mais nada antes de ter as suas definições, e com o critério de participação da comunidade.

É uma proposta que eu vejo que podemos encaminhar. Não sei se existem outras propostas... Vereador Murialdo? Comunidades? Bem, se alguém tem alguma outra idéia... Eu estou aqui pensando alto junto com vocês, e o nosso horário já está meio estourado, para a gente agilizar e dar um encaminhamento prático, objetivo, que possa resultar tanto em garantias para a comunidade como num projeto que contemple a maioria das nossas comunidades.

(*O senhor Edemar Luiz Topanote manifesta-se fora do microfone: "Se fosse uma rodovia de sessenta metros de largura, eu dava o meu terreno de graça (inaudível*)".

*(Passa a falar no microfone.)*

O SR. EDEMAR LUIZ TOPANOTE - Agora, 400 metros, para eu ter (*inaudível*). Eu quero saber onde que nós vamos comprar terra. Se vocês... Ó, nós tanto pegamos como arrumamos um terreno onde você quiser. Nós compramos, não interessa o preço do terreno ("eu quero entre o morro Estevão e o meu terreno"). Pode ser qualquer terreno, mas que sejam iguais: dois quilômetros de estrada de trator, como tem o meu terreno, direitinho. Eu tenho lá mais de cem mil pés de palmitos plantados, e o que vai acontecer com aquilo ali? Estou cuidando; no domingo deixo de ir à praia (tenho casa na praia) para ficar cuidando, por causa dos ladrões.

Eu sou a favor de passar a estrada no meio do meu terreno. Pode cortar! Sessenta metros de largura, não tem problema, mas que passe mais 100 metros para frente, para desviar das casas. Agora, chegam e só passam o meu terreno, tocam em cima da casa do meu vizinho lá na frente. Desviam, porque, já que estão fazendo a curva, jogam mais cinqüenta metros para frente.

Em uma rodovia de 60 metros de largura, quantas pistas dão? Eu acho que quinze pistas...

*(Discurso interrompido pelo presidente da mesa.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Com a sua intervenção, a gente esclarece que... Já foi pactuado aqui que a questão dos 400 metros... Nós estamos revisando tudo, está tudo suspenso. Nós vamos revisar a forma de fazer a rodovia, e está caminhando mais ou menos como você está sugerindo. Acho que estás plenamente contemplado.

Com a palavra o Murialdo, para encaminhar.

O SR. VEREADOR MURIALDO CANTO GASTALDON (Içara/SC) - Décio, eu acho fundamental a criação dessa comissão, desse grupo de trabalho, desse grupo de estudos envolvendo a Assembléia Legislativa, as duas câmaras municipais, as prefeituras dos dois municípios, bem como a SC Parcerias.

Já quero propor, até para nos adiantarmos. Na Câmara de Içara já tem uma comissão que trata desse assunto, como bem lembrou a vereadora Iara. Então, a Câmara de Içara já está participando desse problema. Eu quero propor, Naelti, que da prefeitura fique o comitê gestor do plano diretor, porque o comitê gestor do município já está tratando de todos esses traçados, e aí não fica a prefeitura definindo ainda quem vai ser, quem não vai ser. Que seja, então, o presidente do comitê gestor do plano diretor.

Proponho, ainda, que seja aprovado nesta audiência que do município de Criciúma participem o presidente ou um representante do comitê gestor do município, que é o pessoal que está envolvido com o assunto.

Em Criciúma também tem uma comissão criada para debater esse assunto, então só ficaria a representação da SC Parcerias e a da Assembléia Legislativa. E amanhã mesmo já podemos começar a fazer as reuniões por conta daquilo que a comunidade apresentou.

O SR. VEREADOR IVAN ROBERTO WESTPHAL (Criciúma/SC) - Só queria lembrar, Murialdo, que em Criciúma já tem a comissão, criada na Câmara de Vereadores, de acompanhamento desse projeto. Também está em discussão o plano diretor do município de Criciúma, e já tem o núcleo gestor que está preparando essa discussão do plano diretor.

Então, deve ser incluído também o núcleo gestor do plano diretor do município de Criciúma, sim, como o próprio município também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Acho que a contribuição dos vereadores está correta no sentido de se fazer a comissão.

*(O senhor Alaor Tissot manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

A idéia é fazer uma comissão que dê algum resultado em sessenta dias, algum encaminhamento, e podemos voltar, inclusive, a fazer audiência pública para discutir também com a comunidade aquilo que a comissão está discutindo. Enquanto isso, conforme sugestão aqui do Estefano, que sejam parados todos os trabalhos, que não se vá mais medir terra de ninguém nem se encaminhe mais nada nesse período, até fazer.

Com a palavra a Regina.

A SRA. MARIA REGINA BELALIDE OLIVEIRA - Décio, acho que tem algumas coisas assim... Eu não moro aqui, mas me coloquei no lugar da comunidade.

Primeiro: tem dinheiro para fazer a via rápida ou não? Acho que essa comissão tem que chegar a alguma conclusão e dizer "tem, então vamos discutir o projeto; não tem...", porque ficar enganando a comunidade não é justo. Se tiver dinheiro, tem que se fazer, porque se não for feito, vocês sabem onde o dinheiro vai parar. Se tiver o dinheiro e não for feita a via rápida, com certeza toda a comunidade sabe onde vai parar esse dinheiro.

A minha segunda questão é a seguinte: isso é da empresa privada? Um vai para a rádio e diz que tem dinheiro; outro diz que não tem. Um diz que sai; outro diz que não sai. Então o Governo se contradiz, e nisso engana a população.

O secretário de Planejamento diz na rádio que não tem; o governador diz "sai, porque tem". Então, tem que se chegar a uma conclusão. Essa comissão deve se sentar e decidir: tem dinheiro, vamos discutir; não tem, não se discute!

Acho que tem que parar de enganar a população.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Regina.

Acho que essa assembléia já respondeu a alguns questionamentos que a Regina fez: não tem dinheiro, foi "matação" e está sendo revisada a participação da iniciativa privada ou não.

Realmente o governo se contradisse, por isso estamos aqui fazendo essa audiência pública.

Então, ficou encaminhado o seguinte: fazer um grupo de trabalho com representantes das Câmaras Municipais e das Prefeituras de Içara e Criciúma, das comunidades de Içara e Criciúma, da Assembléia Legislativa, da SC Parcerias, do Estado, da Amrec...

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

É com um grupo de gestor de cada município.

Ao despedir-me de cada um de vocês, gostaria de agradecer a presença de toda a comunidade, aqui representada na mesa, e das autoridades, presentes até este horário, mesmo passando meia hora do que tínhamos combinado.

Agradecemos o nível da participação, a compreensão e o amadurecimento dos participantes dessa plenária.

Tenho certeza que daqui para frente vamos evoluir, porque agora estamos começando do jeito que tinha que começar.

Muito obrigado!

Está encerrada a reunião.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES**
**PRESIDENTE**

*** X X X ***

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia vinte e sete de março de dois mil e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões da Coordenadoria das Comissão, sob a presidência do senhor Deputado Jailson Lima a Comissão acima epigrafada. Registraram presença na Reunião os Deputados Genésio Goulart, Jandir Belline, Jorginho Mello e a Deputada Odete de Jesus. Abertos os trabalhos o Presidente da Comissão agradeceu a presença dos Deputados membros e, em seguida colocou em discussão e votação dois Requerimentos: um de autoria dos Bombeiros Evangélicos do Estado de Santa Catarina reivindicando a realização de Audiência Pública em vários municípios do Estado, visando possíveis mudanças na própria Constituição Estadual e outro, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que tomou a palavra, solicitando a realização também de Audiência no município de Porto União, visando a restauração do Colégio Público Municipal, razão pela qual as aulas estão paralisadas desde outubro de dois mil e seis. Até a presente data as aulas estão sendo ministradas em um galpão de um dos Centros Comunitários do municípios, que também está em precárias condições de funcionamento. A solicitação partiu da Direção do Colégio, da APP - Associação de Pais e Professores e outros segmentos da sociedade local, que entendem que a educação no país têm que ser prioritária. Ato contínuo após alguns comentários dos Deputados presentes os dois Requerimentos foram aprovados por unanimidade. A seguir o Presidente deixou livre à discussão dos Deputados presentes. O Deputado Jorginho Mello apresentou um Pedido de Informação dos Postos Rodoviários da Polícia Militar a respeito de entulhos colocados próximos aos postos e também Delegacias. Salientou porém, que já existe uma Resolução número mil setecentos e oitenta e sete, datada de dois mil e cinco referente ao assunto. A Deputada Odete fazendo uso da palavra explicou diante do fato apresentado pelo Deputado Jorginho Mello e por ela desconhecer o teor da matéria, solicitou Vistas ao Pedido de Informação. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a Reunião, a qual eu, Marta

Curial, Chefia de Secretária da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Comissão e demais membros da Comissão.
Sala das Comissões, em 27 de março de 2007
**Deputado Jaison Lima**
Presidente da Comissão

*** X X X ***

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às oito horas e trinta minutos do dia dois de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1ª reunião extraordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Darci de Matos e o Deputado Cesar Souza Júnior. Aberto os trabalhos, foi aprovada a Ata da 7ª Reunião Ordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0066.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei Complementar nºs. 0011.0/07 e 0016.4/07, exarando pareceres pelo apensamento e pela diligência, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera; os Projetos de Lei nºs. 0047.5/07 e 0042.0/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0079/07, exarando parecer pela manutenção do veto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº. 0003.0/07, exarando parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Cesar Souza Júnior, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0102.6/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0094.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº. 0006.2/07, exarando parecer pela rejeição da emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0091.9/07e 0101.5/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Ofícios nºs. 0059.5/06, 0061.0/06 e 0064.2/06, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0098.5/07 e 0069.0/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Ofício nº. 0059.5/03, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0100.4/07, exarando parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0092.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.
Sala das Comissões, em 02 de maio de 2007.

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

**ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 8º reunião ordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Darci de Matos, Deputado Cesar Souza Júnior, Deputado Narcizo Parisotto e o Deputado Décio Góes em substituição ao Deputado Pedro Uczai. Aberto os trabalhos, foi aprovada a ata da 1ª Reunião Extraordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0021.1/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Projetos de Lei nºs. 0083.9/07, 0111.7/07 e 0088.3/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0066.8/07, apresentando voto vista pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera; os Projetos de Lei nºs. 0096.3/07 e 0097.4/07, exarando pareceres pela rejeição, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado César Souza Júnior e o Ofício nº. 0023.4/07, exarando parecer favorável acompanhado do Projeto de Decreto Legislativo, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: os Projetos de Lei nºs. 0063.5/07, 0127.4/07 e 0095.2/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projetos de Lei nº. 0123.0/07 e o Projeto de Lei Complementar nº. 0019.7/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira e o Projeto de Lei nº. 0059.9/07, apresentando voto vista pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0076.0/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera; o Projeto de Lei nº. 0043.1/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi e o Projeto de Lei nº. 0052.2/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Narcizo Parizotto, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0103.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera e o Projeto de Lei nº. 0060.2/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Cesar Souza Júnior, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0065.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira e o Projeto de Lei nº. 0132.1/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: a Proposta de Sustação de Ato nº. 0001.7/07, exarando parecer pela oitiva do Poder Executivo, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº. 0020.0/07 e os Projetos de Lei nºs. 0046.7/07 e 0085.0/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0079.2/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº. 0067.9/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0024.9/07, exarando parecer pela realização de audiência pública em conjunto com as Comissões de Transportes de Desenvolvimento Urbano e de Turismo e Meio Ambiente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0093.0/07, exarando parecer pela rejeição acompanhado da transformação da matéria em indicação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Décio Góes, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0014.2/07 e os Projetos de Lei nºs. 0018.0/07 e 0056.6/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0138.7/07, 0075.9/07 e 0099.6/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e os Projetos de Lei nºs. 0045.3/07 e 0130.0/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0137.6/07, 0121.9/07, 0106.0/07, 0133.2/07 e 0114.0/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0107.0/07 e 0113.9/07, exarando pareceres pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0144.5/07, 0143.4/07, 0142.3/07, 0117.2/07, 0109.2/07 e 0087.2/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 0116.1/07, 0120.8/07, 0131.0/07 e 0107.0/07, exarando pareceres pelo arquivamento, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0092.0/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº. 0125.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera e o Projeto de Lei nº. 0126.3/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes. Os Projetos de Lei Complementar

nºs. 0008.4 e 0010.9/07, bem como os nºs. 0011.0/07, 0016.5, 0017.5 e 0022.2/07, por acordo, foram apensados e designado relator o Deputado João Henrique Blasi, da mesma forma os Projetos de Lei nºs. 0023.8/07, 0065.7/07, 0072.6/07 e 0090.8/07 foram apensados nos termos do parecer do Deputado Joares Ponticelli. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2007.

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às onze horas e quatorze minutos do dia quinze de maio, do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, foram abertos os trabalhos da sexta reunião ordinária da Comissão. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados Onofre Santo Agostini, Renato Hinnig, José Natal Pereira, Professor Grando e Dirceu Dresch. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PLC/0002.9/07, de autoria do Governador do Estado, que "Altera dispositivo da Lei Complementar nº 302, de 2005, que trata do Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o **parecer**, **aprovado por unanimidade**; PL/0020.5/07, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que "Estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o **parecer**, **aprovado por unanimidade**; PL/0042.0/07, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que "Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Palmitos". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0073.7/07, de autoria do Deputado Gelson Merísio, que "Declara de utilidade pública a Athos Promoções Sociais, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0074.8/07, de autoria do Deputado Clésio Salvaro, que "Declara de utilidade pública a Companhia da Mulher - CIAM, de Cocal do Sul". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0086.1/07, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que "Declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Leão Dehon, de Botuverá". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0094.1/07, de autoria do Deputado Romildo Titon, que "Dá nova redação à emenda e ao art. 1º da Lei nº 5.182, de 1975 (de Legião de Assistência à Família para Associação Beneficiente São Dimas)". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0098.5/07, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que "Declara de utilidade pública o Instituto Internacional Memória Viva, do Município de Florianópolis". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; PL/0100.4/07, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que"Declara de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - ASONSEG -, de Florianópolis". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o **parecer**, **aprovado por unanimidade;** OF/0009.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Colégio Dom Bosco, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2005". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0013.2/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0016.5/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0019.8/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Santa Luiza de Marillac, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0020.1/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais, Funcionários e Amigos do CERJ, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0021.2/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Itaum, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0022.3/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. OF/0024.5/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro Educacional e Creche Conde Modesto Leal, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0025.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0029.0/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Içara, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0031.4/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade: Centro Educacional Infantil Maria Ofélia Guimarães, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0033.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação, de Florianópolis, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0034.7/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0036.9/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0038.0/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0040.5/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criançinhas, de São José, referente aos exercícios de 2004, 2005 e 2006". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0041.6/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Colégio Dom Bosco de Rio do Sul, referente ao exercício de 2006". Relator: Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0043.8/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Educacional de Santa Catarina de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0044.9/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Cultural Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0060.9/06, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Cruz Azul no Brasil, de Blumenau, referente ao exercício de 2006. Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade. O Deputado Renato Hinnig, enaltece a competência da Assessoria no resgate de documentos da entidade, exigidos pela Lei nº 10.436, de 01/07/1997, oportunidade em que o Sr. Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, elogiou o trabalho realizado pelos funcionários da Comissão que preside e também todos os funcionários da Assembléia Legislativa, dizendo que este Poder tem os melhores servidores do Brasil. OF/0067.5/06 que "Encaminha o Balanço Patrimonial da Associação Catarinense da Pessoa Ostomizada, referente ao exercício de 2005". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade; OF/0074.4/06 que "Encaminha o Relatório de Atividades do Movimento Nacional de Educação no Trânsito, de Florianópolis, referente ao exercício de 2005". Relator: Deputado Professor Grando; Posto em discussão e votação o parecer, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini
Presidente

*** X X X ***

## ATA DA PROCURADORIA

**Michel Curi - Procurador Presidente**
**Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária**
**ATA DA 1610ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1610ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da sessão. 1) Em regime de vista: processo s/nº - Ofício CL nº 1964/07, de 02/04/07, interessada Dr.ª Ângela Maria Konrath - Juíza do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Joinville "Processo nº AT 00703-2006-030-12-00-8", Relator Procurador José Carlos da Silveira, após discussão, teve aprovado, por maioria, o voto vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, pelo encaminhamento ao Plenário; e processo 2309/06, de José Abdias Vieira, teve aprovado o parecer do Relator, Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, acompanhado pela Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos que havia pedido vista. 2) Relatoria do Procurador Anselmo Inácio Klein - aprovados pareceres aos processos 626/07, de Paulo Joel Bernhardt; 719/07, de Tânia Maria Nowakowski; 728/07, de Nádia Regina Pereira; 701/07, de Marcos Graff César, pelo indeferimento; 679/07, de Umberto Mafra e Providências Administrativas - Of. nº 1253394, de 16/04/07 - Justiça Federal - "cumprimento, de decisão judicial - MS 2004.72.0069541 - impetrante: Afrânio Tadeu Boppré e impetrado: Superintendente Regional do INSS/SC. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - pareceres aprovados aos processos 700/07, de Vanilsa Becker; 659/07, de Carlos Henrique Machado; 665/07, de Silvia Ribas de Miranda Ramos; 163/07, de Marianne Cristina Tillmann; 217/07, de Luiz Flávio Torrens Carlsson. A Relatora deu conhecimento dos pareceres exarados à Consulta - Ofício nº 077/07 - 20/03/07 - interessado Diretor de Recursos Humanos "Esclarecimentos sobre a aposentadoria de Vânia Silva Olinger Ramos" e processo s/nº - Autos nº 023.06.031994-4, de 03/04/07 "Ação Declaratória" - Autor: Luiz Eduardo Caminha, Réu: Estado de Santa Catarina, este último conjuntamente com o Procurador Fábio de Magalhães Furlan. 4) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - aprovados pareceres aos processos 580/07, de Hélio Estefano Becker Filho e outros; 653/07, do Deputado Reno Caramori - "Mudança no Regimento Interno". 5) Relatoria do Procurador Fábio de Magalhães Furlan - aprovados pareceres aos processos 634/07, de Sandra Mara Coelho; 647/07, de Leonardo Salvini; 710/07, de Sara Loni Leepkaln Medeiros; 309/07, de Eizabete Olinda Guerra, pelo indeferimento; 656/07, de Ricardo Cascaes Sabino; 745/07, de Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona; processo s/nº - Ofício DIR nº 048/07, de 16/03/07, interessada: Diretora de Comunicação Social da ALESC "Exame Jurídico da Proposta encaminhada a esta Casa pela Rede Brasil Esperança"; Ofício interno 115/GDDG/07, de 24/04/07, interessado: Chefe de Gabinete da Presidência "Solicitação do Deputado Décio Góes - Cópia do Processo de Denúncia Crime de Responsabilidade contra o Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, que figura como requerente a Doutora Adriana Borges; Consulta - Ofício CL nº 124/07, de 03/05/07, interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato com a Empresa ONDREPSB - Convenção Coletiva de Trabalho"; Consulta - Requerimento - 03/05/07, interessado: Diretor Geral da ALESC "Venício Tortato, ex-Parlamentar, solicita isenção de imposto de renda e isenção da contribuição previdenciária". Na seqüência, o Relator deu conhecimento do encaminhamento à Presidência dos pareceres exarados nos processos: s/nº - Consulta - Ofício CL nº 102/07, de 26/04/07, da Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato com a Empresa ONDREPSB - Contratação de Postos de Trabalho" e a Consulta Ofício CL nº 109/07, de 16/04/07, interessada: Coordenadoria de Licitações "Aquisição de Móveis Diversos para a ALESC". 6) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior - aprovados pareceres aos processos 709/07, de Elzamar Alves Dante; 711/07, de Valéria Maria Buss; 664/07, de Cristina Ligocki Pinto Weschenfelder; 692/07, de Mônica Machado Meyer; 339/07, de Rosalir Demboski de Souza; 597/07, de Valdeci José da Silva. Foi retirado da pauta pelo Relator o processo s/nº - Consulta - Ofício CL nº 130/07, de 03/05/07, interessada: Coordenadoria de Licitações "Protocolo de Intenções entre Instituto Carl Hoepcke e ALESC (CL nº 003/07)". 7) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos 713/07, de Armando Luciano Carvalho Agostini; 748/07, de Ana Lúcia Coelho Mignoni Botelho; 743/07, de Tânia Regina Martins; 583/07, de Sidnei Vicente Urnau e 2408/06, de Genésio Manoel da Silva. Atendendo pedido do Procurador Presidente, o Relator retirou os processos s/n - Ofício nº 411/06 e 421/06, ambos da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Bremar Aguiar e Reinaldo Jorge de Oliveira (TC)". Saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, o processo s/nº - Consulta Ofício nº 316/07, do Diretor do IPESC - 25/04/07, interessado: Diretor de Recursos Humanos "Informações sobre dados cadastrais dos servidores públicos ativos e inativos para confecção da avaliação atuarial". Na seqüência, foram aprovadas as Consultas da Coordenadoria de Licitações - Ofício CL nº 132/07, de 03/05/07 "Minuta do Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado com Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina" e Ofício CL nº 148/07, de 11/05/07 "Contratação da Escritora Lya Fett Luft, para apresentação de Palestra na ALESC". Finalizando, o Relator deu conhecimento do encaminhamento à Presidência dos pareceres exarados nos processos: Ofício nº 1004/07, de 18/04/07-TRT-12ª Região - Processo AIND 00989-2006-007-12-00-4 - Autor: CASAN - Réu: Moacir Antônio Lopes Ern e Consulta de 11/05/07, interessado: Chefe de Gabinete da Presidência "Solicitação de certidão para o Deputado Federal Paulo Bornhausen". 8) Relatoria do Procurador Nazarildo Tancredo Knabben - aprovados os pareceres aos processos 759/07, de Eron José Küster; 625/07, de José Souza Filho; 661/07, de Maria Helena dos Reis Guizzo; e s/nº - Consulta - Ofício nº 660/07-DTCC/PR/SC, de 24/04/07, interessado: Chefe de Gabinete da Presidência "Cópia de Fita VHS da Audiência Pública do Município de Campos Novos", sendo que o processo 631/07, de Sônia Aparecida Pedrini Borba, foi retirado com pedido de vista do Procurador Anselmo Inácio Klein. Nesse momento o Procurador Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Procurador Anselmo Inácio Klein. 9) Relatoria do Procurador Fausto Brasil Gonçalves - Em virtude da ausência do Relator, seus processos foram relatados pelo Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, tendo sido aprovados os pareceres aos processos 725/07, de Júlio Barbosa Matiauda; 726/07, de Sandra Regina Guimarães; 668/07, de Ricardo Cascaes Sabino e 686/07, de José Bell. 10) Relatoria do Procurador Sérgio Augusto Machado - aprovados pareceres aos processos 731/07, de Eduardo Delvalhas dos Santos; 685/07, de Adilson Agenor Peres; 755/07, de Lucila Antunes; 736/07, de Neuri Luiz Mantelli; 619/07, de Elisandro Lotin de Souza; 676/07, de Sérgio de Souza Silva; 660/07, de Luiz Roberto Locks. O processo 630/07, de Rubens João Laureano, foi retirado de pauta pelo Relator. Também foram retirados com pedido de vista os processos: s/n - Consulta Ofício nº 468/07 - 02/04/07, interessado Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina "Denúncia contra o Deputado Dirceu Luiz Dresch", ao Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e Consulta - Ofício nº 059/07/DF - 24/04/07, interessada Diretoria Financeira da ALESC "Curso de Formação Política - Escola do Legislativo", ao Procurador José Buzzi. 11) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos 712/07, de Johni Lucas da Silva; 680/07, de Nelson Vaneli; a pedido do Procurador Presidente o Relator retirou o Processo s/nº - Ofício nº 400/06, interessada Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Ciro Cordeiro Filho"; aprovados também pareceres aos processos - s/n - CT/D - 0548 - 18/04/07, interessado Diretor-Presidente da CASAN "ressarcimento dos valores relativos e encargos do empregado Giovani Pickler; s/n - Ofício GC nº 039/07 - 20/04/07, interessado Diretor Geral da ALESC "solicita a liberação de licença-prêmio de servidora à disposição da ALESC, Dalva Adonis Rogério", foi retirado de pauta com pedido de vista do Procurador José Buzzi; aprovado, ainda parecer ao Ofício CL nº 0129/07 - 03/05/07 "Protocolo de Intenções - entre ALESC e Escola de Pais do Brasil". Finalizando, o Relator deu conhecimento do encaminhamento à Coordenadoria de Licitações, Ofício CL nº 114/07 - 20/04/2007 "Termo Aditivo ao Contrato 0013/2000, celebrado com a Empresa DJR Incorporadora de Serviços". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia vinte e três (23) de maio, à mesma hora e local, com a pauta destinada exclusivamente aos Processos de Diligência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 16 de maio de 2007.

*** X X X ***

## EXTRATOS

**EXTRATO Nº 036/2007**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 005/2007, de 18/05/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: LLETRAS PRODUÇÕES LTDA
OBJETO: Contratação da empresa LLetras Produções Ltda., para que, através da escritora Lya Fett Luft, seja ministrada a palestra sobre "Perdas e Ganhos".

VALOR: R$ 14.545,45 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).
PRAZO: 23 de maio de 2007.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II da Lei 8.666/93
Florianópolis, 18 de maio de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

**EXTRATO Nº 037/2007**

REFERENTE: 06 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 017/2006-00, celebrado em 20/02/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.
OBJETO: O termo aditivo tem por finalidade ALTERAR QUANTATIVAMENTE o objeto, substituindo 02 (dois) veículos Volkswagen modelo Santana, no valor unitário de R$ 1.617,34 (um mil seiscentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos), por 02 (dois) veículos Chevrolet modelo Vectra Elegance, motor 2.0 Flexpower (bicombustível), no valor unitário de R$ 2.716,49 (dois mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), remanescendo a contratação com 44 (quarenta e quatro) veículos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "b", da Lei nº 8.666/93; Item 14.7 do Edital Pregão 040/2005; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 09 de maio de 2007.
Signatários:
Deputado Júlio Garcia - ALESC
Osni Prates Pacheco - Diretor Presidente

*** X X X ***

**EXTRATO Nº 038/2007**

REFERENTE: Contrato CL nº 027/2007, celebrado em 14/05/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: VERDE GARDEN CENTER COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos de jardinagem (espécies vegetais e insumos), assim como em vendas/fornecimento de arranjos de flores e "bouquet", conforme Edital e condições propostas pela Contratada.
VALOR GLOBAL: R$ 22.573,90 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e três reais, noventa centavos).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até 31/12/2007.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 9192.8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do item orçamentário 33.90.30.31 (Sementes, Mudas de Plantas e Insumos), do Orçamento da ALESC.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 014/2007, e; Autorização para Processo Licitatório n.º 0391/2007, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 14 de maio de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Ignácio Maria Wopereis - Sócio-proprietário
Rita Maria Belard da Fonseca Lopes da Costa - Sócia-proprietária

*** X X X ***

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL

**GABINETE DO GOVERNADOR**
**MENSAGEM Nº 110**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em escrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do País, no período compreendido entre os dias 23 e 26 de maio do corrente ano, com destino à França, conforme especifica a agenda constante no roteiro anexo.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência a indicação de dois parlamentares para integrarem a comitiva governamental nos eventos oficiais.

Florianópolis, 21 de maio de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**
Governador do Estado

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

**SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL**
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício SAI 108/07 Florianópolis, 18 de maio de 2007
Excelentíssimo Senhor
**Ivo Carminatti**
Secretário de Estado de Coordenação e Articulação
Senhor Secretário

Com meus respeitosos cumprimentos, informo Vossa Excelência de que o Senhor Governador do Estado viajará para a França no período de 23 a 26 de maio do corrente, de acordo com programação em anexo.

O objetivo da viagem é o de participar das reiniões da Assembléia Geral da OIE - Organização Internacional das Epizootias, que deverá emitir parecer sobre a liberação do estado de Santa Catarina enquanto área pecuária livre de febre aftosa sem vacinação.

Respeitosamente

**Roberto Eduardo Timm**
Consulto Geral

**VIAGEM DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA PARA FRANÇA**
**PERIODO 23 A 26 DE MAIO DE 2007**

**Dia 23 de maio (quarta-feira) - Florianópolis/São Paulo/Paris**
- Deslocamento de Florianópolis para São Paulo com aeronave do Estado
- Chegada em São Paulo
- 16:45 - Embarque de São Paulo para Paris pelo vôo AF 455

**Dia 24 de maio (quinta feira) - Paris**
- 08:50 - Chegada em Paris

Instalação no Hotel Claridge Bellmann
37, Rue François Premier - Paris 75008
Fone: 33 147235442
Fax: 33 147230884
- 15:00h - Encontro com a Sra Helene Mazeron responsável pelo mercado brasileiro no ENA, Universidade Padrão Francesa para o ensino Público.

Local: 2, avenue de L 'Observatoire, no 6º arrondissement.
Tel: 1 44 418581
- Participação na Assembléia Geral da OIE - Organização Internacional das Epizootias, que acontece de 20 à 25 de maio.

Contato: Delegado Jamil, da Delegacia do Ministério da Agricultura
Tel: (61) 9976-9825

**Dia 25 de maio (sexta-feira) - Paris**
- Participação na Assembléia Geral da OIE - Organização Internacional das Epizootias, que acontece de 20 à 25 de maio.

**Dia 26 de maio (sábado) Paris/São Paulo**
- 23:15h - Embarque para São Paulo pelo vôo AF 454

**Dia 27 de maio (domingo) - São Paulo/Florianópolis**
- 05:45h - Chegada em São Paulo
- 08:10 - Embarque de São Paulo para Florianópolis pelo vôo JJ 3099
- 09:15 - Chegada em Florianópolis

*** X X X ***

## OFÍCIO

**OFÍCIO 054/07**
**Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição**
RELATÓRIO CIRCUNSTÂNCIADO DAS ATIVIDADES
EXERCÍCIO 2006

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

*** X X X ***

## PROJETOS DE LEI

**PROJETO DE LEI Nº 163/07**

"Institui o Dia do Massoterapeuta, no Estado de Santa Catarina."

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do Estado de Santa Catarina, o "Dia do Massoterapeuta", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

Art. 2º O evento ora instituído passa a constar do Calendário Oficial do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima da Silva

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Deputados,

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa homenagear os profissionais Massoterapeutas, da área de Saúde com competência e habilidade na prevenção, tratamento e manutenção integrada da Saúde.

Massoterapia e Similares são um grupo de técnicas e procedimentos terapêuticos naturais, não invasivos, tradicionais e contemporâneos, contribuir na promoção do bem estar e da melhor qualidade de vida assim como, em ação conjunta e complementar com as técnicas terapêuticas da medicina oficial, propiciar uma prática de cooperação em níveis e estágios diferenciados.

O objetivo primordial é prevenir doenças e promover a saúde, maximizar a circulação da energia vital pelo corpo, estimular a circulação de uma forma geral, favorecer o auto-conhecimento e autoconsciência, contribuir para a organização do tônus muscular e para a normalização das funções fisiológicas, auxiliando no combate de dores, tensões, desequilíbrios e disfunções em geral e estresse, utiliza métodos antigos, tradicionais e modernos de tratamento, visando o prefeito equilíbrio do ser humano consigo e com o meio ambiente.

Considerando que o Massoterapeuta possui uma concepção holística de Saúde que se enquadra na área de abrangência da integração terapêutica preconizada pela Organização Mundial de Saúde, solicitamos a acolhida ao presente Projeto de Lei, uma forma de homenagear os profissionais que exercem a profissão com competência e vontade de prevenir doenças para uma melhor qualidade de vida à população.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 164/07**

**"Declara de utilidade pública a Associação Cultural Social, Desportiva e Eventos Conjopan, com sede e foro no Município de São Bento do Sul."**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Social, Desportiva e Eventos Conjopan, com sede e foro no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de maio de 2007.

Deputado Silvio Dreveck

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

**JUSTIFICATIVA**

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS CONJOPAN, sediada no Município de São Bento do Sul, nos termos do Art. 4º de seu Estatuto, destina-se a desenvolver, melhorar e preservar a saúde dos jovens do município.

O reconhecimento, por Lei, da sua utilidade pública, visa a assegurar as vantagens e os direitos conferidos pelo Poder Público às entidades com tal ***status*** .

Justifica-se, assim a presente propositura, em razão da relevância dos objetivos da referida associação.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 165/07**

Denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da Rodovia SC-442 que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da Rodovia

SC-442 que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Valmir Comin

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por escopo homenagear João De Rochi, cidadão que contribuiu de modo especial na colonização e desenvolvimento do distrito de Estação Cocal, sendo um de seus fundadores.

O que se pretende, é que a rodovia recentemente estadualizada, passe a adotar também a denominação em homenagem a João De Rochi, o que anteriormente já existia quando a referida via pertencia ao município de Morro da Fumaça.

A rodovia serve como principal acesso entre os municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul, e vem impulsionando intrinsicamente a economia. Trata-se de uma preciosa veia por onde flui toda a economia da região sul, especialmente dos municípios de Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Urussanga e Criciúma, tendo a extensão de aproximadamente 10 km.

O nome proposto é uma justa homenagem e reconhecimento do povo a este ilustre cidadão, que não mediu esforços para o progresso da região. Sua vida é exemplo a ser seguido, e que se comprova por sua biografia em anexo.

A aprovação do presente Projeto, irá expressar a eterna gratidão ao emprestar seu nome à rodovia, que desde o início da colonização, serve como ligação para transportar nossa economia, nosso trabalho, nossos valores, nossos habitantes e visitantes.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 166/07**

Dispõe sobre a inclusão de literatura impressa no sistema braille e em áudio no acervo de todas as bibliotecas públicas do Estado de Santa Catarina

Art. 1º As bibliotecas públicas do Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a incluir em seus acervos literatura impressa no Sistema Braille e em áudio.

Parágrafo único. A literatura disposta no *caput* devera incluir obras literárias diversas, didáticas, artísticas, científicas, filosóficas, infanto-juvenis, histórias em quadrinhos, ficção, periódicos, títulos clássicos da literatura brasileira e universal, gramática e dicionários.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º O descumprimento do disposto na presente Lei sujeitará o infrator a sanções, a serem estabelecidas em disposição regulamentar.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ada De Luca

*Lido no Expediente*
*Sessão de 22/05/07*

**JUSTIFICATIVA**

O método Braille de escrita e leitura foi desenvolvido ante a necessidade de um meio funcional para a educação dos deficientes visuais. Desde a sua criação, em 1829, pelo jovem francês Louis Braille, o sistema em questão aperfeiçoou-se progressivamente e representa, atualmente, o único meio de leitura que, com o tato e e uma estrutura organizada de símbolos, habilita o deficiente visual a compreender o mundo. Desde então, o conhecimento intelectual, sob todas as suas formas, tornou-se acessível aos indivíduos portadores desse tipo de deficiência.

Efetivamente, com o surgimento de novos facilitadores e equipamentos, deparamo-nos com a gradativa e visível tendência de diminuição do uso do Braille. A introdução e utilização dos livros sonoros e digitalizados causaram a exigüidade no seguimento desse tão eficiente e insubstituível método. Não obstante a relevância de todas as novidades inerentes ao desenvolvimento cultural dos deficientes visuais, o Braille não pode ter atenuado o seu valor tão único, visto que qualquer técnica inovadora que venha a ser inserida nesse meio deve apresentar-se como suplemento em vez de substitutivo.

Desse modo, é salutar a preocupação quanto à implementação de programas que visem à manutenção e atualização de literaturas em Braille no acervo das bibliotecas públicas, privadas, universitárias e escolares. Muito além de um simples favor, é de cunho obrigatório o empenho de todos para assegurar aos portadores de deficiência a integridade da preservação de seus direitos básicos, inclusive daqueles que se referem à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e maternidade, sendo, esses, garantidos constitucionalmente.

Consumando-se a presente ação, será dado o primeiro, de muitos outros passos, necessários para a longa caminhada rumo à inclusão e integração social dessas pessoas. A Constituição Federal, em seu artigo 205, no que se refere à educação, garante que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Incentivando esses cidadãos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, teremos à nossa disposição uma sociedade formada e qualificada, afastando de vez qualquer espécie de preconceito ou discriminação e, concomitantemente, aproximando-os de todos os benefícios que lhes concernem. A efetiva adoção de medidas específicas e eficazes que propiciem a inserção dos deficientes visuais em todos os âmbitos sociais, promoverão a funcionalidade e difusão de abrangentes talentos e potencialidades.

Entendendo a presente matéria como obrigação para evitar e remover os óbices aos indivíduos em referência, é que considero extremamente oportuna a apreciação e aprovação desta propositura, motivo esse, pelo qual peço apoio dos nobres colegas.

*** X X X ***